

Fis.:	955
Proc.:	8472/99
Rubr.:	



INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Ao 13 dia(s) do mês de março de 2012, procede-se a abertura deste volume nº VI do processo nº 02001.008472/99-58, referente à UHE Luiz Gonzaga, iniciando na folha nº 955.

11/11/2011
11/11/2011
11/11/2011

EM BRANCO





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência do IBAMA em Pernambuco
NLA/SUPES/PE

Fls.: 956
Proc.: 8472/99
Rubr.: 7

MMA - IBAMA
Documento:
02001.059393/2011-44

Data: 02/12/2011

Memorando nº 85/2011/NLA/SUPES/PE


Recife, 25 de novembro de 2011.

À Diretora de Licenciamento Ambiental
C/C Coordenação de Licenciamento de Energia Hidroelétrica - COHID

ASSUNTO: Proposta para Programas Ambientais UHEs São Francisco
Ref.: Sobradinho, Luiz Gonzaga, Complexo Paulo Afonso e Xingó.

1. Conforme entendimento, encaminhamos Nota Técnica Nº 29/2011 - NLA/IBAMA/PE, com as contribuições para orientar a formulação de programas ambientais a serem elaborados pela CHESF no contexto do processo de licenciamento ambiental das UHEs do Baixo São Francisco.

Atenciosamente,


LISÂNIA ROCHA PEDROSA
Coordenadora do NLA/SUPES/PE

De ordem: *in loco* Em: *02/12/12*
Para: *Kátia Adriana*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

Do A.A. Henrique Yuca,

visto designação como
chefe de equipe dos proces-
sos de regularização. Ressal-
ta que os documentos em
armário digital encontram-se
na rede G.

Kátia - 19/11/12

Kátia Adriana de Souza
Matrícula nº 1.501.231
Assessora Técnica
COEND/CGENE/DILIC/IBAMA

Plantz.

INCORPORAR AS CONSIDERAÇÕES
DO NLA/PZ NA ELABORAÇÃO DO
TERMO DE REFERÊNCIA PARA OS
PLANOS DE TRABALHO DAS REFINARIAS
III ES. H. 1. 12

Henrique Cesar Lemos Juca
Analista Ambiental
Matr. 769.875
COEND/CGENE/DILIC/IBAMA

EM TEMPO, PROVIDENCIAR
CÓPIAS PARA TODOS OS PROCESSOS
12.1.12





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO
NÚCLEO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Fis.: 957
Proc.: 8472/99
Rubr.: [assinatura]

NOTA TÉCNICA Nº 29/2011 - NLA/IBAMA/PE

Recife, 24 de novembro de 2011

Licenciamento Ambiental das UHEs do Rio São Francisco: Sobradinho, Luiz Gonzaga, Complexo Paulo Afonso e Xingó.

I. INTRODUÇÃO

Após a solicitação de renovação das licenças de operação das UHEs do Baixo São Francisco foi criado pela Coordenação de Energia Hidroelétrica – Cohid, um grupo de trabalho formado por analistas ambientais, que realizou análise dos processos, vistorias nas áreas, reuniões e seminário técnico, sendo observado ao longo de tais atividades a importância de estruturar as ações a serem cumpridas pelo empreendedor na forma de Programas Ambientais, os quais subsidiarão o processo de renovação das licenças.

2. OBJETIVO

O presente documento tem como objetivo apresentar contribuições para orientar a formulação de programas ambientais a serem apresentados pela CHESF no contexto do processo de licenciamento ambiental das UHEs do Baixo São Francisco.

3. METODOLOGIA

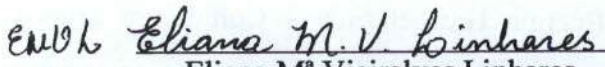
Com base no item Recomendações e Encaminhamentos contido nos Pareceres Técnicos Nº 98, 99, 100 e 101/2011 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e no roteiro para elaboração de programas ambientais, encaminhados pela coordenação da equipe, foram estruturados quatro documentos contendo um roteiro mínimo que servirá de orientação para que o empreendedor apresente os programas a serem aprovados pelo Ibama. Neste sentido

os anexos I, II, III e IV contem os programas e subprogramas para cada um dos empreendimentos.

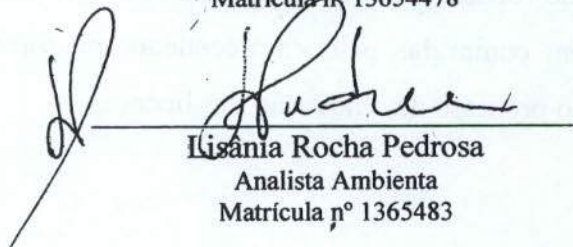
- Anexo I: Programas Ambientais para a UHE Sobradinho
- Anexo II: Programas Ambientais para a UHE Luiz Gonzaga
- Anexo III: Programas Ambientais para as UHEs do Complexo Paulo Afonso
- Anexo IV: Programas Ambientais para a UHE Xingó

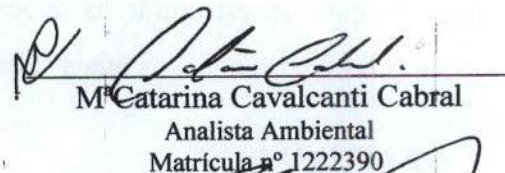
4. CONCLUSÃO

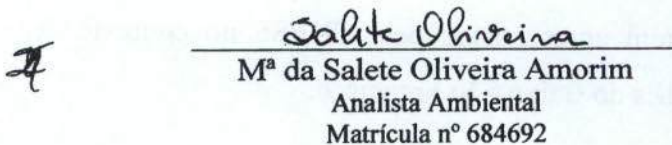
Os documentos apresentados, contem informações que podem contribuir para elaboração de Programas Ambientais dando continuidade ao processo de licenciamento ambiental das UHEs do Baixo São Francisco.

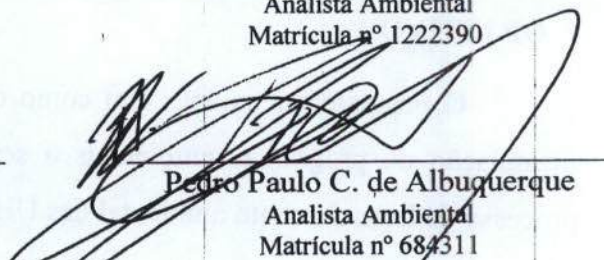

Eliana M^a Vieiralves Linhares
Analista Ambiental
Matrícula n^o 13654478


Geraldo da Silva Perrier Júnior
Analista Ambiental
Matrícula n^o 680932


Lisania Rocha Pedrosa
Analista Ambiental
Matrícula n^o 1365483


M^a Catarina Cavalcanti Cabral
Analista Ambiental
Matrícula n^o 1222390


M^a da Salette Oliveira Amorim
Analista Ambiental
Matrícula n^o 684692


Pedro Paulo C. de Albuquerque
Analista Ambiental
Matrícula n^o 684311

Fis.:	958
Proc.:	8.72/99
Rubr.:	

Anexo II

Programas Ambientais para a UHE Luiz Gonzaga

EM BRANCO

Fis.:	959
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

PROGRAMAS AMBIENTAIS – HIDROELÉTRICA LUIZ GONZAGA

1 OBJETIVO:

Promover a regularização do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica de Luiz Gonzaga, após análise da solicitação de renovação da Licença de Operação N° 510/2005.

2 JUSTIFICATIVA:

Visando otimizar a execução das condicionantes contidas na LO N° 510/2005, estão sendo apresentados Programas Ambientais contendo ações a serem efetivadas visando promover a gestão sócio ambiental do empreendimento e garantir a recuperação do passivo ambiental, ainda existente, decorrente da implantação e operação do empreendimento.

3 PROGRAMAS AMBIENTAIS:

Programa de Ecossistemas Aquáticos.

Programa de Peixamento.

Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre.

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Programa de Estabilização dos Processos Erosivos.

Programa de Comunicação Social.

Programa de Ação Socioambiental.

3.1 Programa de Ecossistemas Aquáticos

Objetivo

Conhecer os processos físicos, químicos e biológicos que interagem nesses ecossistemas, gerando informações, através de estudos mais aprofundados, de sua estrutura e funcionamento, para posterior implantação de planos de manejo adequados. O programa contempla os seguintes subprogramas:

- Subprograma de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água.
- Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira.
- Subprograma de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas.

3.1.1 Subprograma de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água:

Objetivo do Subprograma:

Caracterizar o ecossistema aquático da área de influência do empreendimento, bem como suas comunidades aquáticas (bentos, nécton e plâncton), realizando o monitoramento sedimentológico, limnológico, da qualidade da água, (incluindo análise de DBO), das áreas

EMU
1/17

aquícolas, da concentração de agrotóxico, dos óleos lubrificantes e graxas, propondo ações de recuperação dos ecossistemas e suas comunidades.

Diretrizes:

Identificar, diagnosticar e mapear as fontes de poluição externas aos reservatórios; diagnosticar a situação atual do esgotamento sanitário dos municípios limieiros; monitorar e caracterizar a presença de agrotóxico, óleos e graxas no reservatório da UHE Luiz Gonzaga; monitorar e caracterizar as fontes poluidoras identificadas, propondo ações para controle.

Metodologia:

Georreferenciar o mapeamento das fonte de poluição no reservatório de Luiz Gonzaga com dados vetoriais em formato ESRI *Shapefile*; definir estações de monitoramento de forma a garantir amostras representativas de toda área de abrangência do reservatório e definir parâmetros físico químicos e biológicos compatíveis com as necessidades para diagnosticar e monitorar os componentes do ecossistema aquático.

Etapas e Prazos:

Apresentar, em até 60 dias, um estudo contendo o mapeamento georreferenciado das fontes de poluição no reservatório. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*:

Apresentar, em até 30 dias, a especificação técnica para contratação do Programa de Monitoramento Limnológico.

Iniciar, em até 240 dias, o Programa de Monitoramento Limnológico.

Apresentar, em até 30 dias, a especificação técnica para o monitoramento de agrotóxico, óleos e graxas, fontes de poluição e análise das captações de água no reservatório.



Iniciar, em até 240 dias, o monitoramento de agrotóxicos, óleos e graxas, fontes de poluição e análise das captações de água no reservatório.

Apresentar, em 90 dias, informações qualitativas sobre o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos na área de influência do empreendimento.

Diagnosticar, em até 120 dias, a situação atual do esgotamento sanitário dos municípios limieiros ao reservatório. Neste programa deve ser informado qual a situação atual dos município sem relação as suas estruturas de tratamento e condução de esgoto sanitário (capacidade, adequação e funcionamento). Estes dados devem ser confrontados com dados quantitativos das populações, urbana e rural, desses municípios, considerando suas taxas de crescimento.

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter

 2/17 
EMU

informações sobre características, atributos e resultados do sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; adaptabilidade; simplicidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

O programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água está contemplado nos meios físicos, bióticos e socioambiental e possui inter-relação com o Programa de Ação Socioambiental em função da qualidade da água e a saúde da comunidade que faz uso deste recurso. Poderão ser propostas ações conjuntas.

Monitoramento e Avaliação das Ações Implantadas:

Para avaliação e acompanhamento da efetividade dos programas, o empreendedor deverá apresentar relatório anual com descrição das ações implantadas, resultados e proposição de ações de reparação.

3.1.2 Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira:

Objetivo do Subprograma:

Caracterizar, no reservatório de Luiz Gonzaga, a composição da ictiofauna e suas relações ecológicas, aspectos biológicos das espécies alvo, como alimentação e reprodução, além de determinar os padrões de abundância, composição e distribuição das fases iniciais dos peixes.

Diretrizes:

Diagnosticar a composição da ictiofauna, considerando a presença de migradores e dando ênfase às espécies ameaçadas, raras e de interesse econômico;

Determinar por espécie a CPUE em número e biomassa;

Avaliar a dispersão de formas jovens de peixes, componentes do ictioplâncton, ao longo da área de abrangência do programa;

Determinar os locais de reprodução e criatórios naturais das espécies migradoras, dando ênfase às espécies ameaçadas, raras e de interesse econômico;

Realizar estudos de dinâmica populacional e determinar a Captura Máxima Sustentável para as espécies da ictiofauna a serem estudadas;

Realizar estudos de alimentação e reprodução para a ictiofauna ocorrente na área de abrangência do programa;

Definir os hábitos alimentares e a época de reprodução das espécies estudadas, relacionando este com o regime hídrico da bacia;

Relacionar, caracterizar e georreferenciar as áreas e determinar aspectos produtivos e econômicos dos empreendimentos aquícolas;

Estabelecer parâmetros bioindicadores para o monitoramento ambiental dos ecossistemas

3/17
EMUL

aquáticos, com respectivas justificativas e metodologia.

Apresentar comentário crítico dos resultados.

Metodologia:

Definir estações de monitoramento de forma a garantir amostras representativas de toda área de abrangência do reservatório Luiz Gonzaga.

Etapas e Prazos:

Apresentar, em até 60 dias, Plano de Trabalho do Monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira e do Monitoramento do Ictioplâncton e dos Juvenis;

Iniciar, em até 240 dias, o monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira, e o Monitoramento do Ictioplâncton e dos Juvenis;

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter informações sobre características, atributos e resultados do sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; adaptabilidade; simplicidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

Este programa terá relação direta com o Programa de Peixamento, visto que irá incluir nos estudos os locais de reprodução e alimentação das espécies introduzidas. Poderão ser propostas ações conjuntas.

Monitoramento e Avaliação das Ações Implantadas:

Para avaliação e acompanhamento da efetividade do programa, o empreendedor deverá apresentar relatório anual com descrição das ações implantadas, resultados e proposição de ações.

3.1.3 Subprograma de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas:

Objetivo do Subprograma:

Conhecer a biologia e ecologia das macrófitas aquáticas no reservatório Luiz Gonzaga para o adequado manejo e funcionamento dos ecossistemas aquáticos.

Diretrizes:

Descrever as espécies de macrófitas aquáticas ocorrentes na região, contendo informações ecológicas e de distribuição ao longo da área estudada, apresentar técnicas para o controle da proliferação, quando esta afetar o uso múltiplo das águas.

Metodologia:

Para o estudo das espécies ocorrentes, utilizar pontos de coleta em áreas de reentrâncias, margens do reservatórios e áreas do entorno aos projetos de tanque redes.

Utilizar dados obtidos no diagnóstico do esgotamento sanitário dos municípios limieiros

EMUL 4/17

dos reservatórios e de outras fontes de poluição para promover medidas de controle da proliferação desordenada das macrófitas.

Realizar o controle das macrófitas aquáticas quando sua proliferação afetar os usos múltiplos do reservatório, utilizando métodos não agressivos ao meio ambiente e destinando adequadamente a biomassa retirada.

Etapas e Prazos:

Dar continuidade ao Subprograma de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas no reservatório de Luiz Gonzaga.

Realizar o controle das macrófitas aquáticas quando sua proliferação afetar os usos múltiplos do reservatório, utilizando método não agressivos ao meio ambiente e destinando adequadamente a biomassa retirada.

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter informações sobre características, atributos e resultados do sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; adaptabilidade; simplicidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

O Subprograma de Controle de Macrófitas tem relação direta com o Subprograma de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água, visto que a proliferação desordenada está relacionada como a presença de poluentes orgânicos na água. Poderão ser propostas ações conjuntas

Monitoramento e Avaliação das Ações Implantadas:

Para avaliação e acompanhamento da efetividade do programa, o empreendedor deverá apresentar relatório anual com descrição das ações implantadas, resultados e proposição de ações.

3.2 Programa de Peixamento

Objetivo do Programa:

Manter no reservatório de Luiz Gonzaga, uma quantidade média de peixes reofilicos de valor econômico e ecológico, oriundos da bacia do Rio São Francisco, para o desenvolvimento da pesca artesanal, visando a melhoria de renda e da alimentação das populações ribeirinhas.

Diretrizes:

As ações de distribuição dos alevinos devem acontecer ao longo de cada ano, mantendo uma meta de ampliação bianual.

Garantir a variabilidade genética do peixamento no reservatório de Luiz Gonzaga.

Desenvolver e enriquecer técnica para larvicultura de peixes reofilicos de importância


5/17

econômica e ecológica na região.

Monitorar as áreas de desembarque do pescado ao longo de cada ano e apresentar análise crítica dos resultados.

Metodologia:

Deverá ser utilizada uma metodologia de soltura em áreas previamente identificadas, utilizando alevinos com sanidade atestada e que garantam a variabilidade genética das espécies introduzidas. O peixamento deverá ter metas bianuais e atender, no mínimo, aos seguintes parâmetros quantitativos:

Primeiro biênio: Piaba do Rabo Amarelo 300.000 alevinos; Piaba Faixa Preta 150.000 alevinos; Piau Ferreirinha 24.000 alevinos; Piau Verdadeiro 2.400 alevinos; Curimatã Pacu 240.000 alevinos; Niquim 3.000 alevinos e Surubim 12.000 alevinos.

Segundo biênio: Piaba do Rabo Amarelo 900.000 alevinos; Piaba Faixa Preta 300.000 alevinos; Piau Ferreirinha 72.000 alevinos; Piau verdadeiro 7.200 alevinos; Curimatã Pacu 720.000 alevinos; Niquim 9.000 e Surubim 36.000 alevinos.

Etapas e Prazos:

Enviar, em até 60 dias, proposta de peixamento no reservatório de Luiz Gonzaga, com no mínimo, os seguintes indicadores: espécies utilizadas, áreas de soltura e monitoramento das espécies introduzidas.

Informar, em até 60 dias, o cronograma das ações de peixamento no reservatório.

Iniciar em até 180 dias, o peixamento no reservatório de Luiz Gonzaga, seguindo os indicadores e o cronograma aprovados pelo Ibama.

Apresentar, em até 120 dias, Plano de Trabalho do Monitoramento da Variabilidade Genética dos indivíduos introduzidos no peixamento.

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter informações sobre características, atributos e resultados do sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; adaptabilidade; simplicidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

Este programa terá relação direta com o Programa de Ecossistemas Aquáticos nos seus três subprogramas, visto que irá incluir nos estudos os possíveis locais de reprodução e alimentação das espécies introduzidas. O Programa de Peixamento terá ações que visam beneficiar os pescadores artesanais da região, estando também inter-relacionado com o Programa de Ação Socioambiental. Poderão ser propostas ações conjuntas.

Handwritten signatures and initials:
A
Paul
6/17

Monitoramento e Avaliação das Ações Implantadas:

Para avaliação e acompanhamento da efetividade do programa, o empreendedor deverá apresentar relatórios anual com descrição das ações implantadas, resultados e proposição de ações.

3.3 Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre

Objetivo:

Sistematizar dados sobre a fauna e flora da região da UHE Luiz Gonzaga, e, desenvolver ações no âmbito do Programa, voltadas para conservação e manejo desses recursos ambientais.

Diretrizes:

Organizar a base de dados buscando a unificação de parâmetros e atributos de forma que sejam compatíveis com sistema de gestão do banco de dados utilizado pelo Ibama;

Envolver a comunidade local e científica na discussão da definição das ações e áreas prioritárias para conservação;

Estabelecer uma estrutura operacional eficiente que sirva como instrumento de acompanhamento e gerenciamento do Programa, tanto pelo empreendedor como pelo órgão ambiental.

Metodologia:

Apresentar metodologia observando as diretrizes acima citadas.

Etapas e Prazos:

Apresentar, em até 90 dias, uma análise crítica dos dados já existentes sobre a fauna e flora ocorrente na região da UHE Luiz Gonzaga, incluindo os já obtidos no âmbito da Consultoria "Levantamento e Monitoramento da Fauna e Flora do Entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga" e do "Programa de Levantamento e Monitoramento da Fauna nas Áreas de Reserva Legal dos Projetos de Irrigação".

Apresentar, em até 90 dias, mapa georreferenciado dos pontos da fauna e flora já amostrados, como também do uso e ocupação atual do solo, diferenciando os estágios seccionais da vegetação natural. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*.

Definir, em até 120 dias após a análise acima citada, ações e áreas prioritárias para conservação da fauna e flora locais, buscando contemplar a utilização de espécies bioindicadoras de qualidade ambiental, a definição de áreas prioritárias para conservação e manejo de espécies animais e vegetais.

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter

EMUL
[assinatura]
7/17
[assinatura]

informações sobre características, atributos e resultados do sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; adaptabilidade; simplicidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

Programa de Comunicação.

Plano de Ação Socioambiental – PAS.

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

Monitoramento e Avaliação das Ações Implantadas:

No primeiro ano semestral, nos seguintes anual

3.4 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Objetivo:

Definir ações capazes de recuperar as áreas degradadas pelas obras de implantação da UHE Luiz Gonzaga com vistas a recomposição natural e estabilização física das paisagens.

Diretrizes:

Diagnosticar (mapeamento, levantamento fundiário e ambiental) as áreas utilizadas na fase de implantação da usina hidrelétrica de Luiz Gonzaga.

Integrar as áreas degradadas à paisagem local.

Reconformar o relevo e a vegetação degradada pelas obras de construção da UHE.

Restabelecer a relação solo/água/planta nas áreas afetadas visando a estabilidade dos terrenos.

Monitorar as áreas recuperadas até estabilização do ambiente.

Metodologia:

As técnicas e procedimentos a serem implementados deverão ser compatíveis com a situação atual das áreas a serem recuperadas devendo ser levadas em consideração as características locais (conservação da vegetação do entorno, tipo de solo, inclinação) além das características de uso e ocupação da região.

Deverão ser observadas as seguintes atividades: identificação, localização e caracterização de todas as áreas utilizadas pela empresa em face da construção do empreendimento, avaliando as condições de solo e vegetação predominante.

Definição do projeto de recuperação de cada área.

Etapas e Prazos:

Ações a serem implementadas devendo ser consideradas as previstas abaixo e outras necessárias:

 
8/17

Ações e Execução:

Apresentar em até 90 dias um mapa georreferenciado delimitando todas as áreas afetadas na construção do empreendimento. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*.

Apresentar, em 180 dias, mapa georreferenciado das formações vegetacionais e seu estágio secessional das áreas recuperadas e a recuperar e das APPs. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*.

Executar o Plano de Trabalho "Recuperação de Áreas Degradadas por Canteiros de Obras e Instalações Provisórias de Usinas Hidrelétricas da Chesf Localizadas no Rio São Francisco", após aprovação do Ibama.

Retomar imediatamente o PRAD iniciando a execução dos serviços de campo em até 120 dias, sendo informado o número e as espécies nativas a serem usadas.

Incluir no PRAD as áreas degradadas ainda não recuperadas que eventualmente forem identificadas no mapeamento.

Definir área não antropizada (ou pouco antropizada) de características físicas semelhantes para servir como referência ao estado ideal a ser alcançado.

Apresentar proposta de cronograma executivo para o Programa.

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter informações sobre características, atributos e resultados do sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; adaptabilidade; simplicidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

Informar quais os programas que possuem inter-relação com o programa em questão para propor ações conjuntas.

Monitoramento e Avaliação das Ações Implantadas:

Descrição das etapas e previsão de envio de relatórios

3.5 Programa de Estabilização dos Processos Erosivos

Objetivo:

Promover ações de prevenção ao desenvolvimento de processos erosivos direta ou indiretamente relacionados UHE Luiz Gonzaga e ações de recuperação de áreas onde os mesmos processos já ocorrem.

[assinatura]
[assinatura] ENOL
[assinatura]

Diretrizes:

Diagnosticar (mapeamento, levantamento fundiário e ambiental) nas áreas suscetíveis à erosão na AID da UHE Luiz Gonzaga.

Avaiiar alternativas para contenções dos processos erosivos, em pequena, média e grande escala, ao longo das margens do lago de Itaparica.

Executar as ações necessárias para a contenção dos processos erosivos identificados.

Monitorar as áreas recuperadas até estabilização do ambiente.

Metodologia:

As técnicas e procedimentos a serem implementadas deverão ser compatíveis com a situação atual das áreas a serem recuperadas, considerando as características locais (conservação da vegetação do entorno, tipo de solo, inclinação) além das características de uso e ocupação local da região.

Deverão ser observadas as seguintes atividades: identificação, localização e caracterização de todas as áreas suscetíveis a processos erosivos, avaliando as condições de solo e vegetação predominante.

Definição do projeto de contenção para cada área identificada, bem como das ações a serem desenvolvidas para proteger as áreas suscetíveis onde ainda não foram deflagrados processos erosivos.

Etapas e Prazos:

As ações a serem implementadas devem ser consideradas as previstas abaixo e outras necessárias a serem executadas ao longo da vigência da licença.

Ações e Execução:

Apresentar em até 90 dias um mapa georreferenciado delimitando todas as áreas suscetíveis à erosão. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*.

Apresentar, em até 60 dias, a proposta de Programa de Estabilização dos Processos Erosivos.



Dar início à execução do Plano de Trabalho do Programa de Estabilização dos Processos Erosivos.

Dar continuidade ao Programa de Identificação dos Processos Erosivos no Entorno do Reservatório de itaparica – UHE Luiz Gonzaga.

Apresentar proposta de cronograma executivo para o Plano de Trabalho e Programas acima.

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter

 10/17 

informações sobre características, atributos e resultados de sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; simplicidade; adaptabilidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade.

Apresentar dentro do estudo uma amostra de desempenho, a partir dos resultados obtidos nas diretrizes do programa, que demonstre a efetividade das ações implementadas e possibilitem a extrapolação para outras áreas.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

Informar quais os programas que possuem inter-relação com o programa em questão para propor ações conjuntas, a exemplo do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e PAS.

Monitoramento e Avaliação das Ações Implantadas:

Com descrição das etapas e previsão de envio de relatórios.

3.6 Programa de Comunicação Social

Objetivo:

Promover a articulação criação/fortalecimento de canais de contato permanentes e diretos entre a Chesf e os órgãos públicos, associações, colônias, assentamentos do entorno do reservatório, população dos municípios da AID, entre outros.

Diretrizes:

Dentre as ações propostas e executadas no Programa de Comunicação Social da Hidrelétrica de Luiz Gonzaga, citamos:

- Contribuir para a minimização dos impactos ambientais e sociais do empreendimento através da participação da população, especialmente a diretamente afetada, durante toda a vida útil do empreendimento.
- Disponibilizar e divulgar um sistema de comunicação 0800 para facilitar o contato da população com a empresa.
- Disponibilizar equipes de comunicação nos escritórios da Chesf localizados nos municípios das Áreas de Influência direta (AID) da UHE.
- Divulgar na imprensa, por meio de rádio e outros informativos, os programas socioambientais desenvolvidos pela Chesf, bem como de acontecimentos inesperados, tais como: aumentos/diminuição na vazão do reservatório, entre outros.

Metodologia:

O Programa deverá ser desenvolvido com base em uma metodologia participativa estruturada da seguinte forma:

- Participação da sociedade local em todas as etapas do programa.


11/17

- Produção de material impresso, vídeos e eletrônicos (DVD, folders e materiais educativos).
- Enfoque interdisciplinar e integrado com os demais programas ambientais relativos ao empreendimento.

Etapas e Prazos:

O Programa de Comunicação é de ação contínua e deve ser realizado durante toda a vigência da LO.

Apresentar, em até 180 dias, Programa de Comunicação Social específico para fortalecer a comunicação entre a empresa e os demais atores da região incluindo cronograma de execução.

Apresentar, em até 30 dias, a manifestação do Iphan a respeito do trabalho no âmbito da condicionante 2.8.

Ações e Execução:

Definir os agentes que receberão as informações e preparar material de divulgação adequando a cada público-alvo.

Executar o Plano de Trabalho do Programa de Comunicação Social, após aprovação do Ibama.

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter informações sobre características, atributos e resultados do sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; adaptabilidade; simplicidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade. Exemplos: grau de satisfação do público-alvo com o acesso e disponibilização de informações sobre o empreendimento e programas ambientais implantados; percentual de ligações e questionamentos atendidos; percentual de atendimento a solicitações de reuniões e esclarecimentos ao público em geral; quantidade total de material produzido para divulgação.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

O Programa de Comunicação Social cujo objetivo é estabelecer um canal de comunicação entre a empresa e a sociedade, articula-se com todos os programas ambientais que serão implantados pela UHE.

Monitoramento e avaliação das ações implantadas

Como instrumento de avaliação e acompanhamento deverão ser emitidos relatórios semestrais, onde serão registrados os principais entraves e apontadas sugestões para correção.

A 9

EAUK

3.7 Plano de Ação Socioambiental – PAS

3.7.1 Subprograma de Educação e Saúde Ambiental

Objetivo:

Desenvolver atividades com as comunidades do entorno da UHE e dos municípios da AID para a conservação, uso racional e gestão sustentável dos recursos ambientais mediante a prática de ações com foco na melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes na AID e entorno do reservatório.

Diretrizes:

Realizar atividades diversificadas tais como oficinas, cursos, seminários, fóruns, atividades de campo, dentre outros, a fim de sensibilizar a população e proporcionar informação e formação para convivência e gestão sustentável nas áreas afetadas pelo reservatório da UHE.

Realizar diagnóstico participativo voltado à escolha de temas que deverão ser trabalhados nas atividades de Educação e Saúde Ambiental.

Encaminhar Plano de trabalho contendo ações de apoio institucional a serem executadas junto às prefeituras dos municípios que compõem a AID, visando à formação dos gestores municipais na área de captação de recursos, para financiamento da rede de esgotamento sanitário destes municípios.

Auxiliar o encaminhamento dos projetos de captação de recursos decorrentes desta capacitação.

Fomentar a mobilização das comunidades para que haja participação efetiva nos projetos de educação e saúde ambiental, cujas propostas devem contemplar os interesses das comunidades/população em relação ao qual serão desenvolvidas;

Propor e executar ações voltadas às comunidades pesqueiras, comunidades rurais e urbanas da AID do empreendimento.


Produzir materiais como vídeos e cartilhas para divulgação dos resultados das atividades desenvolvidas nos projetos executados no programa.

Propor ações de apoio institucional aos municípios para criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

Metodologia:

O Programa deverá ser estruturado a partir das seguintes etapas metodológicas:

- Diagnóstico Participativo para definir os diferentes grupos sociais afetados pela UHE descrevendo seu perfil sociocultural, atuações e atividades.
- Atender as demandas desses grupos sociais diretamente afetados pelos impactos socioambientais e ações mitigadoras para os riscos ambientais e tecnológicos decorrentes


13/17

da operação do empreendimento.

As demais etapas serão definidas a partir do diagnóstico participativo com a priorização das demandas elencadas pelos atores sociais.

Deverão ser priorizadas ações educativas de caráter não-formal, voltadas para um processo de gestão ambiental específico, definido a partir da identificação dos impactos socioambientais do empreendimento. As ações previstas para o programa deverão ser justificadas e descritas indicando seus objetivos, localização, atores sociais envolvidos e sua interveniência no processo, bem como o período de sua execução.

Nas ações de capacitação (processo ensino-aprendizagem), deverão ter duração mínima de 40 horas, entre atividades em sala de aula e de campo, destinadas “à produção e aquisição de conhecimentos e habilidades e o desenvolvimento de atitudes com vistas a proporcionar condições para a participação individual e coletiva na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade dos meios físico-natural e social” (IBAMA/CGEAM, 2008).

Nas ações que envolvem eventos, deverão ser indicados os atores sociais envolvidos, o tipo de evento (seminários, palestras, debates, entre outros), objetivos, metodologia, carga horária, resultados esperados e processo de avaliação.

Na elaboração de material educativo, publicações, vídeos e cartilhas, indicar o caráter da ação à qual dará suporte, a quantidade de produtos e o público a ser beneficiado.

Etapas e Prazos:

O Programa de Educação e Saúde Ambiental é de ação contínua e deve ser realizado durante toda a vigência da LO.

Apresentar, em até 90 dias, proposta de ações de apoio institucional aos municípios do entorno dos reservatório para criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente.

Apresentar em até 120 dias um plano de trabalho de apoio institucional aos municípios com o objetivo de capacitar gestores para captação de recursos visando instalação/ampliação de obras do sistema de tratamento de efluentes e resíduos urbanos.

Iniciar ações relativas a comunicação, educação ambiental e saúde, e dar continuidade a ações de educação histórico patrimonial, que poderão ser desenvolvidas no âmbito do PAS até a manifestação conclusiva da equipe.

Apresentar relatórios semestrais individualizados para cada programa, ainda que venham a ser desenvolvidos no âmbito do PAS.

Ações e Execução:

Definir o público-alvo a ser contemplado no programa e preparar material de divulgação e

14/17
EMUL 9

didático.

Executar o Plano de Trabalho do Programa de Educação e Saúde Ambiental, após aprovação do Ibama.

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter informações sobre características, atributos e resultados do sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; adaptabilidade; simplicidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade. Exemplos: grau de satisfação do público-alvo informado e capacitado; quantidade de pessoas atendidas pelo programa; quantidade de cursos e eventos realizados; quantidade total de material informativo e didático produzido para as capacitações e eventos.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

O Programa de Educação e Saúde Ambiental tem caráter transversal aos demais programas, sendo preciso observar nas etapas metodológicas de cada um deles, em que momento este programa fará interface com os demais. Assim, ele poderá estar presente no Programa de Comunicação Social, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Peixamento, entre outros.

Monitoramento e avaliação das ações implantadas:

Realizar monitoramento permanente das ações do programa e avaliar a efetividade de sua implementação, readequando as propostas, quando for o caso, o que deverá ser comunicado ao Ibama. Emitir semestralmente relatórios onde serão registrados os entraves e possíveis correções para as próximas atividades do programa.

A avaliação deste programa se dará de forma continuada, durante sua execução, da seguinte forma: Avaliação das ações realizadas pela equipe responsável pela atividade e o público-alvo para retroalimentar propostas e corrigir rumos e avaliação de resultados a partir da análise das metas propostas para o programa em todas as fases de execução para análise do andamento dos trabalhos e o atendimento de seus objetivos.

3.7.2 Subprograma de Resgate Cultural de Pescadores e Pescadoras do Sub-Médio São Francisco

Objetivo:

Desenvolver ações que busquem resgatar a memória das manifestações, crenças e artes da pesca artesanal das comunidades do entorno da UHE de Luiz Gonzaga para que não se percam ao longo do tempo e possam ser transmitidas às gerações futuras.

Diretrizes:

Realizar oficinas, encontros e reuniões com as comunidades de pescadores e pescadoras


15/17


com o objetivo de elaborar um plano de ação para a elaboração do projeto.

Realizar levantamento dos petrechos da pesca artesanal da região por meio de relatos dos pescadores antigos com o objetivo de resgatar as práticas adotadas no Sub-médio São Francisco ao longo do tempo.

Dar condições, por meio de realizações de oficinas, para que pescadores e pescadoras construam conceitos acerca da cultura, identidade, valores, memória e preservação de suas identidades culturais que possibilitem o conhecimento de seus bens patrimoniais, práticas, ofícios e celebrações visando o fortalecimento de sua identidade cultural.

Propor e executar ações voltadas às comunidades pesqueiras, comunidades rurais e urbanas da AID do empreendimento para que elaborem e executem projetos de resgate cultural da atividade pesqueira da região.

Produzir materiais como vídeos e cartilhas sobre as ações do programa para divulgação dos resultados das atividades desenvolvidas.

Metodologia:

O Programa deverá ser desenvolvido com base em uma metodologia participativa estruturada da seguinte forma: participação da comunidade pesqueira de cada município, em todas as etapas do programa; produção de material impresso, vídeos e eletrônicos (DVD, folders e materiais educativos) com os resultados do programa.

Enfoque interdisciplinar e integrado com os demais programas ambientais relativos ao empreendimento.

Etapas e Prazos:

O Programa deverá ser executado durante a vigência da LO.

Apresentar, em até 180 dias, diagnóstico da situação atual da atividade pesqueira e dos pescadores da área de influência do empreendimento com propostas de ação.

Ações e Execução:

Executar o Plano de Trabalho do Programa de Resgate Cultural dos Pescadores e Pescadoras do Sub-Médio São Francisco após aprovação do Ibama.

Indicadores de Desempenho do Programa:

O empreendedor deverá selecionar indicadores de desempenho que permitam obter informações sobre características, atributos e resultados do sistema ou processo aplicado, atendendo aos seguintes requisitos: disponibilidade; adaptabilidade; simplicidade; estabilidade; rastreabilidade e representatividade. Exemplos: quantidade e qualidade dos projetos implementados.

Inter-relação com outros Programas Ambientais:

Este programa tem caráter transversal e faz interface com os demais programas da

16/17
EMOK

Fis.:	967
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

socioeconomia.

Monitoramento e avaliação das ações implantadas:

O monitoramento e avaliação serão realizados em todas as etapas do programa. Os produtos finais de cada projeto serão avaliados a partir da análise dos relatórios encaminhados e vistorias para verificação dos resultados pelo Ibama.

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

EM BRANCO



Fls.: 968
Proc.: 8472/99
Rubr.:

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO**

Avenida 17 de Agosto, 1057 - Casa Forte - Recife-PE
CEP: 52.060-590 – Fone-Fax : (0xx81) 3441.5033 / 5075 R – 229 ou 3441.2532

Recife, 26 de dezembro de 2011

MEMO Nº 204 /2011-GAB/SUPES/IBAMA/PE
À CGLIC/COTRA – Diretoria de Licenciamento

Assunto: Documento nº 02019.004540/11-05 - **Ministério Público Federal**
Ref. Usina Hidro Elétrica Luiz Gonzaga

Sr. Diretor

Estamos enviando o documento acima referenciado, para conhecimento e demais providencias quanto a solicitação da Sra. Procuradora da República, considerando que o mesmo refere-se ao processo nº 02001.008472/99-58 o qual encontra-se nessa Diretoria.

Atenciosamente,

Ana Paula Cavalcanti de Pontes
SUPERINTENDENTE DO IBAMA EM PERNAMBUCO


MMA - IBAMA
Documento:
02001.063776/2011-17

Data: 30/12/2011

À COHID/CGENG,

pl providências.

Em 03.01.2012.

Victor 

VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUZA
Analista Ambiental - IBAMA
Matricula:171.544-3

AO ANALISADO HONORAVEL

JUCI, PARA ORIENTAR
ELABORAÇÃO DE MEMÓRIA DE
RESPOSTA. FAZOR ENVIAR
A ANALISTA KATIA ADELANGE.

11/01/12



Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Licenciamento de
Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

AO CHEFE DE EQUIPE

HONORAVEL JUCI, PARA JUNTAR AO
PROCESSO.

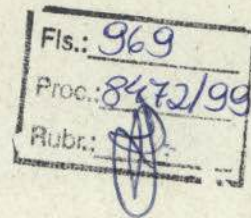
17/01/12


Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Licenciamento de
Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

12.1.12
Eizete

Henrique Cesar Lemos Juci
Analista Ambiental
Metr 1788.875
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

À COHID
Já Respondido
17/01/2012


Adriano Rafael Arrepi de Queiroz
Coordenador Geral de Infra-Estrutura
de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA POLO SERRA TALHADA/SALGUEIRO

Ofício nº 1219/2011 - PR POLO STA/SGO - 1º OF
(Protocolo nº PRM-STA-PE-00007217/2011)

Serra Talhada, 13 de Dezembro de 2011.

A Sua Senhoria a Senhora

ANA PAULA CVALCANTI DE PONTES

Superintendente do IBAMA em Pernambuco
Avenida 17 de Agosto, nº 1057, Casa Forte
Recife/PE CEP: 52060-590

REF.: SOLICITA INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO ICP Nº
1.26.000.000362/2007-13.

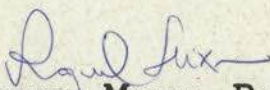
Prezada senhora,

Trata-se de Inquérito Civil Público (ICP) instaurado no âmbito desta Procuradoria da República com o fim de apurar notícias de infração ambiental praticada pela CHESF, consistente em fazer funcionar serviços potencialmente poluidores na Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga (Itaparica), em desacordo com a licença fornecida pelos órgãos ambientais competentes, tendo por referência o processo IBAMA/PE nº 02019.001255/2006-10.

Desse modo, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, visando dar continuidade ao feito, **requisita**, com fulcro no art. 8º, incisos II e VIII, da LC nº 75/93, **no prazo de 20 (vinte) dias, informações acerca do cumprimento, pela CHESF, de todas as condicionantes da Licença de Operação nº 510/2005 (cópia em anexo).**

Na resposta ao presente expediente, solicita-se que seja mencionado o número do ofício e do ICP em referência.

Atenciosamente,


RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES
Procuradora da República

COAD/SUPES/IBAMA/PE
recebi em 22/12/11
Gláucia Costa

D O C U M E N T O

02019.004540/11-05
IBAMA/MMA - SUP. ESTADUAL/PE

DATA: 23, 12, 11



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.: 970
Proc.: 8472/99
Rubr.: [assinatura]

SECRETARIA DE GERENCIAMENTO
Fis.: 08
Rubrica: [assinatura]

MPF PRPE SOTC
K
EL 12

RETIFICAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 510/2005

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, designado pela Portaria nº 941, de 2 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2004, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 Anexo I ao Decreto 4.756, de 20 de junho de 2003, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 23 de junho de 2003, e artigo 8º do Regimento interno aprovado pela Portaria GMMMA nº 230, de 14 de maio de 2002, publicada no D.O.U., de 21 de junho de 2003, **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Operação para a:

EMPRESA: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
CNPJ: 33.541.368/0001-16

ENDEREÇO: Rua Delmiro Gouveia, 333 - Bongi
CEP: 50.761-901 **CIDADE:** Recife **UF:** PE

TELEFONE: (81) 3229 2212 **FAX:** (81) 3229 3555
REGISTRO NO IBAMA: Processo nº 02001.008472/99-58

Referente a UHE Luiz Gonzaga, localizada no rio São Francisco entre os Estados de Pernambuco e Bahia, compreendendo parte dos Municípios de Glória, Chorrochó e Rodelas no estado da Bahia e Petrolândia, Floresta, Itacuruba, e Belém de São Francisco no Estado do Pernambuco

A usina é composta por uma barragem de seção mista terra-enrocamento, com altura máxima da ordem de 105,00 m, associada às estruturas de concreto da casa de máquinas e vertedouro, que é dotado de nove comportas tipo setor, com uma extensão total da crista de 4.700 m. Na casa de força estão instaladas seis unidades com potência unitária de 246,6 MW, totalizando 1.479,6 MW.

Esta Licença de Operação é válida por 4 (quatro) anos, a partir da data de sua assinatura e está condicionada ao cumprimento integral das condicionantes discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes do licenciamento ambiental.

Brasília-DF, 03 MAI 2006

VALMIR GABRIEL ORTEGA
Presidente do IBAMA
Substituto

CONFERE COM O ORIGINAL

[assinatura]
Rafael Vasconcelos Nobilitz
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DIIC/IBAMA
Mat. 2449847

EM PRANCO

Fls.: 971
Proc.: 2472/99
Rubric.: [assinatura]

PROJ. 200-GEA-100-100
Fl.: 09
Rubric.: [assinatura]
PRIFE SOTC
R
FL 13

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA RETIFICAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO N° 510/2005

1. CONDICIONANTES GERAIS:

- 1.1 A concessão desta Licença de Operação deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Conama nº 006/86, e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao Ibama.
- 1.2 Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência do Ibama.
- 1.3 A renovação desta Licença de Operação deverá ser requerida em conformidade com a Resolução Conama nº 237/97.
- 1.4 O Ibama deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.
- 1.5 O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
 - graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.6 Perante o Ibama, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF é a única responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e pela integridade estrutural e ambiental decorrentes da operação do empreendimento.

2. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

2.1. Detalhar, num prazo de 50 dias, todos os programas ambientais propostos pela empresa, a seguir:

- ① • Programa de Educação Histórico Patrimonial para os Municípios atingidos pelo Empreendimento Itaparica.
- ② • Programa de Educação e Saúde Ambiental (PESA).
- ③ • Plano de Uso do Entorno dos Reservatórios, que deve ser feito de acordo com os preceitos da Resolução Conama nº. 302/2002, a partir do termo de referência emitido pelo Ibama, levando-se em conta a compatibilização com a legislação de uso do solo dos municípios.
- ④ • Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre
- ⑤ • Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Baixo São Francisco.

- Incluir o subprograma de sedimentologia abordando os seguintes tópicos:
- a. identificar as cargas sólidas afluentes ao reservatório, para o acompanhamento dos efeitos decorrentes dos processos erosivos, levando e conta a taxa de sedimentação;
 - b. avaliar o transporte de sedimentos dentro do reservatório de Itaparica, através de medições das descargas líquidas e sólidas, em períodos que caracterizem um ciclo hidrológico;
 - c. avaliar quão comprometidas podem ficar em termos qualitativos as águas do reservatório, face as características das cargas sólidas afluentes.

2.2. O detalhamento dos programas deve conter:

- Justificativa – descrever qual(is) a(s) situação(ões)/problema(s) a ser(em) trabalhado(s), ou seja, qual(is) o(s) impacto(s) resultante(s) da atividade que pode(m) ser minimizado(s) ou compensado(s).

CONFERE COM O ORIGINAL

Rodrigo Vasconcelos Koblitz
Analista Ambiental
CONDIÇÃO/DI...
Mat 244960

EM BRANCO

Fis.: 972
 Proc.: 8472/99
 Rubr.: [assinatura]

PROT. 10 - 01/00000000
 Fis.: 10
 Rubrica: [assinatura]

PRIFE SOTC
 FL. 14

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA RETIFICAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO N° 510/2006

- Objetivos do Projeto (Geral e Específicos) – explicitar o objetivo geral do projeto, bem como os objetivos específicos. Os objetivos específicos devem demonstrar a maneira pela qual será alcançado o objetivo geral e devem ser definidos para cada etapa do projeto, quando couber.
- Metas – apresentar metas, que devem estar vinculadas aos objetivos específicos e serem mensuráveis.
- Indicadores Ambientais – apresentá-los, relacionando-os aos objetivos e metas, considerando a sua representatividade e sensibilidade às mudanças, de modo a determinar as condições do meio ambiente e a eficiência da gestão ambiental durante o desenvolvimento da atividade.
- Público-alvo – identificar o público-alvo a ser atingido com o projeto.
- Metodologia e Descrição do Projeto – descrever o modo como será desenvolvido o projeto, o programa de amostragem detalhado, explicitando claramente seus métodos e técnicas específicas.
- Inter-relação com outros Planos e Projetos – quando houver interação entre projetos, a inter-relação entre eles e o grau de interferência para se alcançar os objetivos determinados devem ser explicitados, sempre que cabível.
- Atendimento a Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos – todos os projetos devem considerar os requisitos legais, bem como normas e diretrizes aplicáveis. O atendimento aos requisitos deve fazer parte dos objetivos do projeto.
- Etapas de Execução – descrever as etapas de execução do projeto.
- Recursos Necessários – descrever os recursos físicos, financeiros e humanos.
- Cronograma Físico-Financeiro – detalhar os períodos de execução de cada etapa, bem como dos recursos necessários para o desenvolvimento do Projeto.
- Acompanhamento e Avaliação - estabelecer procedimentos para o acompanhamento e avaliação de desempenho no cumprimento do projeto/plano.
- Responsáveis pela Implementação do Projeto – especificar os responsáveis pela implementação do projeto, incluindo as instituições envolvidas e as respectivas responsabilidades durante todo o processo de implementação. Incluir informações, tais como: o tipo de instituição (governamental ou não, privada, etc.), endereço, responsável, entre outros.
- Responsáveis Técnicos – apresentar os responsáveis técnicos pelo projeto, bem como toda equipe técnica, indicando a área profissional de atuação, o número de registro no respectivo conselho de classe, quando couber, e no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (no caso deste último, anexar cópia).
- Bibliografia – relacionar a bibliografia utilizada na elaboração do projeto.


2.3. Acrescentar, num prazo de 50 dias e com o mesmo detalhamento, os seguintes programas ambientais propostos pelo Ibama:

- 6 (X) • Programa de Apoio Institucional aos Municípios do Entorno dos Reservatórios, com o objetivo de capacitá-los a captar recursos para investimento nas áreas de saneamento, meio ambiente e desenvolvimento econômico;
- 7 (X) • Programa de Monitoramento das Fontes de Poluição Externas aos Reservatórios.
- 8 (X) • Programa de Recuperação das Áreas Degradadas;
- 9 (X) • Programa de Monitoramento dos Pontos Erosivos Críticos incluindo os seguintes subprogramas:
 - a) Subprograma de Monitoramento das Encostas, com os seguintes objetivos:

CONFERE COM O ORIGINAL

Rodrigo Vasconcelos Koblitz
 Analista Ambiental
 CDHU/CGEN/DIRIC/IBAMA

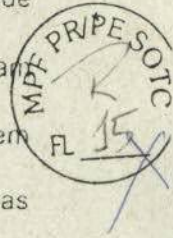
EM BRANCO

Fls.: 973
Proc.: 8472/99
Rubr.: 



CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA RETIFICAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO N° 510/2005

- identificar as áreas críticas marginais ao reservatório, com maior potencial de ocorrência de fenômenos de instabilização de encostas;
- apresentar mapeamento das encostas, indicando quais áreas que apresentam riscos de deslizamentos em função do potencial erosivo dos solos;
- definir medidas e ações específicas para minimização dos riscos, levando em consideração os problemas intrínsecos a cada área identificada;
- acompanhar de forma sistemática a evolução dos escorregamentos das áreas críticas, tendo como referência as novas situações de equilíbrio das encostas.



b) Subprograma de Monitoramento do Assoreamento do Corpo d'água, com os seguintes objetivos:

- identificar as áreas assoreadas principalmente nos rios e riachos tributários do rio São Francisco que desembocam no lago de Itaparica;
- avaliar a perda de solo e o assoreamento no corpo d'água resultante de processos erosivos associados a estradas;
- avaliar e acompanhar a taxa de assoreamento.

2.4. Enviar relatórios anuais de atendimento das condicionantes e programas ambientais. O documento deve ser enviado de forma única, analisando e consolidando todas as ações executadas no período.

2.5. O Programa de Educação Ambiental deve atender aos princípios do Termo de Referência para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento, elaborado pela CGEAM - Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama.

2.6. Apresentar, no prazo de nove meses, situação atualizada do esgotamento sanitário da área urbana dos municípios relocados pelo empreendimento. Caso não tenham sido instalados dispositivos para tratamento na época da construção da usina, executar o sistema de esgotos ao longo do período de vigência da licença.

2.7. Apresentar, no prazo de nove meses, detalhamento de todos os projetos de reassentamento criados em decorrência do empreendimento, incluindo mapas, estágio atual, evolução histórica, propostas para o futuro e levantamento minucioso dos passivos, com as respectivas propostas de ações.

2.8. Atender a Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 2003, do IPHAN, que diz que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos deverão prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção.

CONFERE COM O ORIGINAL

Rodrigo Vasconcelos Kohnitz
Analista Ambiental
DOLID/CGENE/DILIC/IBAMA
Mat. 2449867

EM BRANCO

UHE LUIZ GONZAGA (Itaparica)

Fls.: 974
 Proc. 8472/99
 Rubr.: [Handwritten Signature]

SECRETARIA DE MEIO-AMBIENTE
 Fls.: 12
 Rubric.: [Handwritten Signature]



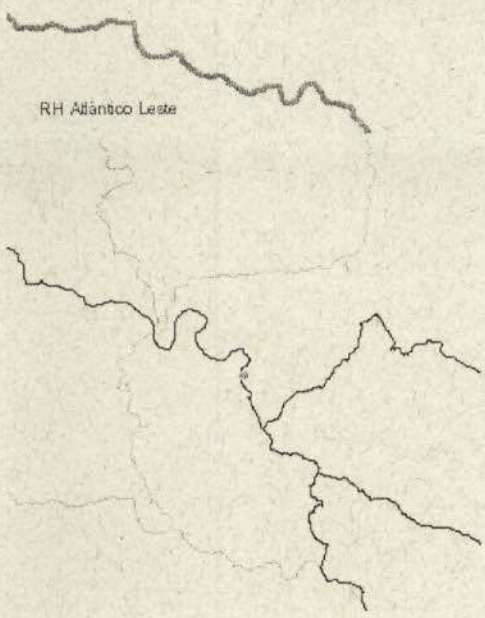
Município
 Glória-BA
 Petrolândia-PE

- Localização
- ✓ Estado
- ✓ Município
- Massa d'água
- ✓ Rios
- Município

RH do São Francisco

Região hidrográfica
 RH do São Francisco

- Localização
- ✓ Região hidrográfica



RIO SÃO FRANCISCO

- Localização
- ✓ Estado
- Ottobacias

CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten Signature]
 Rodrigo Vasconcelos Kobil
 Analista Ambiental
 COMID/CGENE/DILIC/BAMA
 Mat. 2449847

EM BRANCO

975
Proc.: 8472/99
Rubr.:
Fis.: 13
Assinatura: [assinatura]

[Link direto >> UHE Luiz Gonzaga \(Itaparica\)](#)

MPF PRPE SOTC
K
Fl. 37

Dados do empreendedor - Fonte: Cadastro Técnico Federal

CNPJ/CPF:	33.541.368/0001-16
Nº de inscrição do CTF:	85.419
Nome ou Razão Social:	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO-CHESF
Endereço:	RUA DELMIRO GOUVEIA, 333 - BONGI - RECIFE/PE - CEP: 50761-901
Caixa Postal:	
Nome do Representante Legal:	DILTON DA CONTI OLIVEIRA
CPF do Representante:	018.205.404-72
Telefone:	(0xx81) 322-92212
Fax:	(0xx81) 322-92413
E-mail :	flyra@CHESF.GOV.BR
Registro Comercial:	
Observações:	EMPRESA DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELETTRICA

CONFERE COM O ORIGINAL

[assinatura]
Rodrigo Vasconcelos Koblitz
Analista Ambiental
CO-1/D/CGENIE/DILIC/IBAMA
Mat. 2449847

EM BRANCO

Fis.: 976
Proc.: 8472/99
Rubr.: 

PROT. 2002
Fis.: 14
Rubrica: 

MPF PRPE SOTC
FL. 18

Empreendedor:

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO-CHESF

Empreendimento:

UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)

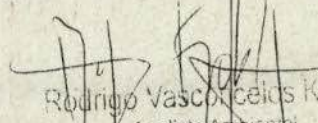
Tipo da licença	Nº/Ano	Data de Emissão	Data de Vencimento	Expira em
Licença de Operação	510/2005	23/12/2005	22/12/2009	1218 dias
Retificação de Licença de Operação	510/2005	03/05/2006	02/05/2010	1349 dias

Notificação 514107-B

Fica a CIA Hidroelétrica do São Francisco – CHESF notificada a adimplir as condicionantes da Licença de Operação Nº 510/2005 emitida em 23/12/2005 e retificada em 03/05/2006 referente a UHE Luiz Gonzaga (Itaparica) – Processo nº 02001.008472/99-58

Destaca-se, para o momento, as condicionantes 2.1 e 2.2 as quais devem ser adimplidas integralmente em prazo de até 30 dias contados a partir do recebimento desta notificação.

CONFERE COM O ORIGINAL


Rodrigo Vasconcelos Koblitz
Analista Ambiental
COHID/GENE/DILIS/BAAMA
Mat. 2449847

EM BRANCO

Processo 02001.008472/99-58



Interessado: Chesf - Companhia Hidroelétrica do Sao Francisco
 Cgc/cpf/matr:
 Telefone:
 Endereço:
 Bairro:
 Cep:
 Município:
 Tipo Interessado: Pessoa Jurídica

Resumo Assunto: Licenciamento Ambiental da Uhe Luiz Gonz Mais..
 Assunto: Licenciamento Ambiental
 Data Protocolo: 28-12-1999 11:40:00
 Documento Original: Doc. S/n

Seq	Destino	Tipo Destino	Data	Tipo Movimento	Despacho	Movimentado por
25	Cglic	Ibama	08-06-2004 10:57:52	Andamento	Tossie	Fcatia
24	Cglic	Ibama	02-06-2004 11:29:22	Andamento		Pmaria
23	Audit	Ibama	07-05-2004 10:08:34	Andamento	Por Solicitação	Fcatia
22	Cglic	Ibama	07-04-2004 11:14:45	Andamento		Santonia
21	Diraf	Ibama	09-03-2004 08:50:59	Andamento	De Acordo com Memo/diraf/cca/nº014/04.	Bjanaina
20	Cglic	Ibama	24-10-2003 14:08:52	Andamento	Entregue a Tossie	Siran
19	Direc	Ibama	17-09-2003 16:24:03	Andamento		Lmaria
18	Copuc	Ibama	16-09-2003 10:36:29	Andamento		Vmarcos
17	Direc	Ibama	15-09-2003 10:35:05	Andamento		Brubens
16	Gabin	Ibama	12-09-2003 09:12:01	Andamento		Lmaria
15	Copuc	Ibama	11-09-2003 11:01:17	Andamento		Smonica
14	Direc	Ibama	10-09-2003 17:06:42	Andamento		Cwesley
13	Proge	Ibama	10-09-2003 11:48:30	Andamento	Ao Dr. Sebastião, Informação nº 937.	Ocarlos
12	Coaju	Ibama	04-09-2003 15:19:13	Andamento		Cwesley
11	Proge	Ibama	03-09-2003 09:56:27	Andamento	Segue Três Copias do Aditivo de Seridó e Mais..	Siran
10	Direc	Ibama	26-08-2003 09:59:09	Andamento		Cwesley
9	Proge	Ibama	25-08-2003 16:55:10	Andamento	Ao Dr. Sebastião, Informação nº 888.	Ocarlos
8	Coaju	Ibama	21-08-2003 15:58:36	Andamento		Cwesley
7	Proge	Ibama	21-08-2003 15:52:00	Andamento	À Dra. Maria de Jesus.	Praquel
6	Conep	Ibama	18-08-2003 09:10:27	Andamento	À Dra. Conceição	Praquel
5	Conep	Ibama	09-07-2003 19:59:24	Andamento	A Sra. Coordenadora.	Cwesley
4	Proge	Ibama	09-07-2003 17:45:38	Andamento	Processo com Informação Técnica do Ermo Mais..	Siran
3	Direc	Ibama	09-07-2003 10:09:22	Andamento	Despachado para Dr. Osnil J. Nepomuceno Mais..	Tossie
2	Cglic	Ibama	09-07-2003 10:06:39	Andamento		Pveronica
1	Coair	Ibama	28-12-1999 11:41:00	Entrada		Fluciana

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental

DESPACHO n° 1 /2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

ASSUNTO: Licenciamento ambiental da UHE Luiz Gonzaga

PROCESSO n° 02001.008472/1999-58

INTERESSADO: Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF

À equipe técnica encarregada pelo processo,

O Parecer Técnico n° 99/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, avalia o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação n° 510/2005, com base nos documentos juntados ao respectivo processo administrativo, assim como vistorias realizadas e reuniões técnicas com a participação de consultores e representantes da CHESF.

O referido Parecer ainda apresenta discussões para a definição dos programas ambientais pertinentes à sequência do processo, com vistas a instruir a renovação da LO n° 510/2005. Neste respeito, é importante consignar que, uma vez constatado que o atendimento das condicionantes e demais ações ambientais da CHESF relacionadas à UHE Luiz Gonzaga não se encontravam sistematizadas na forma de um Projeto Básico Ambiental (PBA), a renovação da LO somente ocorrerá após a definição deste PBA, o qual será implementado na vigência da próxima licença.

Deste modo, considerando que o Parecer n° 99/2011 recomenda uma série de ações para a gestão ambiental do empreendimento, solicito:

- (i) Destacar as ações que solicitam à CHESF produtos que servirão para a definição do PBA necessária à renovação da LO, as quais devem ser solicitadas de imediato;
- (ii) Destacar as ações que deverão ser implementadas no âmbito do PBA, para que integrem o documento base a ser exigido pela futura licença de operação;
- (iii) Destacar, em Nota Técnica específica, as irregularidades constatadas no processo, as quais, em razão de terem acarretado prejuízos ao meio ambiente, devem ser objeto de aplicação de penalidade. Após a instrução, a NT deve ser encaminhada à CGFIS/DIPRO.

Brasília, 13 de janeiro de 2012.


THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétrica



EM BRANCO





Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura em Energia
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282, Fax: (61) 3307-1328 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Fls.: 379
Proc.: 8472/99
Rubr.: [assinatura]

Ofício nº 38/2012/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 17 de janeiro de 2012.

À Senhora

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES

Procuradora da República

Procuradoria da República Polo Serra Talhada/Salgueiro

Rua Joaquim Godoy, nº 485 - Nossa Senhora da Penha -

56912-450 - Serra Talhada/PE – Tel/Fax: (87)3831-6090/7292

Assunto: Resposta ao Of. nº 1219/2011 – PR POLO STA/SGO – 1º OF
Ref. ICP nº 1.26.000.000362/2007-13

Senhora Procuradora,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, informo que este Instituto realizou, no 2º semestre de 2011, vistoria técnica à área da UHE Itaparica, bem como reuniões com a Chesf para avaliação das principais questões ambientais pertinentes ao empreendimento, no âmbito do processo de renovação da licença ambiental emitida em favor do referido empreendimento.

2. Dada a complexidade do licenciamento em questão, é necessário a definição de um conjunto de programas ambientais, por meio dos quais realizar-se-á a gestão dos impactos ambientais relativos à implantação e operação do empreendimento.

3. A Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas entendeu adequado a discussão destes programas de forma conjunta para todo o complexo de hidrelétricas do Rio São Francisco; de Sobradinho a Xingó, o que permitiria maior integração das ações ambientais de cada empreendimento. O planejamento definido para esta demanda prevê a conclusão das avaliações no mês de julho deste ano.

4. Não obstante, ainda no início do mês de fevereiro, o Ibama definirá encaminhamentos intermediários, com a definição de medidas prévias que a Chesf deve adotar com vistas a obter a renovação das licenças.

5. Diante do exposto, solicito 30 (trinta) dias para resposta ao Ofício 1219/2011.

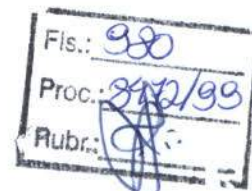
Atenciosamente,

ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ
Coordenador Geral de Infraestrutura em Energias

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica



Despacho COHID nº 6/2012

ASSUNTO: Documentação Extemporânea

Ao Ponto Focal do Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Itaparica

Encaminho a seguinte relação de documentos para serem anexados aos autos do Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Itaparica:

- CE-DEMG-012/2009
- CE-DEMG-0190/2009
- Memorando 219/2009 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
- Memorando 233/2009 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 19 de janeiro de 2012.

Marcelo Duarte da Fonseca

Marcelo Duarte da Fonseca
Analista Ambiental
Matrícula: 1814091
COHD/CGENE/DILIC/



EM BRANCO

SECRETARIA DE ESTADO
DE ECONOMIA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
E FINANÇAS

Recife, 09 de setembro de 2008

CE-DEMG-0190/2008

**Ilma. Sra.
Moara Menta Giasson
Coordenador de Energia e Hidrelétrica e Transposição
COHID/CGNENE/DILIQ/IBAMA
SCEN - Setor e Clubes Esportivos Norte - Trecho 2
Ed. Sede do Ibama - Cep: 70.818-900
Brasília - DF**

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 10.996
DATA: 16/09/08
RECEBIDO: Flor

Assunto: Relatórios de Atendimento às condicionantes específicas, subitens 2.1 e 2.3, da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga.

Referência: Licença de Operação nº 510/2005

Estamos enviando, em anexo, para conhecimento de V.Sa., os Relatórios da 1ª oficina decorrente do "Programa de Educação Histórico Patrimonial para os Municípios Atingidos pelo Empreendimento Itaparica" e decorrente do 1º Seminário do "Programa de Apoio Institucional aos Municípios do Entorno dos Reservatórios", programas estes requeridos respectivamente nos subitens 2.1 e 2.3 da licença em referência.

Estamos ao inteiro dispor, caso sejam necessárias informações complementares.

Atenciosamente,



**Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG
E-mail: valeriov@chesf.gov.br**

PT 078/2009
de 11/08/09


A CEN
16/09/08

De ordem EGENE, à
Cohid. Assis
16/09/08

AO ANALISTA MARCOS,
PARA VERIFICAR ATENDIMENTO
DAS CONDIÇÕES

17.09.08


Moara Menta Giasson
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
e Transposições
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA


Marcos Fernando de Assis
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
MAT. 1572955

Estados do interior, para serem necessárias informações complementares.

Atendimento

Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG
E-mail: valeria.vanda@brasil.gov.br

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CE-DEMG-012/2009

PROTOCOLO/IBAMA

DILIC/DIQUA

Nº: 946

DATA: 28/01/09

RECEBIDO: FLOM



Recife, 27 de janeiro de 2009

Ilma. Sra.
Moara Menta Giasson
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições
COHID/CGNENE/DILIQ/IBAMA
SCEN - Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 02
Ed. Sede do IBAMA - Cep: 70.818-900 Brasília - DF

Assunto: Atendimento às condicionantes da L.O. da UHE Luiz Gonzaga - Programa de Educação Histórico Patrimonial nos municípios do entorno da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga.

Referência: Licença de Operação nº 510/2005

Prezada Senhora,

Estamos enviando, em anexo, para conhecimento de V.Sa., relatórios do **Programa de Educação Histórico Patrimonial nos municípios do entorno da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga**, conforme item 2.1 da licença em referência.

Estamos ao inteiro dispor, caso sejam necessárias informações complementares.

Atenciosamente,


Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG
E-mail: valeriav@chesf.gov.br

Relatórios anexos:

- Volume 01/03 - Relatório Final e Relatórios Municipais;
- Volume 02/03 - Programação, Apresentações e Insumos Teóricos;
- Volume 03/03 - Cartaz, Cédula de Votação, Frequência, Avaliações e Correspondência.

DI 078/2009
de 11/08/09

A CGENE em
28/01/09 FLOM

De ordem CGENR,
a comid.

Assis 29/1/09


Marcos Fernando de Assis
Analista Ambiental
COHID/CGENR/DILIC/IBAMA
MAT. 1572955



Fis.:	983
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica

MEMO Nº 219/2009 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 24 de julho de 2009.

Ao: Arquivo da Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental
Assunto: Arquivamento de documentos da UHE Paulo Afonso e Itaparica

Solicito o arquivamento dos documentos citados abaixo:

- Estudo do Ecossistema dos reservatórios das barragens do Sistema Hidroelétrico de Paulo Afonso e Itaparica (terceira etapa). 2004
- Mapeamento e Monitoramento dos Processos Erosivos nas encostas do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Plano de Trabalho. Versão Final. Setembro 2006.
- Relatório das Ações Ambientais Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga. Novembro 1999.
- Estudo Ambiental da Barragem de Itaparica Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga. Dezembro 2003.
- Detalhamento dos Projetos de Reassentamento criados em Decorrência da UHE Luiz Gonzaga. Dezembro 2006.
- Programa de Levantamento e Monitoramento da Fauna nas Áreas de Reserva Legal dos Projetos de Irrigação. Plano de Trabalho. Fevereiro/2005.
- Programa de Levantamento e Monitoramento da Fauna nas Áreas de Reserva Legal dos Projetos de Irrigação. 1º relatório trimestral. Fevereiro/2005.
- 2 cópias - Programa de Monitoramento Limnológico e Avaliação da Qualidade da Água do Reservatório Itaparica. – 2º Relatório Trimestral. Maio 2004.
- Programa de Monitoramento Limnológico e Avaliação da Qualidade da Água do Reservatório Itaparica. – 3º Relatório Trimestral. setembro 2004.
- Estudos Limnológicos do complexo hidroelétrico de Itaparica e Paulo Afonso. Agosto 2000.



EM BRANCO

F.º	984
Proc.º	3472/99
Rubr.	

- 3º Relatório de atividades – Demarcação e Sinalização de Áreas da Reserva Legal Projetos Irrigados Itaparica. Novembro 2004.
- Estudo dos Ecossistemas dos Reservatórios das Barragens do Sistema Hidroelétrico de Paulo Afonso e Itaparica (Terceira Etapa) Relatório Final. 2003.

Atenciosamente,


Moara Menta Giasson
Coordenadora de Energia Hidrelétrica

Recebi em 27/07/09.



EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Fls.: 989
Proc.: 867293
Rubr.: [assinatura]

MEMO n.º 217/2009 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Em, 21 de julho de 2009.

Ao Arquivo da DILIC

Assunto: UHE Itaparica – **Arquivamento de estudos.**

Ref: **Processo n.º 02001.004466/2004-31**

1. Solicito o arquivamento do seguinte volume:
 - a)
 - 1 Estudo Ambiental da Barragem de Itaparica Usina Hidro Elétrica Luiz Gonzaga
 - 2 2º Relatório de Demarcação e Sinalização de Áreas de Reserva Legal Projetos Atividades Irrigados de Itaparica
 - 3 6º Relatório Programa de Monitoramento Limnológico e da Avaliação da Trimestral Qualidade da Água do Reservatório de Itaparica
 - 4 7º Relatório Programa de Monitoramento Limnológico e da Avaliação da Trimestral Qualidade da Água do Reservatório de Itaparica
 - 5 5º Relatório Programa de Monitoramento Limnológico e da Avaliação da Trimestral Qualidade da Água do Reservatório de Itaparica
 - 6 4º Relatório Programa de Monitoramento Limnológico e da Avaliação da Trimestral Qualidade da Água do Reservatório de Itaparica
 - 7 3º Relatório Programa de Monitoramento Limnológico e da Avaliação da Trimestral Qualidade da Água do Reservatório de Itaparica
 - 8 1º Relatório Anual Programa de Monitoramento Limnológico e da Avaliação da Qualidade da Água do Reservatório de Itaparica
 - 9 Programa de Educação Histórico Patrimonial dos Municípios da Uhe Luiz Gonzaga

EM BRANCO

10 2º Relatório de Demarcação e Sinalização de Áreas de Reserva Legal Projetos
Atividades Irrigados de Itaparica

Atenciosamente,

Fis.: 986
Proc.: 8472/99
Rubr.: 


MOARA MENTA GIASSON
Coordenadora de Licenciamento de Energia Hidrelétrica

©

RECEBUEIRO

EM BRANCO

Fls.:	987
Proc.:	8472/99
Rubr.:	



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

DESPACHO

PROCESSO nº 02001.008472/99-58 – UHE Luiz Gonzaga

ASSUNTO: Inclusão de documentos extemporâneos

Trata-se da inclusão dos seguintes documentos:

- Parecer nº 99/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 28 de setembro de 2011;

Estes documentos foram incluídos extemporaneamente no processo.


Henrique Cesar Lemos Jucá
Analista Ambiental
Matr 1769.875
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 24 de janeiro de 2012.



EM BRANCO

EM BRANCO
EM BRANCO
EM BRANCO

Fls.: 988
Proc.: 8470/99
Rubr.: 1



M M A

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica e Transposições

PARECER Nº 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 28 de setembro de 2011

Ref: Análise do cumprimento das condicionantes da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga. Processo nº 02001.008472/1999-58

I. INTRODUÇÃO

Este Parecer tem como objetivo a análise do cumprimento das condicionantes da Retificação da Licença de Operação nº 510/2005 de 03 de maio de 2006 relativa à Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga, visando subsidiar a decisão sobre sua renovação.

Para subsidiar tal análise foram realizadas vistorias técnicas à área do empreendimento e reuniões entre o Ibama e a Chesf, além de verificação da documentação contida no processo de licenciamento e as informações atualizadas apresentadas pelo empreendedor.

II. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento UHE Luiz Gonzaga está localizado no Submédio curso do Rio São Francisco, entre os Estados de Pernambuco e Bahia. A usina foi projetada entre a barragem de Sobradinho e a 50 km jusante do Complexo de Paulo Afonso, abrangendo os municípios de Belém do São Francisco, Itacuruba, Floresta, Petrolândia e Jatobá, no Estado de Pernambuco e Rodelas, Chorrochó e Glória, na Bahia.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A usina é composta por uma barragem de seção mista terra-enrocamento, com altura máxima de 105,0m, dispõe de seis turbinas unitárias de 246.600 kW que geram uma potência total de 1.479.600 kW.

III. HISTÓRICO

Apresenta-se a seguir histórico da documentação contida no processo que trata do Licenciamento ambiental UHE Luiz Gonzaga:

- 17.12.1999 Chesf requereu a regularização ambiental da UHE Luiz Gonzaga, sendo aberto o processo nº 02001.008472/1999-58, no interesse da Chesf.
- 16.01.2004 Ibama emite a Licença Especial nº 001/2004 autorizando a redução, em caráter emergencial por 150 dias, da vazão do Rio São Francisco a partir da UHE Sobradinho, Complexo Paulo Afonso e UHE Xingó para 1100 m³/s.
- 26.05.2004 Ibama emite o Parecer Técnico nº 146/2005 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA.
- 23.12.2005 Ibama emite a LO nº 510/2005 autorizando o funcionamento da UHE Luiz Gonzaga.
- 02.05.2006 Ibama emite a Informação Técnica nº 03/2006 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, com subsídios técnicos para alteração da Licença de Operação nº 510/2005.
- 03.05.2006 Ibama emite a 1ª Retificação da Licença de Operação nº 510/2005.
- 20.06.2006 Chesf encaminha a Correspondência CE-DEMG-109/2006 com os Termos de Referência dos programas ambientais a serem implementados.
- 31.07.2006 Ibama emite a Informação Técnica nº 17/2006 COHID/CGENE/DILIQ com análise do atendimento às condicionantes da Licença, bem como recomenda a notificação da Chesf para apresentação dos programas ambientais.
- 29.08.2006 Chesf recebe a notificação número 514107 série B para que cumprisse as condicionantes da Licença de Operação num prazo de 30 dias.
- 29.09.2006 Chesf encaminha resposta a notificação por meio da correspondência CE-PR-382/2006.
- 25.10.2006 Ibama emite a Informação Técnica nº 40/2006 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA na qual é recomendada aplicação de multa à Chesf pelo descumprimento das condicionantes 2.1 e 2.2 - LO nº 510/2005.
- 22.11.2006 Ibama lavra o auto de infração nº 557484-D, de 22.11.2006, em desfavor da Chesf.

- 17.10.2007 Ibama emite a Informação Técnica nº 55/2007 COHID/CGENE/DILIQ/IBAMA com análise da pertinência da aplicação da multa à Chesf.
- 21.11.2007 Ibama emite contradita ao recurso administrativo da CHESF sendo acatadas as recomendações da Informação Técnica nº 55/2007.
- 20.12.2007 Ibama emite a Licença Especial nº 001/2007 autorizando a redução, em caráter emergencial por 150 dias, da vazão do Rio São Francisco a partir da UHE Sobradinho, Complexo Paulo Afonso e UHE Xingó para 1100 m³/s.
- Jan./2008 Chesf encaminha Relatório de Atendimento às Condicionantes da Licença de Operação nº 510/2005 – UHE Luiz Gonzaga.
- 09.07.2008 Chesf envia a correspondência CE-DEMG – 0147/2007 com o Relatório de Atendimento às Condicionantes da Licença de Operação nº 510/2005.
- Set./2009 Chesf encaminha relatório de atendimento às condicionantes da LO nº 510/2009 – UHE Luiz Gonzaga.
- 26.01.2010 Chesf encaminha a Correspondência CE-DEMG-010/2010 com solicitação de renovação da Licença de Operação nº 510/2005 da UHE Luiz Gonzaga.
- 30.03.2010 Chesf encaminha Correspondência CE-DEMG-035/2010 com cópia das publicações da solicitação de renovação da LO nº 510/2005.
- 15.05.2011 Ibama realiza vistoria à área de influência da UHE Luiz Gonzaga visando a renovação da Licença de Operação nº 510/2005.
- 20.06.2011 Ibama emite o Relatório de Vistoria Conjunto nº 07/2011 com observações colhidas durante as atividades.
- 04.08.2011 realiza-se reunião entre o Ibama e a Chesf para discutir as pendências e observações relativas ao atendimento das condicionantes da Licença de Operação nº 510/2005.
- 21.06.2011 Ibama emite o Relatório de Vistoria relativo a parte da Ictiofauna com vistas à renovação da LO nº 510/2005.

IV. ANÁLISE AS CONDICIONANTES DA RETIFICAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 510/2005

1. CONDICIONANTES GERAIS:

1.1. A concessão desta Licença de Operação deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Conama nº 006/86, e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

[Assinaturas manuscritas]

A correspondência CE-DEMG 0149/2006 encaminha cópia das publicações da Licença de Operação nº 510/2005 no Diário Oficial da União e nos principais jornais de Pernambuco e da Bahia.

Da mesma forma, a correspondência CE-DEMG-035/2010 protocolada em 30 de março de 2010 apresentava cópias da publicação da Solicitação de Renovação da Licença de Operação do Complexo Paulo Afonso no Diário Oficial da União e nos jornais de maior circulação no estados de Pernambuco e da Bahia.

1.2. Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA.

Não houve comunicações da Chesf quanto à necessidade de alterações no projeto do empreendimento.

1.3. A renovação desta Licença de Operação deverá ser requerida em conformidade com a Resolução Conama nº 237/97.

Conforme o artigo 18, § 4º da Resolução Conama nº 237/1997 a renovação da Licença de Operação de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Considerando que a Retificação da Licença de Operação nº 510/2005 foi emitida em 03 de maio de 2006, o empreendedor deveria ter requerido a renovação da referida Licença até o dia 03 de janeiro de 2010, atendendo a determinação de solicitação num prazo mínimo de 120 dias antes de sua expiração. Contudo, o protocolo de renovação da LO nº 510/2005 ocorreu no dia 22 de janeiro de 2010, excedendo em cerca de 20 dias o prazo estipulado.

Neste sentido, recomenda-se que haja análise jurídica sobre as implicações do ocorrido, bem como da melhor forma de encaminhamento da questão.

Todavia, cabe destacar que a solicitação fora do prazo da renovação da Licença não ofereceu empecilho à análise técnica apresentada neste documento.

A condicionante não está atendida.

1.4. O IBAMA deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venho causar dano ambiental.

Não houve nenhuma ação relacionada a esta condicionante.

1.5. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:

re

Q.









4/24

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- grave risco ambientais e de saúde.

Durante a vigência da Licença de Operação nº 510/2005 está foi retificada uma única vez a partir da Informação Técnica nº 03/2006 sendo sugeridas a retirada e manutenção de condicionantes na referida Licença.

1.6. Perante o IBAMA, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF é a única responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e pela integridade estrutural e ambiental decorrentes da operação do empreendimento.

A Chesf afirma em todos os relatórios encaminhados estar ciente de sua responsabilidade, bem como se compromete a implementar os compromissos assumidos no licenciamento do empreendimento.

Entretanto, no mês de agosto de 2006, a Companhia foi notificada por descumprimento das condicionantes 2.1 e 2.2 da Licença de Operação nº 510/2005, conforme Informação Técnica nº 17/2006 que determinou um prazo de 30 dias para que a empresa cumprisse as condições estabelecidas.

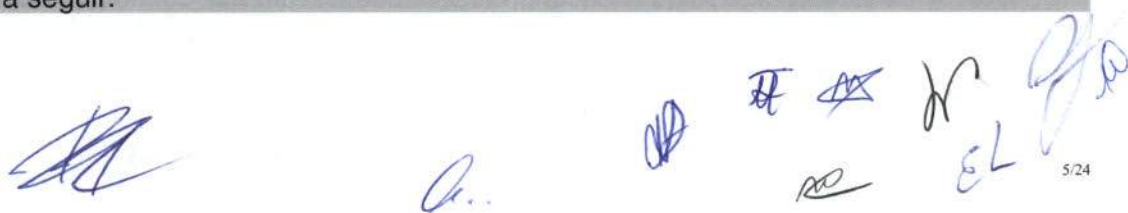
Em resposta, a Chesf encaminhou Correspondência CE-PR-382/2006. As informações constantes nessa Correspondência foram objeto de análise da Informação Técnica nº 40/2006 que considerou que a empresa não cumpriu o estabelecido na LO nº 510/2005 sendo recomendada a aplicação de multa.

Desta forma, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco foi autuada em 22 de novembro de 2006 por meio do Auto de Infração nº 557484-D, sendo imputada multa no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais) que foi paga pelo empreendedor.

Neste sentido, após emissão da Nota Informativa nº 006/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA esclarecendo que o empreendimento está em análise da renovação da Licença de Operação, procedeu-se o arquivamento na Superintendência do Ibama/PE do processo nº 02019.001255/2006-10 referente à multa a empresa.

2. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

2.1. Detalhar, num prazo de 50 dias, todos os programas ambientais propostos pela empresa, a seguir:



- Programa de Educação Histórico Patrimonial para os Municípios atingidos pelo Empreendimento Itaparica.

A Chesf enviou o Programa Histórico Patrimonial, por meio da Correspondência n° CE-DEMG-109/2006. Em reunião realizada com a Chesf, o Ibama solicitou apresentação do Programa de forma detalhada conforme a condicionante 2.2. A Chesf enviou um Termo de Referência que foi analisado pelo Ibama por meio da Nota Técnica n°17/2006. A referida análise considera que a condicionante não foi atendida recomendando que a empresa fosse notificada. Posteriormente, na Nota Técnica n° 40/2006, o Ibama recomenda a autuação da Chesf por descumprimento da condicionante.

Posteriormente, o Programa enviado foi analisado por meio do Parecer Técnico n.33/2008 que o aprovou.

A Correspondência CE-DEMG-044/2010 encaminhou os relatórios finais do Programa de Educação Histórico Patrimonial para os Municípios Atingidos pelo Empreendimento Itaparica.

Na memória da reunião de julho de 2011, a equipe se manifestou pelo atendimento da condicionante. Embora o Programa tenha sido cumprido entende-se que devem ser desenvolvidas ações de educação histórico patrimonial

- Programa de Educação e Saúde Ambiental (PESA).

Em 2006, a Chesf enviou o Programa Educação e Saúde Ambiental por meio da Correspondência n° CE-DEMG-109/2006 que foi analisado pelo Ibama. Na Nota Técnica n.17/2006, o Ibama informou à Chesf que o Programa não foi aprovado por não atender a solicitação da condicionante.

Em 2009, através do Ofício n° 110/2009, novamente foi solicitado o envio do PESA no prazo de até 30 dias. Em reunião ocorrida em maio de 2009 na sede do Ibama, a Chesf apresentou o Plano de Ação Socioambiental (PAS) a ser implementado em Luiz Gonzaga, solicitando que este substituísse o PESA. Informou, ainda, que apesar de não ter enviado o PESA, realizou nos municípios algumas ações pontuais de Educação Ambiental e Saúde.

Em 2011, na reunião realizada em Recife, a Chesf se comprometeu a enviar relatórios dessas atividades e cronograma de implantação do PAS, que foi encaminhado por meio da Correspondência CHESF-DEMG-081/2011 atualmente em análise pela equipe do Ibama. Registra-se que os relatórios das ações desenvolvidas no PESA não foram remetidas a este Instituto até a presente data.

As ações de educação ambiental e saúde devem ser contínuas e entende-se que a condicionante não está atendida.



- Plano de Uso do Entorno dos Reservatórios, que deve ser feito de acordo com os preceitos da Resolução Conama nº. 302/2002, a partir do termo de referência emitido pelo Ibama, levando-se em conta a compatibilização com a legislação de uso do solo dos municípios.

O Plano de Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera foi apresentado por meio da Correspondência CE-DEMG-011/2009 de 27 de janeiro de 2009. O Plano deverá ser analisado pela equipe técnica do Ibama que emitirá Parecer específico sobre o assunto.

A condicionante está em análise.

- Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre

No Parecer Técnico nº 146/2005 que analisou o Estudo Ambiental da UHE Luiz Gonzaga foi salientado que o monitoramento da fauna e flora no entorno do reservatório serviria como instrumento de manejo ao permitir a definição das medidas visando a preservação das espécies e áreas identificadas como prioritárias.

Neste sentido, o Programa de Conservação da Fauna e Flora deve permitir se conhecer os impactos gerados com a implantação do empreendimento, a partir dessa informação será possível mensurar e definir ações para minimização desses impactos. No caso específico da UHE Luiz Gonzaga, cuja operação remonta à década de 80, o levantamento e monitoramento devem permitir a definição de medidas compensatórias como a indicação de espécies bioindicadoras, áreas prioritárias para conservação, manejo das espécies, entre outros.

Para atendimento à condição, a Chesf contratou serviço cujos trabalhos se encerraram em outubro de 2010 sendo remetido o relatório final do "Levantamento e Monitoramento da Fauna e Flora do Entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica". O referido relatório foi objeto de análise no Parecer Técnico nº 70/2011 no qual concluiu-se que o trabalho realizado não atendeu ao colocado na condicionante. Segundo analisado, o estudo não aborda os aspectos relevantes da influência do empreendimento sobre a fauna e flora da região. Além do fato dos resultados apresentados não permitirem a definição das ações a serem implementadas numa segunda fase do Programa de Conservação da Fauna e Flora visto que são mostrados apenas dados inconsistentes.

Desta forma, para o alcance do objetivo do Programa será necessária a realização de um novo trabalho, para tanto deverão ser consideradas as informações levantadas no estudo apresentado, além dos dados do Programa de Levantamento e Monitoramento da Fauna nas Áreas de Reserva Legal dos Projetos de Irrigação. Somente a partir do

levantamento dessas informações será possível se definir as ações necessárias visando a conservação da fauna e flora local.

Neste sentido, a empresa deverá realizar um Levantamento que produza informações consistentes acerca da atual situação da biodiversidade no entorno da UHE Luiz Gonzaga.

Apesar de não ter alcançado o objetivo esperado entende-se que a condicionante está parcialmente atendida.

- Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Baixo São Francisco.
 - a) Incluir o subprograma de sedimentologia abordando os seguintes tópicos:
 - b) identificar as cargas sólidas afluentes ao reservatório, para o acompanhamento dos efeitos decorrentes dos processos erosivos, levando e conta a taxa de sedimentação;
 - c) avaliar o transporte de sedimentos dentro do reservatório de Itaparica, através de medições das descargas líquidas e sólidas, em períodos que caracterizem um ciclo hidrológico;
 - d) avaliar quão comprometidas podem ficar em termos qualitativos as águas do reservatório, face as características das cargas sólidas afluentes.

Em reunião ocorrida em julho de 2011, a Chesf informou que o Programa está sendo executado. O Ibama solicitou que fossem enviados os relatórios já existentes e também uma consolidação de todas as ações em ictiofauna que a empresa desenvolve e que porventura não estejam consignadas no processo de licenciamento, incluindo ações desenvolvidas em parceria e convênios.

Em atendimento a solicitação, a Chesf encaminhou o 3º Relatório Anual (2010) do Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Baixo São Francisco no Reservatório de Itaparica, além de relação contendo as atividades realizadas pela empresa relacionadas aos ecossistemas aquáticos, entre eles destaca-se: Tecnologias Inovadoras Aplicadas a Carcinofauna voltada à Mitigação de Impactos Econômicos e Ambientais (2005-2008); Avaliação Genética do Estoque Fundador de Surubim, para o Repovoamento o Submédio Rio São Francisco (2003-2008); Desenvolvimento de Marcadores de Microsatélite para Espécies Nativas da Ictiofauna para Produtores Agropecuários e Pescadores do Território do Entorno da Barragem de Sobradinho (2010-2014), entre outros.

No âmbito do Subprograma de Limnologia foi abordado o subitem de sedimentologia. Foram calculadas as cargas sólidas e as taxas de assoreamento nas 12 estações de monitoramento limnológico durante os três anos de vigência do programa. Como a escolha



das estações contemplavam a presença de tributários e estações espalhadas pelo corpo do reservatório, os resultados obtidos foram considerados satisfatórios.

Os resultados do estudo apontam para valores medianos de turbidez no reservatório de Itaparica, relativamente baixos durante o terceiro ano estudado, permanecendo sempre abaixo de 9 UNT. É justificado que isso ocorre em função deste se situar "em cascata", à jusante do reservatório de Sobradinho, que retêm em sua barragem grande parte dos sólidos em suspensão recebidos do Rio São Francisco e seus tributários à montante. Acrescenta que em períodos chuvosos, com a diminuição da luz e carreamento de sólidos para a bacia, ocasiona aumento da turbidez trazendo limitações ao desenvolvimento planctônico e ocasionando, em muitos casos, o desaparecimento desse gradiente em reservatórios. O estudo informa que na análise das frações orgânicas e inorgânicas dos sólidos obtidos na sedimentação, a parcela inorgânica permanece acima de 80% do total no início do reservatório e 60% ao final, expressando uma tendência de diminuição no sentido rio-barragem em março de 2010. Já em setembro, o predomínio dessa parcela sobre a matéria orgânica nos sólidos em sedimentação ocorreu ao longo de todo reservatório.

Com a inclusão do subitem de sedimentologia dentro do Programa do Inventários dos Ecossistemas Aquáticos. A condicionante está atendida.

2.2. O detalhamento dos programas deve conter:

- Justificativa – descrever qual(is) a(s) situação(ões)/problema(s) a ser(em) trabalhado(s), ou seja, qual(is) o(s) impacto(s) resultante(s) da atividade que pode(m) ser minimizado(s) ou compensado(s).
- Objetivos do Projeto (Geral e Específicos) – explicitar o objetivo geral do projeto, bem como os objetivos específicos. Os objetivos específicos devem demonstrar a maneira pela qual será alcançado o objetivo geral e devem ser definidos para cada etapa do projeto, quando couber.
- Metas – apresentar metas, que devem estar vinculadas aos objetivos específicos e serem mensuráveis.
- Indicadores Ambientais – apresentá-los, relacionando-os aos objetivos e metas, considerando a sua representatividade e sensibilidade às mudanças, de modo a determinar as condições do meio ambiente e a eficiência da gestão ambiental durante o desenvolvimento da atividade.
- Público-alvo – identificar o público-alvo a ser atingido com o projeto.













- Metodologia e Descrição do Projeto – descrever o modo como será desenvolvido o projeto, o programa de amostragem detalhado, explicitando claramente seus métodos e técnicas específicas.
- Inter-relação com outros Planos e Projetos – quando houver interação entre projetos, a inter-relação entre eles e o grau de interferência para se alcançar os objetivos determinados devem ser explicitados, sempre que cabível.
- Atendimento a Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos – todos os projetos devem considerar os requisitos legais, bem como normas e diretrizes aplicáveis. O atendimento aos requisitos deve fazer parte dos objetivos do projeto.
- Etapas de Execução – descrever as etapas de execução do projeto.
- Recursos Necessários – descrever os recursos físicos, financeiros e humanos.
- Cronograma Físico-Financeiro – detalhar os períodos de execução de cada etapa, bem como dos recursos necessários para o desenvolvimento do Projeto.
- Acompanhamento e Avaliação - estabelecer procedimentos para o acompanhamento e avaliação de desempenho no cumprimento do projeto/plano.
- Responsáveis pela Implementação do Projeto – especificar os responsáveis pela implementação do projeto, incluindo as instituições envolvidas e as respectivas responsabilidades durante todo o processo de implementação. Incluir informações, tais como: o tipo de instituição (governamental ou não, privada, etc.), endereço, responsável, entre outros.
- Responsáveis Técnicos – apresentar os responsáveis técnicos pelo projeto, bem como toda equipe técnica, indicando a área profissional de atuação, o número de registro no respectivo conselho de classe, quando couber, e no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (no caso deste último, anexar cópia).
- Bibliografia – relacionar a bibliografia utilizada na elaboração do projeto.

O objetivo da condicionante era orientar o empreendedor na elaboração de Projetos Executivos visando a implantação dos Programas Ambientais.

Constata-se entretanto que os Programas recebidos não apresentaram o detalhamento de acordo com todos os subitens da condicionante, entretanto, observou-se que após a multa lavrada em decorrência desta houve uma resposta positiva por parte do empreendedor no cumprimento a mesma.

Portanto, na análise do atendimento à condicionante verifica-se que esta não foi atendida satisfatoriamente. Inclusive este foi um dos motivos da autuação da empresa, em 2006, visto terem sido apresentados apenas termos de referência para contratação dos programas propostos.

A condicionante está parcialmente atendida.

2.3. Acrescentar, num prazo de 50 dias e com o mesmo detalhamento, os seguintes programas ambientais propostos pelo IBAMA:

- Programa de Apoio Institucional aos Municípios do Entorno dos Reservatórios, com o objetivo de capacitá-los a captar recursos para investimento nas áreas de saneamento, meio ambiente e desenvolvimento econômico;

A Chesf enviou o termo de referência em 2006 para análise do Ibama. A informação Técnica nº 17/06 sugeriu a notificação da empresa por descumprimento da condicionante e na sequência foi aplicada multa.

Posteriormente à autuação, o Programa foi enviado. Os Relatórios de Atendimento às Condicionantes informam que foram realizados dois Seminários. Em 2009, foi encaminhado o Relatório Final do Programa.

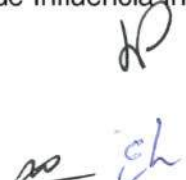
Na Correspondência CHESF-DEMG 81-2011, a empresa propõe a inclusão deste Programa no PAS que é objeto de análise da equipe que se manifestará sobre a viabilidade da inserção dessas ações no âmbito do Plano.

A condicionante está parcialmente atendida.

- Programa de Monitoramento das Fontes de Poluição Externas aos Reservatórios.

Foi informado pela Chesf que este programa está contemplado no Programa Inventário de Ecossistemas Aquáticos. Em vistoria constatou-se a instalação de empresas com lançamento de efluentes nos reservatórios.

No 3º Relatório Anual do Programa Inventário de Ecossistemas Aquáticos no estudo de limnologia é informado que o fósforo total registrou valores acima do limite de 30 µg.L-1 P estabelecido pelo Conama para ambientes lênticos em todas as estações, meses e profundidades. Informa ainda que a presença de óleos e graxas foi constatada nas estações de amostragem do reservatório, nos meses de dezembro de 2009 e setembro de 2010, com valores próximos ao mínimo da detecção do método e virtualmente ausentes, não sendo possível identificar a fonte. Observa-se que as fontes externas de poluição nos reservatórios localizam-se tanto nas Áreas de Influência Direta – AID como nas Áreas de Influência Indireta – AII.



No monitoramento de agrotóxico, apenas na campanha de março de 2010 foi detectado o agrotóxico Ametrina na estação AGRO 002, nas demais estações e campanhas não foram detectados resíduos dessas substâncias ao longo do ano.

Com a construção do reservatório, a implantação de perímetros irrigados e o aumento da densidade populacional nas AID e AII, atraída pela oferta permanente de água, torna necessária uma ampliação do monitoramento das fontes de poluição, que causem ou possam vir a causar impactos sobre a Ictiofauna.

Embora sejam apresentados nos relatórios quadrimestrais do Subprograma de Limnologia resultados de análise de monitoramento da qualidade da água do reservatório, os estudos não fazem uma análise crítica destes resultados para identificar a fonte poluidora.

Este é um Programa de ação continuada, e a condicionante está parcialmente atendida.

- Programa de Recuperação das Áreas Degradadas;

Foi solicitado ao empreendedor a apresentação de Programa de Recuperação de Áreas Degradadas visando a recomposição natural e a estabilização física das paisagens a partir do desenvolvimento de práticas de recuperação dessas áreas.

Em outubro de 2006, foi contratada a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – Faturpe para execução do Programa.

O Plano de Trabalho do PRAD foi remetido ao Ibama em maio de 2007. Segundo consta no Plano, os serviços visavam reabilitar as áreas degradadas ou alteradas pela instalação da UHE.

Pelo informado, o trabalho de recuperação aconteceu no entorno da UHE Luiz Gonzaga compreendendo os municípios de Jatobá/PE e Glória/BA totalizando uma área de 52 ha. Neste sentido, foram delimitadas 8 áreas degradadas, conforme coordenadas abaixo, a serem recuperadas por meio da revegetação com espécies nativas da caatinga.

Área	Coordenadas
01	PE 0577501 - 8988588
02	PE0577480 - 8988740
03	PE0577338 - 8988696
04	PE 0577345 - 8988586
05	BA0576002 -

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

8988026
06 - BA0575534 - 8988026
07 - BA0574712 - 8987904
08 - BA0575685 - 8987472

Segundo consta, para determinação das espécies foi realizado um estudo nos fragmento de mata sendo observadas a densidade e diversidade de plantas no entorno da região a ser trabalhada.

É importante frisar que apesar da delimitação das áreas para os trabalhos do PRAD não consta no processo nenhuma informação sobre a existência de outras localidades que necessitariam da implementação de ações de recuperação.

Para tanto é preciso que se realize o mapeamento de todas as localidades efetivamente utilizadas pela empresa na fase de instalação e operação da usina hidrelétrica. Neste sentido, apesar de não constar na licença de operação do empreendimento o Ibama tem requerido da Chesf, por meio de reuniões e Ofícios, o envio de mapeamento georreferenciado das referidas áreas.

Outra constatação refere-se a ausência de informação acerca da áreas degradadas que são ou não de propriedade da empresa visto que no relatório final das atividades foi relatado que ao longo do desenvolvimento do Programa essa indefinição levou à paralisação do serviço e, posteriormente, a troca das localidades a serem recuperadas.

A metodologia empregada no Programa compreendeu um diagnóstico preliminar, levantamento da topografia e definição de critérios para recuperação das áreas degradadas. A partir dessas informações foram definidas as formas de recuperação.

No levantamento topográfico e pedológico foram reconhecidos alguns cenários relativos às formas de degradação/erosão dos solos como: depósitos de materiais (matacões) rochosos, aterros para construção de estradas e área utilizada como vista panorâmica da barragem, trechos com remoção de materiais para aterro de estradas, depósitos de lixo, remoção de areia para construção, áreas com ocorrência de erosões em sulco e voçorocas e áreas alagadas.

Pelo informado no relatório final constatou-se ainda a predominância de solos arenosos com baixa fertilidade o que exigiu a aplicação de medidas corretivas antes do início do serviço.

Q.

HP
ch
13/24

Em expedição as áreas dos municípios de Porto da Folha/SE, Piranhas/AL, Glória e Geremoaba/BA, Poço Redondo/AL e outros foram definidas 22 espécies matrizes para coleta das sementes.

Desta forma, foram produzidas 37.030 mudas de somente 12 das espécies definidas não constando justificativa para a redução destas no desenvolvimento do Programa. Para o plantio das mudas foram utilizadas, sempre que possível, covas de 0,4 m³, entretanto, em alguns casos as covas foram menores devido a presença de solos raros. Foi adotada uma densidade média de 1000 plantas por hectare.

Pelo informado, o plantio de espécies nativas utilizou a técnica de cultivo mínimo sendo dada prioridade ao plantio de herbáceas, cactáceas e bromeliáceas, entre outras de pequeno porte, por conta das características locais.

Segundo o relatório, cerca de 4.000 mudas plantadas apresentavam bom desenvolvimento em janeiro de 2009.


Tendo em vista a alta taxa de mortalidade um levantamento na área levou a constatação de que mais de 95% das plantas são ameaçadas pela herbivoria que leva a morte 80% das mudas plantadas e replantadas.

Em vistoria realizada em junho de 2011 constatou-se que atualmente não vem sendo realizado nenhum trabalho de recuperação nas áreas do PRAD. As áreas não estão cercadas, sendo frequente encontrar gado. Também não foram vistas placas de identificação.

Não foi possível identificar indícios de trabalho anterior de recuperação das áreas, sendo observada uma grande quantidade de indivíduos da espécie *Prosopis juliflora* (algaroba) e de *Croton rhamnifolius* (velame), o que compromete o crescimento de espécies nativas, inclusive não sendo possível identificá-las.

Em relação a área de bota-fora às margens da BR-210 foi possível verificar a presença de rachaduras, consequência da instabilidade causada pela utilização da área na construção da usina, e das obras na estrada. Não foram realizadas obras de drenagem o que contribui para a instabilidade do terreno.

Foi apresentado em agosto de 2011, durante reunião informal realizada na Supes/PE, o documento "Serviços de Recuperação das Áreas Degradadas no Entorno da Usina Hidrelétrica de Itaparica - Plano de Trabalho Versão Preliminar" no qual é apresentada a proposta para o atendimento de duas demandas específicas: a recuperação de áreas degradadas pelo empreendimento UHE Luiz Gonzaga e recuperação de áreas degradadas pela implantação de projeto de irrigação no entorno no município de Glória/BA.



As ações desenvolvidas constituem-se em ações pontuais em razão da falta de mapa que delimite todas as áreas impactadas durante a fase de instalação e operação da UHE Luiz Gonzaga. Até o presente momento não há definições sobre as medidas a serem adotadas para cada área, o que só será possível após a conclusão dos levantamentos e análises de cada ponto degradado.

Na Correspondência CE-DEMG-082/2011 que encaminhou o plano preliminar recuperação de áreas degradadas pelo empreendimento UHE Luiz Gonzaga foi estimado um prazo de 80 dias para apresentação do mapeamento das áreas na usina pertencentes à Chesf.

O trabalho proposto abrange 10 fases que entre outros prevê, além do mapeamento, a definição dos tipos de intervenção. O cronograma foi previsto para um período de 36 meses nos quais pretende-se cumprir todas as etapas do serviço. Entretanto, cabe ressaltar que como a Chesf segue a Lei de Licitação deve constar no cronograma físico a previsão de contratação da empresa para execução do serviço.

Outro detalhe refere-se ao período de execução do serviço que segundo a proposta será de 36 meses cabe ressaltar que como a duração mínima de uma Licença de Operação é de 4 anos seria interessante que o serviço contemplasse esse período. Desta forma, será possível ao Ibama acompanhar durante a vigência da licença o atendimento à condição colocada diminuindo as chances de paralisação do trabalho.

Este é um Programa que deve ser mantido até a manifestação de aceite do Ibama. Entende-se que a condicionante está parcialmente atendida.

- Programa de Monitoramento dos Pontos Erosivos Críticos incluindo os seguintes subprogramas:

a) Subprograma de Monitoramento das Encostas, com os seguintes objetivos:

- identificar as áreas críticas marginais ao reservatório, com maior potencial de ocorrência de fenômenos de instabilização de encostas;
- apresentar mapeamento das encostas, indicando quais áreas que apresentam riscos de deslizamentos em função do potencial erosivo dos solos;
- definir medidas e ações específicas para minimização dos riscos, levando em consideração os problemas intrínsecos a cada área identificada;
- acompanhar de forma sistemática a evolução dos escorregamentos das áreas críticas, tendo como referência as novas situações de equilíbrio das encostas.

Na primeira etapa do trabalho, realizou-se um levantamento prévio para identificação das áreas de entorno do reservatório. Foi identificado o perfil dos solos de entorno e em seguida foram feitas análises químicas e granulométricas para caracterização e identificação das potencialidades destes tipos de solo. Foram determinadas 16 áreas críticas com maior potencial de ocorrência de assoreamento e instabilização de encostas. Estas áreas críticas foram mapeadas e georeferenciadas.

Todavia não foram definidas medidas e ações específicas para minimização dos riscos, levando em consideração os problemas intrínsecos de cada uma dessas áreas. A Chesf encaminhou relatório final em 2009 informando que havia encerrado as atividades do Programa.

Considerando que a região apresenta inúmeras áreas suscetíveis à erosão, e que estas têm sido deflagradas não apenas em função das declividades das encostas, mas principalmente pelo uso e ocupação destas áreas, o processo de monitoramento deve ser contínuo e persistir por toda a vida útil do empreendimento, não sendo aceitável a finalização da ação de monitoramento.

Ademais não foram apresentados estudos quanto à estabilidade das encostas que permitam inferir quais serão as situações de equilíbrio das encostas, se tais situações ocorrerão naturalmente ou somente após a execução de obras de contenção.

Este é um Programa de ação continuada e que foi interrompido. A condicionante está parcialmente atendida.

b) Subprograma de Monitoramento do Assoreamento do Corpo d'água, com os seguintes objetivos:

- identificar as áreas assoreadas principalmente nos rios e riachos tributários do rio São Francisco que desembocam no lago de Itaparica;
- avaliar a perda de solo e o assoreamento no corpo d'água resultante de processos erosivos associados a estradas;
- avaliar e acompanhar a taxa de assoreamento.

Para identificar as áreas assoreadas, foram realizadas 4 campanhas de levantamentos batimétricos e coletas de sedimentos de fundo do reservatório em pontos adjacentes às 16 áreas críticas identificadas no Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos.

Foi calculada a perda de solo resultante dos processos erosivos nestas 16 áreas. De acordo com os relatórios de acompanhamento do programa, não foi detectado banco de assoreamento crítico.

Não foi realizada nenhuma campanha nos rios e riachos tributários do Rio São Francisco que desembocam no lago da UHE Luiz Gonzaga. Também não foram feitos estudos em relação à perda de solo e o assoreamento no corpo d'água resultante de processos erosivos associados a estradas.

Em virtude da não identificação de bancos de assoreamento, no âmbito do Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos, não foi acompanhado nem avaliada a taxa de deposição de sedimentos nos reservatórios. Ressalta-se que existem taxas de sedimentação calculadas no Programa de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos, entretanto, não foi avaliada relação entre tais dados e os processos erosivos.

Este é um Programa de ação continuada e que foi interrompido. A condicionante está parcialmente atendida.

2.4. Enviar relatórios anuais de atendimento das condicionantes e programas ambientais. O documento deve ser enviado de forma única, analisando e consolidando todas as ações executadas no período.

Em atendimento à Condicionante o empreendedor encaminhou os seguintes relatórios:

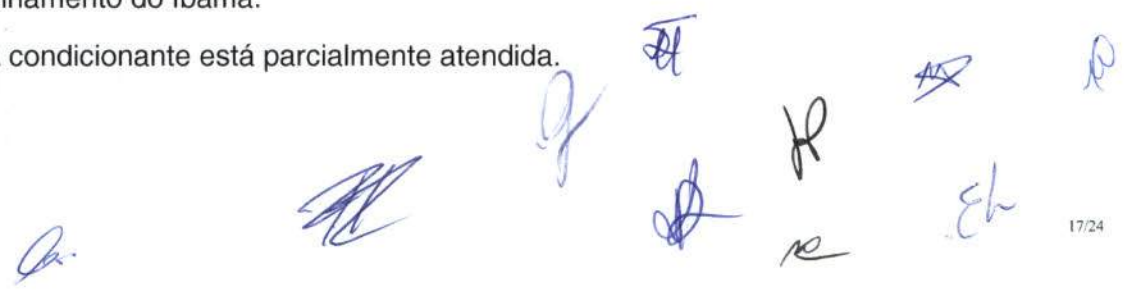
- Relatório de Atendimentos às Condicionantes, maio/2007;
- Relatório de Atendimento às Condicionantes, janeiro/2008;
- Relatório de Atendimento às Condicionantes, setembro/2009;
- Relatório de Atendimento às Condicionantes, julho/2011.

A Chesf durante a vigência da licença apresentou os relatórios anuais de acompanhamento porém sem a devida regularidade visto a lacuna de informações entre um ano e outro, levando o Ibama a ressaltar, em reunião realizada em julho de 2011, a necessidade de que os documentos sejam encaminhados periodicamente visando o acompanhamento dos empreendimentos. Desta forma, é entendimento desta equipe que a empresa não vem cumprindo o determinado na condicionante.

Outra constatação refere-se ao conteúdo dos documentos recebidos que devem ser relatórios anuais consolidados que contemplem o monitoramento e a análise crítica dos resultados alcançados com as condicionantes e com os programas ambientais.

Desta forma, os próximos relatórios devem ser adequados de forma a permitir o acompanhamento do Ibama.

A condicionante está parcialmente atendida.



2.5. O Programa de Educação Ambiental deve atender aos princípios do Termo de Referência para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento, elaborado pela CGEAM - Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA.

Até o momento o Programa de Educação e Saúde Ambiental detalhado não foi apresentado ao Ibama.

A condicionante não está atendida.

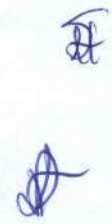
2.6. Apresentar, no prazo de nove meses, situação atualizada do esgotamento sanitário da área urbana dos municípios relocados pelo empreendimento. Caso não tenham sido instalados dispositivos para tratamento na época da construção da usina, executar o sistema de esgotos ao longo do período de vigência da licença.

O Estudo Ambiental para regularização ambiental da UHE de Luiz Gonzaga identificou como um dos principais impactos a falta de tratamento do esgotamento sanitário com o lançamento de "volumes expressivos de efluentes *in natura* a montante do reservatório".

Entretanto, como o estudo não trazia maiores informações sobre a situação dos municípios em termos do tratamento do esgoto sanitário foi inserida condicionante para que fosse realizado um levantamento que permitisse a definição das medidas a serem tomadas. Em atendimento à condição a Chesf informou em fevereiro de 2006 que se responsabilizou pela implementação de algumas ações no âmbito do Programa de Revitalização do Rio São Francisco, solicitando para tanto a retirada da condicionante.

Na Informação Técnica nº 03/2006 a equipe técnica informou que era necessário que a apresentação de um relatório comprovando que os sistemas de tratamento de esgoto para as cidades realocadas foram construídos à época de construção da usina hidrelétrica e que estes se tornaram ineficientes por responsabilidade do Poder Público Local que não efetuou a manutenção adequada. Somente com essas informações seria possível a análise da retirada da condicionante.

No Relatório de Atendimento às Condicionantes de maio de 2007, a empresa reitera mais uma vez os compromissos assumidos no Programa de Revitalização do São Francisco, bem como em quais municípios ficou responsável pela execução do sistema de esgotamento sanitário. Entretanto, constata-se que as informações estão em desacordo com o solicitado na Informação Técnica nº 03/2006 visto que vieram sem a comprovação solicitada.



Fis.: 997
Proc.: 847/99
Rubr.: [assinatura]

Fato interessante é que apesar das informações não atenderem ao solicitado visto que a empresa não apresenta um levantamento atualizado da situação do esgotamento sanitário dos municípios, a empresa no Relatório de Atendimento às Condições de setembro de 2009 informa que a condicionante foi atendida com a apresentação das informações em maio de 2007.

Em correspondência de agosto de 2011 a empresa faz um breve histórico da elaboração dos projetos de tratamento do esgoto que com o advento do PAC foram repassados à Codevasf. No mesmo documento apresentou o Termo de Convenio CV-I-92.7.0920.00 firmado em 1997 para repasse dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário apenas para os municípios de Petrolândia e Itacuruba.

Não sendo apresentados dados sobre a situação atual de implantação dos projetos sendo essa informação requerida em todos os documentos emitidos sobre o tema pelo Ibama bem como objeto de discussão nas reuniões entre as equipes.

A equipe entende que as informações prestadas são insuficientes para considerar como atendida a condicionante. A condicionante não está atendida.

2.7. Apresentar, no prazo de nove meses, detalhamento de todos os projetos de reassentamento criados em decorrência do empreendimento, incluindo mapas, estágio atual, evolução histórica, propostas para o futuro e levantamento minucioso dos passivos, com as respectivas propostas de ações.

Por meio do Parecer N°12/2008, o Ibama considerou a condicionante atendida. As propostas de ação para o futuro apresentadas no relatório serão analisadas pela equipe técnica para, sendo o caso, solicitar sua implementação.

A condicionante está atendida

2.8. Atender a Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 2003, do IPHAN, que diz que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos deverão prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção.

A Chesf informou que firmou convênios com a Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Pernambuco para execução das ações de resgate arqueológico das áreas que seriam alagadas pelo reservatório. Os registros se encontram no relatório de Salvamento Arqueológico da UHE. Segundo o empreendedor, o Iphan aprovou o projeto, solicitando o cercamento dos sítios arqueológicos.

Para que a condicionante seja considerada cumprida o empreendedor deverá enviar o relatório final do projeto com a manifestação de aceite do Iphan.

A condicionante está parcialmente atendida.

[Assinaturas manuscritas]

V. RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Pelo exposto neste Parecer, resultado das observações, reuniões, vistoria de campo e da análise da documentação encaminhada pela Chesf, verifica-se a necessidade de serem implantados e/ou dado continuidade aos programas ambientais que possibilitem a gestão socioambiental do empreendimento.

Abaixo são elencadas algumas das ações a serem efetivadas visando a gestão dos passivos ambientais decorrentes da implantação e operação do empreendimento.

- Apresentar em até 90 dias um mapa georeferenciado delimitando todas as áreas afetadas na construção do empreendimento. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*.
- Apresentar, em até 60 dias, um estudo contendo o mapeamento georreferenciado das fontes de poluição nos reservatórios. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*.
- Apresentar, em até 180 dias, mapa georreferenciado das formações vegetacionais e seu estágio sucessional das áreas recuperadas e a recuperar e das APPs. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*.
- Apresentar, em até 90 dias, mapa georreferenciado dos pontos de amostragem da fauna e flora. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*.
- Apresentar, em até 180 dias, mapeamento atualizado com a localização dos assentamentos rurais comunidades quilombolas e populações indígenas da área de influência do empreendimento. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI *Shapefile*.
- Executar o Plano de Trabalho "Recuperação de Áreas Degradadas por Canteiros de Obras e Instalações Provisórias de Usinas Hidrelétricas da Chesf Localizadas no Rio São Francisco", após aprovação do Ibama.
- Incluir no PRAD as áreas degradadas ainda não recuperadas que eventualmente forem identificadas no mapeamento.
- Apresentar, em até 60 dias, a proposta de Programa de Estabilização dos Processos Erosivos.

Fis.:	998
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

- Executar o Plano de Trabalho do Programa de Estabilização dos Processos Erosivos, após aprovação do Ibama.
- Retomar imediatamente o PRAD iniciando a execução dos serviços de campo em até 120 dias sendo informado o número e as espécies nativas a serem usadas.
- Encaminhar ao Ibama, em até 180 dias, propostas de ações para restauração das Áreas de Preservação Permanente no entorno do reservatório com ênfase nos locais mais críticos. Diagnosticar, em até 120 dias, a situação atual do esgotamento sanitário dos municípios limdeiros ao reservatório. Neste programa deve ser informada qual a situação atual dos municípios em relação às suas estruturas de tratamento e condução de esgoto sanitário (capacidade, adequação e funcionamento). Estes dados devem ser confrontados com dados quantitativos das populações, urbana e rural, destes municípios, considerando suas taxas de crescimento.
- Apresentar, em até 90 dias, proposta de ações de apoio institucional aos municípios do entorno dos reservatórios para criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente.
- Apresentar em até 120 dias um plano de trabalho de apoio institucional aos municípios com objetivo de capacitar gestores públicos para captação de recursos visando instalação/ampliação de obras de sistema de tratamento de efluentes e resíduos sólidos urbanos.
- Apresentar, em até 30 dias, a especificação técnica para contratação do Programa de Monitoramento Limnológico.
- Iniciar, em até 240 dias, o Programa de Monitoramento Limnológico.
- Apresentar, em até 30 dias, a especificação técnica para o monitoramento de agrotóxicos, óleos e graxas, fontes de poluição e análise das captações de água no reservatório.
- Iniciar, em até 240 dias, o monitoramento de agrotóxicos, óleos e graxas, fontes de poluição e análise das captações de água no reservatório.
- Apresentar, em 90 dias, informações qualitativas sobre o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos na área de influência do empreendimento.
- Dar continuidade ao Programa de Monitoramento das Macrófitas Aquáticas no reservatório.

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

- Realizar o controle das macrófitas aquáticas quando sua proliferação afetar os usos múltiplos do reservatório, utilizando métodos não agressivos ao meio ambiente e destinando adequadamente a biomassa retirada.
- Realizar, em até 90 dias, uma análise crítica dos trabalhos existentes sobre a fauna e flora ocorrente na região da UHE Luiz Gonzaga.
- Apresentar, em até 120 dias, plano de trabalho para levantamento primário da fauna ocorrente na área de influência do empreendimento considerando a análise crítica acima referida.
- Apresentar após o trabalho de levantamento primário e secundário da fauna e flora ações a serem implementadas na sua conservação, priorizando o desenvolvimento de: Programa de Circulação da Fauna, Programa de Soltura de Espécies, Programa de Recomposição Florestal, entre outros.
- Enviar, em até 60 dias, proposta de peixamento do reservatório de Itaparica, com, no mínimo, os seguintes indicadores: a) espécies utilizadas; b) áreas de soltura e; c) monitoramento das espécies introduzidas.
- O peixamento deverá atender, no mínimo, aos seguintes parâmetros quantitativos:
 - a) Primeiro biênio: Piaba do rabo amarelo = 300.000 indivíduos; Piaba faixa preta = 150.000 indivíduos; Piau ferreirinha = 24.000 indivíduos; Piau verdadeiro = 2.400 indivíduos; Curimatã pacu = 240.000 indivíduos; Niquim = 3.000 indivíduos; e Surubim = 12.000 indivíduos.
 - b) Segundo biênio: Piaba do rabo amarelo = 900.000 indivíduos; Piaba faixa preta = 300.000 indivíduos; Piau ferreirinha = 72.000 indivíduos; Piau verdadeiro = 7.200 indivíduos; Curimatã pacu = 720.000 indivíduos; Niquim = 9.0000 indivíduos; e Surubim = 36.000 indivíduos.
- Informar, em até 60 dias, o cronograma das ações de peixamento no reservatório.
- Iniciar, em até 180 dias, o peixamento no reservatório de Itaparica, seguindo os indicadores e o cronograma aprovados pelo Ibama.
- Enviar, em até 120 dias, Plano de Trabalho do Monitoramento da Variabilidade Genética dos indivíduos introduzidos no reservatório.
- Apresentar, em até 60 dias, Plano de trabalho do Monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira e do Monitoramento do Ictioplancton e dos Juvenis.
- Iniciar, em até 240 dias, o Monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira e o monitoramento do Ictioplancton e dos Juvenis.



- Iniciar ações relativas a comunicação, educação ambiental e saúde, e dar continuidade a ações de educação histórico patrimonial que poderão ser desenvolvidas no âmbito do PAS até a manifestação conclusiva da equipe.
- Apresentar, em até 180 dias, Programa de Comunicação Social específico para fortalecer a comunicação entre a empresa e os demais atores da região incluindo cronograma de execução.
- Apresentar relatórios semestrais individualizados para cada programa, ainda que venham a ser desenvolvidos no âmbito do PAS.
- Apresentar, em até 30 dias, a manifestação do Iphan a respeito do trabalho no âmbito da condicionante 2.8.
- Apresentar, em até 180 dias, as informações atuais de todos os projetos de reassentamentos criados em decorrência do empreendimento.
- Apresentar, em até 180 dias, diagnóstico da situação atual da atividade pesqueira e dos pescadores da área de influência do empreendimento com propostas de ações.

VI. CONCLUSÃO

Na análise do atendimento às condicionantes da Licença de Operação nº 510/2005 foram observadas diversas falhas e lacunas conforme informado ao longo deste Parecer. Identificou-se que a maior parte das condicionantes constam como parcialmente atendidas e não atendidas sendo ainda verificadas pendências no acompanhamento e na comunicação com o Ibama.

Em relação aos Programas Ambientais constatou-se que alguns não iniciaram, outros foram interrompidos sem terem atingido os objetivos esperados e ainda há aqueles que precisam ser reavaliados visando se adequarem às novas condições.

É importante destacar que a concessão da Licença de Operação para a UHE Luiz Gonzaga aconteceu a partir das informações constante nos estudos ambientais realizados cerca de 30 anos após a implantação da usina hidrelétrica, foram indicadas as ações mínimas a serem executadas visando a regularização ambiental do empreendimento.

Desta forma, a ausência de implantação e a paralisação de alguns Programas Ambientais acarretaram prejuízos ao diagnóstico dos impactos decorrentes do empreendimento necessários à análise da solicitação da renovação da licença.

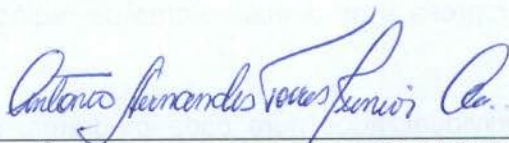






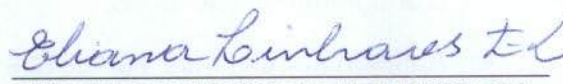


À consideração superior.



ANTÔNIO HERNANDES TORRES JUNIOR

Analista Ambiental
COHID/DILIC
Matrícula nº 1583170



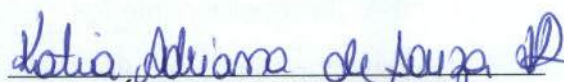
ELIANA MARIA VIEIRALVES LINHARES

Analista Ambiental
NLA/SUPES-PE
Matrícula nº 686932



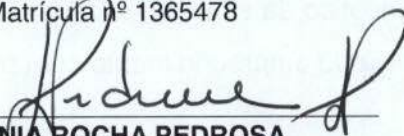
GERALDO DA SILVA PERRIER JÚNIOR

Analista Ambiental
NLA/SUPES-PE
Matrícula nº 1365478



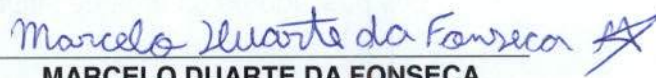
KÁTIA ADRIANA DE SOUZA

Analista Ambiental
CGENE/DILIC
Matrícula nº 1501231



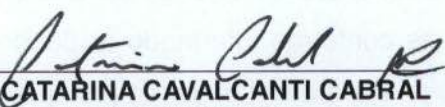
LISÂNIA ROCHA PEDROSA

Analista Ambiental
NLA/SUPES-PE
Matrícula nº 1222390



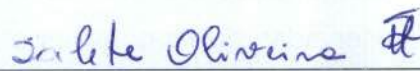
MARCELO DUARTE DA FONSECA

Analista Ambiental
COHID/DILIC
Matrícula nº 1814091



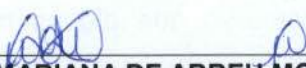
MARIA CATARINA CAVALCANTI CABRAL

Analista Ambiental
NLA/SUPES/PE
Matrícula nº 1365483



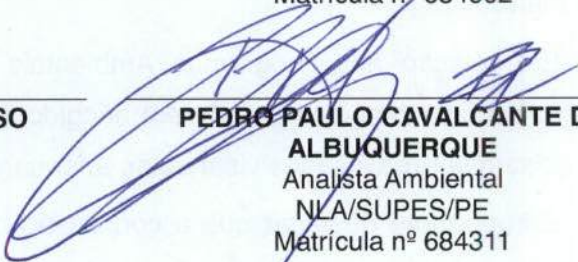
MARIA DA SALETE OLIVEIRA AMORIM

Analista Ambiental
NLA/SUPES-PE
Matrícula nº 684692



MARIANA DE ABREU MOMESSO

Analista Ambiental
COHID/DILIC
Matrícula nº 1796530



PEDRO PAULO CAVALCANTE DE

ALBUQUERQUE
Analista Ambiental
NLA/SUPES/PE
Matrícula nº 684311



Superintendência de Operação e Contrato de Transmissão de Energia - SOC

Fone (81)3229.4100 - Fax (81)3229.4058

Fls.: 1000

Proc.: 2472/99

Rubrica:

FAC - SÍMILE

Número FAX-SOC-001/2012	Data 08/02/2012	Nº Folha 01/01	Telefax (81) 3229.4100
----------------------------	--------------------	-------------------	---------------------------

DESTINATÁRIO	
Empresa FAX CIRCULAR	País BRASIL
Órgão / Área	Telefax (0)
Nome	
Assunto: Vazões no Baixo São Francisco	

Texto

A Bacia do Rio São Francisco encontra-se no seu período chuvoso, tendo os reservatórios c Sobradinho e Itaparica alcançado em 07/02/2012, respectivamente as seguintes cotas armazenamentos correspondentes: 390,61 m (75 % do volume útil) e 301,36 m (43,6% c volume útil).

1. Visando a manutenção do volume vazio para controle de cheias, as defluências de aproveitamentos acima citados serão elevadas para o patamar de 3.000 m³. Conseqüentemente, as descargas médias diárias do Reservatório de Xingó evoluirão para mesmo patamar a partir do próximo dia 15 de fevereiro de 2012, quarta-feira.
2. Considerando as condições hidrológicas atuais, comunicamos que haverá vertimento e Itaparica, Complexo de Paulo Afonso e Xingó, a partir do próximo dia 15 de fevereiro de 2012 quarta-feira.
3. Ressaltamos que a situação hidrológica está sendo permanentemente avaliada, podendo haver alterações nestes valores em função da evolução das chuvas e vazões na Bacia do São Francisco.
4. Conforme procedimentos adotados anteriormente pela CHESF, manteremos V.S devidamente informado sobre a evolução do quadro.

Atenciosamente,

JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO
Superintendente de Operação e Contratos de Transmissão de Energia

- A Dirc
Para c/nu
09.02.
Hrenu

Curt Trenpohl
Presidente do IBAMA

MMA - IBAMA
Documento:
02001.008391/2012-78


Data: 09/02/12

- A Coltd.
09.02.2012

SE ALGUMA FOLHA NÃO FOI RECEBIDA, FAVOR TELEFONAR

Mara Menta G
Assessora Téc
DILIC/IBAM.

EM BRANCO

Fls.: 1001
Proc.: 8172/99
Rubr.: 



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282, Fax: (61) 3316-1952 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício N° 521 /2012-DILIC/IBAMA

Brasília, 13 de fevereiro de 2012.

Ao Senhor
Severino G. de Moraes Filho
Gerente do Departamento de Meio Ambiente
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF
Rua Delmiro Gouveia, 333 - Bongi
50761-901 – Recife/PE
Tel: (81) 3229 2500 – Fax: (81) 3229 2042 -


Assunto: Vertimento nos reservatórios das UHE's do Rio São Francisco
URGENTE

Prezado Senhor,

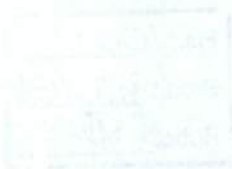
1. Em face da ciência do início de vertimento dos reservatórios das UHE's do Rio São Francisco, sob responsabilidade da Chesf, e considerando o risco eminente sobre as atividades de ocupação das margens, navegação e piscicultura comercial, no âmbito dos aproveitamentos de Itaparica (Luiz Gonzaga), Complexo Paulo Afonso e Xingó, solicitamos com urgência:

- O alerta às comunidades, setores organizados e demais autoridades do entorno destes reservatórios, incluindo a jusante da UHE Xingó, sobre os riscos eminentes nas atividades elencadas, principalmente no setor de piscicultura de tanques-rede;
- O envio ao Ibama de detalhamento destas ações, com estimativas do público alcançado, a frequência dos alertas e demais informações pertinentes;
- O monitoramento dos tanques-rede no âmbito dos reservatórios, incluindo a jusante da UHE Xingó, para envio imediato ao Ibama de informação sobre a ocorrência de possíveis acidentes ambientais.
- O envio ao Ibama dos dados do monitoramento da situação hidrológica na cascata do Rio São Francisco.

Atenciosamente,


GI SELA DAMM FORATTINI
Diretora de Licenciamento Ambiental





Faint, illegible text lines, possibly a header or title area.

Faint text line, possibly a date or reference number.

Faint text line, possibly a name or address.

EM BRANCO

Large block of extremely faint, illegible text, likely the main body of a document.

Faint text at the bottom, possibly a signature or footer.



MMA - IBAMA
Documento:
02001.014225/2012-19

Data: 07/03/12

Fls.: 1002
Proc.: 872/99
Rubr.: [assinatura]

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA POLO SERRA TALHADA/SALGUEIRO

Ofício nº 108/2012 - PR POLO STA/SGO - 1º OF
(Protocolo nº PRM-STA-PE-00000950/2012)

Serra Talhada, 01 de março de 2012.

A Sua Senhoria a Senhora

GISELA DAMM FORATTINI

Diretora de Licenciamento Ambiental do IBAMA
SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do Ibama
Brasília/DF CEP: 70818-900

REF.: SOLICITA INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO ICP Nº
1.26.000.000362/2007-13.

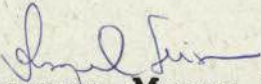
Prezada Senhora,

Trata-se de Inquérito Civil Público (ICP) instaurado no âmbito desta Procuradoria da República com o objetivo de apurar notícias de infração ambiental praticada pela CHESF, consistente em fazer funcionar serviços potencialmente poluidores na Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga (Itaparica), em desacordo com a licença fornecida pelos órgãos ambientais competentes, tendo por referência o processo IBAMA/PE nº 02019.001255/2006-10.

Dessa forma, visando dar continuidade à instrução do feito, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, **requisita**, com fulcro no art. 8º, inciso II e §3º, da Lei Complementar nº 75/93, no prazo de 20 (vinte) dias, informações acerca do cumprimento, pela CHESF, de todas as condicionantes da Licença de Operação nº 510/2005 (cópia em anexo).

Na resposta ao presente expediente, solicita-se que sejam mencionados os números do ofício e do ICP em referência.

Atenciosamente,


RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES
Procuradora da República

A CGENE.

07/03/12

Gustavo H. Silva Peres
Gustavo Henrique Silva Peres
Analista Ambiental
Matrícula 2148661
DILIC/IBAMA

A COM

Alc Henrique Jucá
para elaboração
de manifestação de
DILIC

12/03/12

Adriano Rafael Arrepiá de Queiroz
Coordenador Geral de Infra-Estrutura
de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

AO ANALISTA MARCELO QUATRO

FONSECA, PARA ATENDER DESPACHO

SUPRA:

EM 12.3.12

Henrique Cesar Lemos Jucá
Analista Ambiental
Matr 1769.875
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.: 1003
Proc.: 8472/99
Rubr.: [assinatura]



RETIFICAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 510/2005

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, designado pela Portaria nº 941, de 2 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2004, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 Anexo I ao Decreto 4.756, de 20 de junho de 2003, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 23 de junho de 2003, e artigo 8º do Regimento interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, publicada no D.O.U., de 21 de junho de 2003, **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Operação para a:

EMPRESA: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF

CNPJ: 33.541.368/0001-16

ENDEREÇO: Rua Delmiro Gouveia, 333 - Bongi

CEP: 50.761-901

CIDADE: Recife

UF: PE

TELEFONE: (81) 3229 2212 **FAX:** (81) 3229 3555

REGISTRO NO IBAMA: Processo nº 02001.008472/99-58

Referente a UHE Luiz Gonzaga, localizada no rio São Francisco, entre os Estados de Pernambuco e Bahia, compreendendo parte dos Municípios de Glória, Chorrochó e Rodelas no estado da Bahia e Petrolândia, Floresta, Itacuruba, e Belém de São Francisco no Estado do Pernambuco

A usina é composta por uma barragem de seção mista terra-enrocamento, com altura máxima da ordem de 105,00 m, associada às estruturas de concreto da casa de máquinas e vertedouro, que é dotado de nove comportas tipo setor, com uma extensão total da crista de 4.700 m. Na casa de força estão instaladas seis unidades com potência unitária de 246,6 MW, totalizando 1.479,6 MW.

Esta Licença de Operação é válida por 4 (quatro) anos, a partir da data de sua assinatura e está condicionada ao cumprimento integral das condicionantes discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes do licenciamento ambiental.

Brasília-DF, 03 MAI 2006

VALMIR GABRIEL ORTEGA

Presidente do IBAMA

Substituto

CONFERE COM O ORIGINAL

[assinatura]
Rodrigo Vasconcelos Kubitiz
Analista Ambiental
COHID/GENE/DILIC/IBAMA
Mai. 24.49.05

EM BRANCO

Fis.: 1004
Proc.: 8472/93
Rubr.: Di



CONDIÇÕES DE VALIDADE DA RETIFICAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO N° 510/2005

1. **CONDICIONANTES GERAIS:**
 - 1.1 A concessão desta Licença de Operação deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Conama nº 006/86, e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao Ibama.
 - 1.2 Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência do Ibama.
 - 1.3 A renovação desta Licença de Operação deverá ser requerida em conformidade com a Resolução Conama nº 237/97.
 - 1.4 O Ibama deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.
 - 1.5 O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
 - graves riscos ambientais e de saúde.
 - 1.6 Perante o Ibama, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF é a única responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e pela integridade estrutural e ambiental decorrentes da operação do empreendimento.

2. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

2.1. Detalhar, num prazo de 50 dias, todos os programas ambientais propostos pela empresa, a seguir:

- ① • Programa de Educação Histórico Patrimonial para os Municípios atingidos pelo Empreendimento Itaparica.
 - ② • Programa de Educação e Saúde Ambiental (PESA).
 - ③ • Plano de Uso do Entorno dos Reservatórios, que deve ser feito de acordo com os preceitos da Resolução Conama nº. 302/2002, a partir do termo de referência emitido pelo Ibama, levando-se em conta a compatibilização com a legislação de uso do solo dos municípios.
 - ④ • Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre
 - ⑤ • Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Baixo São Francisco.
- ⊗ Incluir o subprograma de sedimentologia abordando os seguintes tópicos:
- a. identificar as cargas sólidas afluentes ao reservatório, para o acompanhamento dos efeitos decorrentes dos processos erosivos, levando e conta a taxa de sedimentação;
 - b. avaliar o transporte de sedimentos dentro do reservatório de Itaparica, através de medições das descargas líquidas e sólidas, em períodos que caracterizem um ciclo hidrológico;
 - c. avaliar quão comprometidas podem ficar em termos qualitativos as águas do reservatório, face as características das cargas sólidas afluentes.

2.2. O detalhamento dos programas deve conter:

- Justificativa – descrever qual(is) a(s) situação(ões)/problema(s) a ser(em) trabalhado(s), ou seja, qual(is) o(s) impacto(s) resultante(s) da atividade que pode(m) ser minimizado(s) ou compensado(s).

CONFERE COM O ORIGINAL

Rodrigo Vasconcelos Kahl
Analista Ambiental
CONDI/CGEN/DIRIN/IBAMA
Mar 24/98

EM BRANCO

Fis.: 1005
Proc.: 8472/93
Rubr.:

PROT. 210 - SUPERVISÃO
Fls.: 10
Rúbrica:

MPF PR/PE SOTIC
R
FL 14

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA RETIFICAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO N 510/2006

- Objetivos do Projeto (Geral e Específicos) – explicitar o objetivo geral do projeto, bem como os objetivos específicos. Os objetivos específicos devem demonstrar a maneira pela qual será alcançado o objetivo geral e devem ser definidos para cada etapa do projeto, quando couber.
- Metas – apresentar metas, que devem estar vinculadas aos objetivos específicos e serem mensuráveis.
- Indicadores Ambientais – apresentá-los, relacionando-os aos objetivos e metas, considerando a sua representatividade e sensibilidade às mudanças, de modo a determinar as condições do meio ambiente e a eficiência da gestão ambiental durante o desenvolvimento da atividade.
- Público-alvo – identificar o público-alvo a ser atingido com o projeto.
- Metodologia e Descrição do Projeto – descrever o modo como será desenvolvido o projeto, o programa de amostragem detalhado, explicitando claramente seus métodos e técnicas específicas.
- Inter-relação com outros Planos e Projetos – quando houver interação entre projetos, a inter-relação entre eles e o grau de interferência para se alcançar os objetivos determinados devem ser explicitados, sempre que cabível.
- Atendimento a Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos – todos os projetos devem considerar os requisitos legais, bem como normas e diretrizes aplicáveis. O atendimento aos requisitos deve fazer parte dos objetivos do projeto.
- Etapas de Execução – descrever as etapas de execução do projeto.
- Recursos Necessários – descrever os recursos físicos, financeiros e humanos.
- Cronograma Físico-Financeiro – detalhar os períodos de execução de cada etapa, bem como dos recursos necessários para o desenvolvimento do Projeto.
- Acompanhamento e Avaliação - estabelecer procedimentos para o acompanhamento e avaliação de desempenho no cumprimento do projeto/plano.
- Responsáveis pela Implementação do Projeto – especificar os responsáveis pela implementação do projeto, incluindo as instituições envolvidas e as respectivas responsabilidades durante todo o processo de implementação. Incluir informações, tais como: o tipo de instituição (governamental ou não, privada, etc.), endereço, responsável, entre outros.
- Responsáveis Técnicos – apresentar os responsáveis técnicos pelo projeto, bem como toda equipe técnica, indicando a área profissional de atuação, o número de registro no respectivo conselho de classe, quando couber, e no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (no caso deste último, anexar cópia).
- Bibliografia – relacionar a bibliografia utilizada na elaboração do projeto.


2.3. Acrescentar, num prazo de 50 dias e com o mesmo detalhamento, os seguintes programas ambientais propostos pelo Ibama:

- 6 • Programa de Apoio Institucional aos Municípios do Entorno dos Reservatórios, com o objetivo de capacitá-los a captar recursos para investimento nas áreas de saneamento, meio ambiente e desenvolvimento econômico;
- 7 • Programa de Monitoramento das Fontes de Poluição Externas aos Reservatórios.
- 8 • Programa de Recuperação das Áreas Degradadas;
- 9 • Programa de Monitoramento dos Pontos Erosivos Críticos incluindo os seguintes subprogramas:
 - a) Subprograma de Monitoramento das Encostas, com os seguintes objetivos:

CONFERE COM O ORIGINAL 5/4

Rodrigo Vasconcelos Koblitz
Analista Ambiental
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

EM BRANCO

Fls.: 1006
Proc.: 8472/99
Rubr.: 



CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA RETIFICAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO N° 510/2005

- identificar as áreas críticas marginais ao reservatório, com maior potencial de ocorrência de fenômenos de instabilização de encostas;
- apresentar mapeamento das encostas, indicando quais áreas que apresentam riscos de deslizamentos em função do potencial erosivo dos solos;
- definir medidas e ações específicas para minimização dos riscos, levando em consideração os problemas intrínsecos a cada área identificada;
- acompanhar de forma sistemática a evolução dos escorregamentos das áreas críticas, tendo como referência as novas situações de equilíbrio das encostas.

b) Subprograma de Monitoramento do Assoreamento do Corpo d'água, com os seguintes objetivos:

- identificar as áreas assoreadas principalmente nos rios e riachos tributários do rio São Francisco que desembocam no lago de Itaparica;
- avaliar a perda de solo e o assoreamento no corpo d'água resultante de processos erosivos associados a estradas;
- avaliar e acompanhar a taxa de assoreamento.

2.4. Enviar relatórios anuais de atendimento das condicionantes e programas ambientais. O documento deve ser enviado de forma única, analisando e consolidando todas as ações executadas no período.

2.5. O Programa de Educação Ambiental deve atender aos princípios do Termo de Referência para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento, elaborado pela CGEAM - Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama.

2.6. Apresentar, no prazo de nove meses, situação atualizada do esgotamento sanitário da área urbana dos municípios relocados pelo empreendimento. Caso não tenham sido instalados dispositivos para tratamento na época da construção da usina, executar o sistema de esgotos ao longo do período de vigência da licença.

2.7. Apresentar, no prazo de nove meses, detalhamento de todos os projetos de reassentamento criados em decorrência do empreendimento, incluindo mapas, estágio atual, evolução histórica, propostas para o futuro e levantamento minucioso dos passivos, com as respectivas propostas de ações.

2.8. Atender a Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 2003, do IPHAN, que diz que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos deverão prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção.

CONFERE COM O ORIGINAL

Rodrigo Vasconcelos Kobilitz
Analista Ambiental
COORD/CGENE/DILICORAMA
Mat. 2449867

EM BRANCO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Fis.: 1007
Proc.: 2472/99
Rubr.: 2



PARECER TÉCNICO Nº 157/2011-4ªCCR

REFERÊNCIA	1.26.000.000362/2007-13 (Apenso:1.26.000.000363/2007-68)
UNIDADE SOLICITANTE	PRM Serra Talhada/PE
EMENTA	Meio ambiente. Licenciamento ambiental. Energia. Usina Hidrelétrica. Descumprimento de condicionantes na Licença de operação. CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco. UHEs Luiz Gonzaga e Paulo Afonso. Rio São Francisco

1 INTRODUÇÃO

Tratam os PAs em referência do processo de licenciamento ambiental de duas Usinas Hidrelétricas instaladas no Rio São Francisco: i) UHE Luiz Gonzaga (Itaparica), que abrange parte dos municípios de Glória, Chorrochó e Rodelas, no estado da Bahia; e Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém de São Francisco, em Pernambuco; ii) UHE Paulo Afonso, que abrange parte dos municípios de Paulo Afonso e Glória, no estado da Bahia; Delmiro Gouveia e Pariconhas, em Alagoas; e Jatobá em Pernambuco.

Para os dois empreendimentos em análise já foram emitidas Licenças de Operação. No entanto, a CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco (empresa pública federal responsável pelas usinas) não apresentou todos os programas ambientais exigidos como condicionante do licenciamento. A CHESF foi autuada, sendo o processo encaminhado para o Ministério Público Federal.

Através do Ofício nº 621/2011 – PR POLO STA/SGO – 1ºOF, de 31 de maio de 2011, a Procuradora da República no Polo Serra Talhada/Salgueiro/PE, Raquel Teixeira Maciel Rodrigues, encaminhou o PA para análise e sugestões desta 4ª CCR.

2 ANÁLISE

Os programas ambientais que ficaram pendentes de cumprimento por parte da CHESF, em relação à UHE Luiz Gonzaga – Itaparica são os que se seguem:

- Programa de Educação Histórico Patrimonial para os Municípios atingidos pelo Empreendimento Itaparica;
- Programa de Educação e Saúde Ambiental (PESA);
- Plano de Uso do Entorno dos Reservatórios;
- Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre;
- Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Baixo São Francisco

EM BRANCO

Fis.: 1008
Proc.: 872/99
Rubr.: 09



- Programa de Apoio Institucional aos Municípios do Entorno dos Reservatórios, com o objetivo de capacitá-los a captar recursos para investimento nas áreas de saneamento, meio ambiente e desenvolvimento econômico;
- Programa de Monitoramento das Fontes de Poluição Externas aos Reservatórios;
- Programa de Recuperação de áreas degradadas
- Programa de Monitoramento dos Pontos Erosivos Críticos

Para a UHE Paulo Afonso, os programas pendentes foram:

- Programa de Educação e Saúde Ambiental (PESA);
- Programa de Educação Histórico Patrimonial do Entorno do Empreendimento Complexo Paulo Afonso;
- Plano de Uso do Entorno dos Reservatórios;
- Programa de Identificação dos Processos Erosivos no Entorno dos Reservatórios;
- Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas no entorno das usinas do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso;
- Programa de Apoio Institucional aos Municípios do Entorno dos Reservatórios, com o objetivo de capacitá-los a captar recursos para investimento nas áreas de saneamento, meio ambiente e desenvolvimento econômico;
- Programa de Monitoramento das Fontes Externas de Poluição aos Reservatórios
- Programa de Conservação da Fauna Terrestre;
- Projeto de caracterização e de monitoramento do metal pesado Cádmiio.

Durante o processo de cobrança das pendências, a CHESF alega falta de recursos para o cumprimento das condicionantes referente à apresentação dos programas ambientais.

Às folhas 172 e 173 do PA 362/2007 consta ofício do IBAMA (nº 873/2011 – GAB/SUPES/IBAMA/PE de 10 de maio de 2011), em referência à UHE Luiz Gonzaga – Itaparica, informando que a CHESF quitou a multa aplicada pelo IBAMA mas não regularizou as pendências. O ofício informou ainda que a licença de operação estava vencida e que o processo de renovação da mesma encontra-se em andamento, momento em que é avaliado o cumprimento de todas as condicionantes da referida LO.

No PA 363/2007 constam duas informações técnicas elaboradas por perito da PR/PE. A IT nº 36/2007 conclui: i) no aspecto técnico não há conflito – os programas ambientais

EM BRANCO

Fls.: 1009
Proc.: 8472/99
Rubr.: 



exigidos pelo IBAMA foram aceitos pela CHESF; ii) a abordagem da questão demanda análise jurídica; iii) oficiar ao IBAMA sobre o julgamento do recurso administrativo interposto pela CHESF; iv) oficiar a CHESF sobre a situação atual da obtenção de recursos ou andamento dos processos licitatórios para contratação de empresa, a fim de elaborar os programas condicionantes da LO.

A CHESF encaminha relatório (fls 57-62 do apenso) sobre o processo licitatório, onde detalha a situação de cada programa. A PR/PE solicita nova análise pericial. Na nova análise – IT 04/2008 – o perito informa que as ações diferem positivamente do quadro descrito em respostas anteriores, porém não há avaliação do IBAMA.

3 CONCLUSÃO


A CHESF está em processo de cumprimento, com atraso e ainda de forma incompleta, das condicionantes exigidas nas Licenças de Operação das UHEs Luiz Gonzaga – Itaparica e Complexo Hidrelétrico Paulo Afonso.

A abordagem da questão quanto às ações cabíveis ao não cumprimento das condicionantes e a manutenção da licença requer análise jurídica.

Sugere-se recomendar ao IBAMA a não renovação das LOs caso não tenham sido cumpridas todas as condicionantes, de forma considerada satisfatória pelo órgão.

É o Parecer.

Brasília, 15 de julho de 2011.


Thiago Guimarães Mundim
Analista de Engenharia Florestal/Perito

EM BRANCO



Fls.: 1010
Proc.: 8472/09
Rubr.: [assinatura]

PRM - STA - PE - 50 112



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO**

Av. 17 de Agosto, 1057 - Casa Forte - Recife-PE
CEP: 52.060-590 - Fone-Fax : (0xx81) 3441.5033 / 5075 R - 229 ou 3441.2532

OFICIO Nº 2330 /2011-GAB/SUPES/IBAMA/PE

Recife, 26 de dezembro de 2011

Dra. Raquel Teixeira Maciel Rodrigues

Ministério Público Federal/Procuradoria da República pólo Serra Talhada/Salgueiro
Rua Joaquim Godoy, 485 – Nossa Senhora da Penha
Serra Talhada/PE
CEP: 56.912-450

Assunto: Ofício 1219/2011-MPF/PR Polo STA/SGO 1ºOF

Ref : nº 1.26.000.000362/2007-13

Senhora Procuradora,

Cumprimentando-a e em atenção ao ofício em epígrafe, informamos que a solicitação foi encaminhada à Coordenação Geral de Licenciamento, no IBAMA Sede-Brasília, visto que o processo referente à obra em questão, encontra-se naquela coordenação.

Sendo o que se apresenta para o momento nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Ana Paula Cavalcanti de Pontes
SUPERINTENDENTE DO IBAMA EM PERNAMBUCO

Junte-se aos autos.

16/01/12

[Assinatura]
Raquel Teixeira Maciel Rodrigues
Procuradora da República

EM BRANCO



Fls.: 104
Proc.: 8732/99
Rubr.: [assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA POLO SERRA TALHADA/SALGUEIRO

Ofício nº 1219/2011 - PR POLO STA/SGO - 1º OF
(Protocolo nº PRM-STA-PE-00007217/2011)

Serra Talhada, 13 de Dezembro de 2011.

A Sua Senhoria a Senhora

ANA PAULA CVALCANTI DE PONTES

Superintendente do IBAMA em Pernambuco
Avenida 17 de Agosto, nº 1057, Casa Forte
Recife/PE CEP: 52060-590

REF.: SOLICITA INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO ICP Nº
1.26.000.000362/2007-13.

Prezada senhora,

Trata-se de Inquérito Civil Público (ICP) instaurado no âmbito desta Procuradoria da República com o fim de apurar notícias de infração ambiental praticada pela CHESF, consistente em fazer funcionar serviços potencialmente poluidores na Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga (Itaparica), em desacordo com a licença fornecida pelos órgãos ambientais competentes, tendo por referência o processo IBAMA/PE nº 02019.001255/2006-10.

Desse modo, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, visando dar continuidade ao feito, **requisita**, com fulcro no art. 8º, incisos II e VIII, da LC nº 75/93, no prazo de 20 (vinte) dias, informações acerca do cumprimento, pela CHESF, de todas as condicionantes da Licença de Operação nº 510/2005 (cópia em anexo).

Na resposta ao presente expediente, solicita-se que seja mencionado o número do ofício e do ICP em referência.

Atenciosamente,

Raquel Teixeira Maciel Rodrigues
RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES
Procuradora da República

COAD/SUPES/IBAMA/PE
recebi em 13/12/11
Gláucia Costa

EM BRANCO



Fls.: 1012
Proc.: 8472/99
Rubr.: [assinatura]

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura em Energia
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282, Fax: (61) 3307-1328 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 2002012/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 26 de março de 2012.

À Senhora

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES

Procuradora da República

Procuradoria da República Polo Serra Talhada/Salgueiro

Rua Joaquim Godoy, nº 485 - Nossa Senhora da Penha –

56912-450 - Serra Talhada/PE – Tel/Fax: (87)3831-6090/7292

Email: prserrasalgueiro@prpe.mpf.gov.br

Assunto: **Resposta ao Of. nº 108/2012 – PR POLO STA/SGO – 1º OF**
Ref. ICP nº 1.26.000.000362/2007-13

Senhora Procuradora,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, encaminhamos o Parecer nº 99/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que lista o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação nº 510/2005 da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica).

2. Reiteramos que dada a complexidade do licenciamento em questão, é necessário a definição de um conjunto de programas ambientais, por meio dos quais realizar-se-á a gestão dos impactos ambientais relativos à implantação e operação do empreendimento, que ainda se encontra em fase de elaboração, seguindo a programação já informada no Ofício nº 38/2012/CGENE/DILIC/IBAMA, com prazo de conclusão para julho de 2012.

Atenciosamente,

ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ

Coordenador Geral de Infraestrutura em Energias



EM BRANCO

Fis.: 1013
Proc.: 8472/09
Rubr.: [assinatura]



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica e Transposições
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1292, Fax: (61) 3316-1178 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/ DILIC/IBAMA

Brasília, 29 de março de 2012.

Ao Senhor
PAULO ROBERTO MENDES BELCHIOR
Departamento de Meio Ambiente
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
Rua Delmiro Gouveia, 333 - Bonfi
50761-901 – Recife – PE - Tel: (81) 3229-2212/2413

Assunto: **Encaminhamento de pareceres técnicos.**

Prezado Senhor,

1. Em atenção aos processos de renovação das licenças de operação das Usinas Hidrelétricas Sobradinho, Itaparica, Complexo Paulo Afonso e Xingó, encaminho a seguinte relação de documentos:

- Parecer Nº 98/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA – Analisa o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação da UHE Sobradinho.
- Parecer Nº 99/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA – Analisa o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação da UHE Itaparica.
- Parecer Nº 100/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA – Analisa o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação das UHEs do Complexo Paulo Afonso.
- Parecer Nº 101/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA – Analisa o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação da UHE Xingó.

2. Informo que neste momento a equipe técnica envolvida na análise do pedido de renovação das licenças supracitadas está elaborando um documento com as diretrizes para a criação de um Projeto Básico Ambiental para cada empreendimento.

3. Este novo documento será elaborado considerando as ações e programas ambientais já desenvolvidos pela Chesf e as propostas contidas nos pareceres apresentados.

Atenciosamente,


THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições

EM BRANCO



Fls.:	1014
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Energia Hidrelétrica

NOTA TÉCNICA Nº 20/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Ref. Atendimento ao Despacho Nº 01-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga)

Processo: nº 02001.008472/1999-58

I - INTRODUÇÃO

A análise dos programas e o cumprimento das condicionantes ambientais referentes à Licença de Operação da UHE Luiz Gonzaga (LO Nº 510/2005) esta sendo atualmente executada pelo Ibama. A primeira avaliação originou o Parecer Técnico nº 99/2011-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Este parecer elencou deficiências em alguns programas que poderiam se refletir em descumprimento de condicionantes ambientais.

Assim, em atendimento ao Despacho nº 01-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, esta Nota Técnica objetivou avaliar o grau destas deficiências no que tange os meios biótico e físico, para posterior instrução sobre a necessidade de sanção à Chesf, a responsável pela operação da usina hidrelétrica.

II - ANÁLISE

Condicionantes Específicas

2.6: *Apresentar, no prazo de nove meses, situação atualizada do esgotamento sanitário da área urbana dos municípios relocados pelo empreendimento. Caso não tenham sido instalados dispositivos para tratamento na época da construção da usina, executar o sistema de esgotos ao longo do período de vigência da licença.*

Até o momento da emissão do Parecer nº 99/2011, O PACUERA da UHE Itaparica não havia sido analisado. A análise deste PACUERA traz as informações atualizadas e detalhadas sobre o esgotamento sanitário dos municípios da área de influência do empreendimento. Com as informações contidas no PACUERA pode se considerar a condicionante em atendimento. Recomenda-se que este item seja desqualificado para uma eventual sanção administrativa a ser imputada contra a Chesf.

cc.

III - RECOMENDAÇÕES

A equipe avalia que não existe, para a UHE Luiz Gonzaga, situação sobre os meios biótico e físico que necessite ser encaminhada à sanção da empresa responsável.

À consideração superior,

Brasília, 24 de fevereiro de 2012


Antônio Fernandes Torres Junior
Analista Ambiental
Mat. 1583170

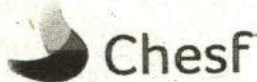

Katia Adriana de Souza
Analista Ambiental
Mat. 1501231


Marcelo Duarte da Fonseca
Analista Ambiental
Mat. 1814091

De acordo

*Do analista Marcelo Fonseca,
para praticar,
02/02/12*


Thomaz Mizaki de Toledo
Coordenador de Licenciamento de
Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



Chesf-DEMG-051/2012

MMA - IBAMA
Documento:
02001.018930/2012-87

Data: 24/04/12

Fls.: 1015
Proc.: 2472/99
Rubr.: [assinatura]

Recife, 20 de abril de 2012.

Ilmo Sr. Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.
70.818-900 - Brasília - DF

Assunto: Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga LO
nº 510/2005 - Processo nº 02001.008472/99-58.

Referências: Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, Parecer nº. 99/2011-
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Prezado Senhor,

Em atenção às recomendações e encaminhamentos que constam no Parecer em referência, encaminhamos a **Especificação Técnica ET-DEMG-nº. 02/2012 (ANEXO 1)**, relativa aos serviços do Programa de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos dos Reservatórios de Itaparica e Complexo de Paulo Afonso, que atenderá aos itens 15, 17, 20 e 29, como demonstrado a seguir:

Item 15: a **ET-DEMG nº.02/2012** apresenta o subprograma de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água;

Item 17: o subprograma de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água contempla também o monitoramento de resíduos de agrotóxicos, de óleos e graxas, de fontes de poluição e da qualidade da água nas principais captações nos reservatórios;

Item 20: a **ET-DEMG nº.02/2012** detalha como o subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas terá continuidade, incluindo a proposição de medidas de manejo e controle ambiental para prados de macrófitas em desequilíbrio ambiental, como indicado no item 21 do citado Parecer;

Item 29: a **ET-DEMG nº.02/2012** apresenta o subprograma de Monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira.

Adicionalmente, informamos que, além do monitoramento voltado às fontes de poluição de que trata o item 17, a Chesf executará os serviços de Diagnóstico e Mapeamento das Fontes de Poluição das Águas Doces Superficiais no Entorno dos Reservatórios de Itaparica, do Complexo Paulo Afonso e Xingó, que identificará as principais fontes de poluição, informando sua localização, tipologia, porte e potencial poluidor. A realização deste serviço terá duração prevista de 360 dias, como detalha a Especificação Técnica **ET-DEMG nº. 03/2012-R2 (ANEXO 2)**.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Elvídio Landim do Rego Lima
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

De ordem: *à ordem* Em: 25/04/12

Para:

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

As Análises n. 104,
PARA INSTAURAR ANÁLISE
DA EQUIPE.

Em 30.04.12

Rafael
Rafael Isimoto Della Nina
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/BAMA
Substituto



Chesf-DEMG-048/2012

Fis.: 1016	MMA - IBAMA
Proc.: 3472/09	Documento: 02001.018964/2012-71
Rubr.: [assinatura]	Data: 26/04/12

Recife, 16 de abril de 2012.

Ilmº.

Thomaz Miazaki de Toledo

Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições

COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.

70.818-900 - Brasília - DF

Assunto: Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz

Gonzaga - LO nº 510/2005 - Processo nº 02001.008472/99-58.

Referências: Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 29/03/2012

Parecer n 99/2011 - Cumprimento das Condicionantes da Licença de Operação da UHE Itaparica.

Prezado Senhor,

Dando continuidade ao processo de licenciamento ambiental encaminhamos a V.Sª as considerações da Chesf no tocante a condicionante 2.8 da licença de operação em assunto:

1. Foram enviados ao IPHAN os levantamentos arqueológicos na época da construção da Usina - (por meio da correspondência CE-DEMG-098/2007 em 25/06/07) **ANEXO 1**;
2. O IPHAN, por meio do Ofício nº 099/07 - GEPAN/DEPAM/IPHAN, devolve os levantamentos e solicita laudo de outro especialista - **ANEXO 2**;
3. A Fundação Seridó foi contratada (contrato 92.2008.2050.00) para a emissão do Laudo. A mesma documentação, enviada ao IPHAN por meio da CE-DEMG-098/2007, foi encaminhada à Fundação Seridó, como subsídio para a emissão do laudo (CE-DEMG-094/2008, **ANEXO 3**);
4. O laudo é enviado ao IPHAN (por meio da correspondência CE- DEMG 0209/2008 em 07/10/08) - **ANEXO 4**;
5. A Chesf emite nova correspondência ao IPHAN, solicitando o parecer sobre o laudo técnico (CE-DEMG-005/2009 - **ANEXO 5**);
6. IPHAN, por meio do Ofício nº 010/09 - GEPAN/DEPAM/IPHAN, aprova o laudo técnico e solicita projeto para cercamento e sinalização dos sítios arqueológicos identificados. Informa ainda que **"no que se refere às questões arqueológicas, o empreendimento está apto para obter a renovação da Licença de Operação junto aos órgãos competentes"** - **ANEXO 6**;

De ordem: *Simone Araújo de Souza* Em: 27/01/13
Para: *Henrique Julia*

Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/D'LIC

Fis.: 1017
Proc.: 8472/99
Rubr.: [assinatura]

7. O IPHAN aprova o projeto de cercamento por meio do Ofício nº 115/09 – CNA/DEPAN/IPHAN, datado de 31/08/09 – **ANEXO 7**;
8. A Chesf solicitou ao IPHAN, por meio da correspondência CE-DEMG-100/2010, o layout das placas de sinalização a serem instaladas, nos sítios arqueológicos alvos do cercamento – **ANEXO 8**;
9. Foi enviado ao IPHAN, por meio da CE-DEMG-022/2011, o Relatório Técnico 001/2011 (**ANEXO 09**), que consta da instalação das placas de identificação dos sítios arqueológicos identificados (Letreiro do Sobrado e Gruta do Padre). A mesma correspondência foi protocolada no IBAMA em 24/02/2011 – **ANEXO 10**;
10. Por meio do Ofício nº 0865/2011/Superintendência do Iphan/PE, o IPHAN acusa o recebimento da CE-DEMG-100/2010, sob o protocolo nº 01498.001414/2010-54 – **ANEXO 11**.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Elvídio Landim do Rego
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

EM BRANCO



MMA - IBAMA
Documento:
02001.023766/2012-20

Data: 16/05/2012

Chesf-DEMG-064/2012

Recife, 14 de maio de 2012.

Ilmº Sr.

Thomaz Miazaki de Toledo

Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições

COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.

70.818-900 - Brasília - DF



Assunto: Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga

LO nº 510/2005 - Processo nº 02001.008472/99-58.

Referências: Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 29/03/2012,
Parecer nº 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, Ofício nº
209/2011/COHID/CGNE/DILIC/IBAMA.

Prezado Senhor,

Visando atender aos prazos estabelecidos no parecer em referência, em suas "RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS", especificamente quanto ao seu item 8 (Programa de Estabilização dos Processos Erosivos), seguem os encaminhamentos da Chesf:

Em reunião realizada conjuntamente com o IBAMA, no dia 05/12/2011, cuja ata encontra-se anexa a esta correspondência, foi estabelecida uma meta de 120 dias para o início da contratação da empresa que elaborará os projetos de contenção dos processos erosivos.

O processo de licitação foi iniciado em janeiro com a elaboração da especificação técnica e seu envio ao setor financeiro responsável. Decorrido os prazos de tramitação interna, inclusive os necessários para elaboração do parecer jurídico, encontra-se no site da Chesf, no endereço eletrônico abaixo especificado, a publicação do edital TP - 92. 2012.2050, que trata da contratação de empresa para executar os serviços de **DIAGNÓSTICO E ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO PARA CONTENÇÃO DOS PROCESSOS EROSIVOS NO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DA UHE LUIZ GONZAGA.**

(http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/paginas/fornecedores/fornecedores_e_edital/conteiner_e_edital).

É importante ressaltar que somente após a apresentação e julgamento das propostas será iniciada a contratação, o que deve ocorrer em um prazo médio de 60 dias.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Elvídio Landim do Rego

Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG

E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

De ordem: *Simone* Em: *24/05/12*
Para: *Norma da Silva*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

Fls.:	1019
Proc.:	8472/93
Rubr.:	

ANEXO 1

Ofício nº 209/2011/COHID/CGNE/DILIC/IBAMA.

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica e Transposições
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1292, Fax: (61) 3316-1178 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Fls.:	1020
Proc.:	347/99
Rubr.:	

Ofício nº 287/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 20 de dezembro de 2011.

Ao Senhor
SEVERINO GOMES DE MORAES FILHO
Departamento de Meio Ambiente
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
Rua Delmiro Gouveia, 333 - Bongi
50761-901 – Recife – PE - Tel: (81) 3229-2212/2413

Assunto: Memória de Reunião.

Prezado Senhor,

1. Encaminhamento, em anexo, a Memória da Reunião realizada no dia 05 de dezembro de 2011 entre o IBAMA e a CHESF. Ressalto que a equipe está no aguardo do atendimento aos encaminhamentos da reunião.
2. Em relação ao Programa de Controle de Processos Erosivos para as Usinas Hidrelétricas de Luiz Gonzaga e Sobradinho o Ibama não vê óbices para o desenvolvimento destes Programas. Ressalta-se, entretanto, que estes deverão ser desenvolvidos inicialmente de forma piloto visando a efetividade das metodologias que serão utilizadas em campo para a contenção das erosões.
3. Aproveito para solicitar o envio da cópia digital do Plano de Uso do Entorno dos Reservatórios – Pacuera relativo às usinas hidrelétricas do São Francisco em processo de renovação da Licença de Operação.

Atenciosamente,


THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições

DOCMAN	DMA
Nº IBAMA - MMA	005
DATA	05/12/2012

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-estrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica e Transposições
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1292, Fax: (61) 3316-1178 - URL: <http://www.ibama.gov.br>

Fls.: 1021
Proc.: 8472/99
Rubr.: [assinatura]

MEMÓRIA DE REUNIÃO – IBAMA/CHESF

Data: 05 de dezembro de 2011

Local: Sala de reunião – Ibama Sede, Brasília-DF

Assunto: Renovação das LO's das UHE's do Rio São Francisco – CHESF

Participantes: Antônio Hernandes Torres Junior (Ibama), Marcelo Duarte da Fonseca (Ibama), Katia Souza (Ibama), Mariana Mormesso (Ibama), Thomaz Toledo (Ibama), José Augusto de A. Lopes (Petcon), Severino Mendes de Azevedo Junior (Petcon), Cláudio Avelar (Chesf), Paulo Marcelo Medeiros (Chesf), Thiago Gutemberg L. Oliveira (Chesf), Névio Cichelero Spadua (Chesf), Paulo Roberto Mendes Belchior (Chesf)

O Ibama iniciou a reunião discutindo o tema da ictiofauna, especificamente a Estação de Piscicultura de Paulo Afonso e os programas de monitoramento dos ecossistemas aquáticos. A Chesf informou que a Estação continua na sua rotina e trabalhando com a equipe da empresa na busca por melhores locais de repovoamento nos reservatórios. Sobre o monitoramento, a empresa afirmou que havia terminado as tarefas relativas ao contrato anterior, firmado com a Fundação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (FADURPE).

Em relação ao pedido de autorização de coleta científica para implementação das ações de conservação de fauna e flora no UHE Xingó, o Ibama solicitou que os relatórios referentes às ações já realizadas sejam readequadas para que se possa responder às questões levantadas nas condicionantes de LO de forma comparável aos executados no âmbito do programa que findou e cumpra as condicionantes de Licença de Operação nº 147/2001. Estas condicionantes que não estão sendo atendidas são as que tratam de: indicação de espécies bioindicadoras da fauna, parâmetros bioindicadores da qualidade ambiental em relação à flora, identificação, mapeamento e georreferenciamento dos remanescentes florestais, entre outras.

Em relação à renovação da autorização de captura, coleta e transporte de material biológico, visando a continuidade do “Estudo da Ecologia da Paisagem Levantamento e Monitoramento da Fauna e Flora no entorno da UHE de Xingó”, o Ibama informou que o relatório encaminhado pela empresa de consultoria não atende ao solicitado pois não apresenta as informações acerca do trabalho já realizado na região.

O Ibama ressaltou que a emissão da renovação da Autorização está condicionada à apresentação das informações requeridas. Desta forma, foi concedido um prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento desta solicitação sob pena de, findado o prazo, ocorrer o cancelamento da referida Autorização. Foi reiterada a necessidade de serem prestados esclarecimentos, entre outros, da destinação de exemplares de animais mortos e da coleta de animais vivos, inclusive com a declaração de aceite do depósito do material biológico pelo Lornisa.

O Ibama explicou o estado atual do licenciamento das usinas do rio São Francisco e a agenda de renovação de maneira geral. A ação das agendas para fauna também foi discutida. A Chesf explicou que ainda faltam 2 relatórios de fauna de Xingó a serem remetidos ao Ibama. Em relação a Paulo Afonso, a Chesf informou a contratação da empresa de consultoria que já encaminhou plano de trabalho o qual será discutido na reunião. Nas UHE's de Sobradinho e Itaparica as licitações para as empresa que irão executar o monitoramento da fauna não ocorreram. A Chesf colocou que gostaria também de discutir as mesmas ações no âmbito da UHE Boa Esperança.

O Ibama solicitou a caracterização dos pontos de amostragem do meio biótico com o envio de critérios mais explicativos para a sua seleção. O Especialista da Petcon, consultoria contratada pela Chesf para executar as ações da empresa no UHE Xingó, ficou encarregado de enviar uma versão revisada dos locais, incluindo os pontos listados aqui, assim como o levantamento dos dados obtidos com base em

EM BRANCO

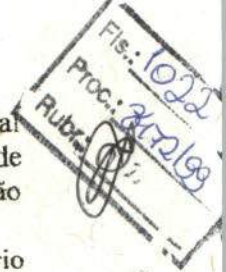
conhecimento secundário, ressaltando, contudo, que considera o monitoramento de dados primários essencial neste caso. Assim, foi acordado um prazo de aproximadamente 35 dias, a findar em meados de janeiro de 2012, para envio de uma análise baseada no levantamento bibliográfico de estudos existentes na região relativos a fauna e a flora, não devendo ser considerados apenas estudos efetuados pela empresa.

O Ibama entende que não é viável a execução do levantamento primário e secundário concomitantemente visto serem necessários ajustes no plano de trabalho. Ressaltou-se que o objetivo do estudo da fauna e flora no entorno do Complexo Paulo Afonso visa a seleção de estratégias com vistas a compensar, na medida do possível, os impactos advindos da implantação do empreendimento.

Quanto às ações do programa de contenção de processos erosivos, a Chesf informou a dificuldade de acessar, por conta da discordância do proprietário, uma propriedade existente na área abrangida pelo programa referente a UHE Paulo Afonso.

Os representantes da Chesf sugeriram que nas UHE's Itaparica e Sobradinho sejam iniciados programas executivos pilotos com base em projetos já conhecidos pela empresa, ao invés do levantamento de opções por meio da contratação futura de uma empresa para formulação de projetos, considerando a necessidade de ações mais rápidas. O Ibama argumentou que o levantamento das opções pode ser um trabalho mais expedito do que um programa executivo e que não traria prejuízo para a execução das ações de uma maneira geral. Foi estabelecido uma meta de 120 dias para o início da contratação da empresa que elaborará os projetos de contenção do processo erosivo.

O Ibama se comprometeu a ir à região conhecer o caso do proprietário que se nega a ceder o acesso à área.



EM BRANCO

Recife, 21 de maio de 2012.

Ilm^o. Sr.**Thomaz Miazaki de Toledo****Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições****COHID/CGENE/DILIC/IBAMA****SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.****70.818-900 - Brasília - DF**

Assunto: Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga LO nº 510/2005 - Processo nº 02001.008472/99-58.

Referências: Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 29/03/2012, Parecer nº 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Prezado Senhor,

Visando atender aos prazos estabelecidos no parecer em referência, em suas "RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS", especificamente quanto ao seus itens 25 e 26 (proposta de peixamento e cronograma das ações de peixamento no reservatório de Itaparica), estamos enviando em anexo o documento "*Programa de Repovoamento da Ictiofauna do Rio São Francisco - Reservatório de Itaparica*" no qual estão discriminadas as ações de peixamento do reservatório, bem como os parâmetros mínimos solicitados no parecer em referência, as áreas de soltura, monitoramento das espécies e cronograma de soltura.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Elvídio Landim do Rêgo Lima

Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG**E-mail: paulorb@chesf.gov.br**

MMA - IBAMA

Documento:

02001.025807/2012-12

Data 23/05/12

De ordem: *Simone Araujo de Souza* Em: 24/05/12
Para: *Simone Araujo de Souza*

Simone Araujo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

Assunto: Relatório de Atividades - 2011
O presente relatório tem por objetivo apresentar o desempenho das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Gestão de Recursos Humanos (DGRH) no período de 01/01/2011 a 31/12/2011. O relatório está dividido em sete partes: 1. Introdução; 2. Objetivos; 3. Metodologia; 4. Resultados; 5. Conclusões; 6. Recomendações; 7. Anexos.

Em relação aos dados estatísticos, o DGRH registrou um total de 1.234 funcionários em 31/12/2011, com uma taxa de rotatividade de 15,2%. O crescimento da equipe foi de 12,5% em relação ao ano anterior. Quanto aos processos de recrutamento, foram realizados 150 processos, resultando na contratação de 120 novos colaboradores. O tempo médio de contratação foi de 45 dias. Em relação aos processos de avaliação de desempenho, foram avaliados 1.000 funcionários, com uma taxa de aprovação de 85%.

Em relação aos processos de treinamento, foram realizados 100 cursos, com um total de 1.000 horas de treinamento. O investimento em treinamento foi de R\$ 100.000,00. O índice de satisfação dos colaboradores com o treinamento foi de 80%. Em relação aos processos de desenvolvimento de carreira, foram realizados 100 processos, com um total de 1.000 horas de desenvolvimento de carreira. O investimento em desenvolvimento de carreira foi de R\$ 100.000,00. O índice de satisfação dos colaboradores com o desenvolvimento de carreira foi de 80%.

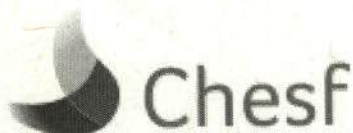
Fis.:	6024
Proc.:	8172/99
Rubr.:	8

ANEXO 1

Programa de Repovoamento da Ictiofauna do Rio São Francisco – Reservatório de Itaparica

EM BRANCO

Fis.:	1025
Proc.:	2472/99
Rubr.:	



Diretoria de Operação - DO

Gerência Regional de Operação de Paulo Afonso - GRP

**PROGRAMA DE REPOVOAMENTO DA ICTIOFAUNA
DO RIO SÃO FRANCISCO**
Reservatório de Itaparica

Estação de Piscicultura de Paulo Afonso - EPPA

Paulo Afonso

Maio/2012

EM BRANCO

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	3
2. Espécies trabalhadas.....	4
2.1. <i>Pseudoplatystoma corruscans</i> (Surubim).....	4
2.2. <i>Prochilodus argenteus</i> (Curimatã pacu).....	4
2.3. <i>Leporinus taeniatus</i> (Piau ferreirinha).....	5
2.4. <i>Leporinus obtusidens</i> (Piau verdadeiro).....	5
2.5. <i>Astyanax lacustris</i> (Piaba-do-rabo-amarelo).....	5
2.6. <i>Moenkausia costae</i> (Piaba-faixa- preta).....	5
2.7. <i>Lophiosilurus alexandri</i> (Niquim).....	6
3. Locais de soltura	6
3.1. Reservatório de Itaparica.....	6
3.1.1. Porto Belém de São Francisco.....	7
3.1.2. Mercado do Produtor.....	7
3.1.3. Porto da Balsa (BA).....	7
3.1.4. Caxauí de Cima.....	7
3.1.5. Balneário Rodelas.....	7
3.1.6. Icó-Mandantes.....	7
4. Programa de monitoramento limnológico e da ictiofauna.....	8
4.1 Monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira.....	8
4.2 Programa Monitoramento da Atividade Pesqueira no Reservatório de Itaparica.....	9
5. Cronograma de Peixamento	10

EM BRANCO

1. Apresentação

Cumprindo a Portaria nº 46 de 27/01/71, emitida pela antiga Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, a Estação de Piscicultura de Paulo Afonso – EPPA, entrou em operação em 01/01/73. Suas atividades passaram a ser desenvolvidas dentro da missão de produzir alevinos para manutenção, reposição e ampliação dos estoques de peixes das represas da CHESF, situadas na bacia hidrográfica do rio São Francisco, desenvolvendo pesquisas e tecnologias adequadas às espécies nativas, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da região. A EPPA ocupa uma área total de 89.400m², destas, 36.800m² de área inundada. Na área restante é mantida uma cobertura vegetal, composta por árvores frutíferas e árvores nativas da região.

A área inundada é formada por:

- a) 15 viveiros de terra escavados (de 1000 a 4000m²);
- b) 42 tanques de alvenaria (de 50 a 144m²);
- c) 20 tanques para cultivo de peixes ornamentais: área individual de 2,4m².

As edificações são compostas por: Prédio principal com área de 354m², composto por um laboratório, três escritórios, sanitários masculinos e femininos, um mini auditório, copa cozinha, sala de reunião, museu ictiológico. Uma sala de armazenamento de redes e outros apetrechos de pesca, área de 24m², situado a parte do prédio principal; u a recepção e guarita. O prédio destinado ao laboratório de desenvolvimento de piscicultura tem um pavimento térreo, com área de 561.46m². O projeto corresponde a um prédio dividido nos seguintes setores:

- a) Setor 01 (tanques de acasalamento): Área externa coberta com área de 160,00m², composta de 04 tanques de concreto com Ø de 4,00m x 1,00m de altura + fundo cônico com 0,50m de altura, constituindo um volume de aproximadamente 16.000 litros de água;
- b) Setor 02 (tanque de gerenciamento das águas): Área externa coberta com área de 250,00m², junto com os tanques de acasalamento, composta com um tanque de 2,00 x 2,00m x 1,40m de altura com canalização e registros de fechamento/abertura para recebimento da água vindo da adutora e para distribuição dos ovos fertilizados nos tanques de acasalamento até as incubadoras; e mantenedora do fluxo de água corrente para as mesmas;
- c) Setor 03 (incubadoras): Área interna da edificação com área de 155,20m², destinada para as incubadoras de fibra de vidro;

EM BRANCO

- d) Setor 04 (calhas de fibra de vidro p/atividades diversas): Área interna da edificação com área de 155,20m², com 16 calhas (3,50 x 0,60 x 0,50m/cada) de aproximadamente 1.050 litros de água para criação de alevinos ou outras atividades, com 138,00m² no total de área destinada a esta função;
- e) Setor 05 (sala de alimentos): Área interna isolada com área de 30,45m², destinada à eclosão dos ovos, primeira alimentação, com 24 incubadoras;
- f) Setor 06 (depósito geral/depósito controlado): Área interna de 30,45m² para finalidades diversas.

2. Espécies trabalhadas

2.1. *Pseudoplatystoma corruscans* (Surubim)

É o maior e o mais valioso peixe da bacia do São Francisco, Vive nas bacias dos rios São Francisco, Paraná, Paraguai e Uruguai , onde é encontrado no fundo do rios e remansos. O surubim tem o corpo desprovido de escamas e coberto por pele grossa; possui 3 pares de barbilhões (bigodes) e primeiro raio das nadadeiras dorsal e peitoral transformados num longo e afiado espinho. Sua cabeça é achatada dorso-ventralmente, a boca é grande e a mandíbula mais curta que a maxila. Tem o corpo arredondado com as laterais apresentando manchas negras circulares de tamanho variáveis e as nadadeiras dorsal e caudal com manchas pequenas. Pode atingir mais de 100kg de peso corporal. Reprodução: é peixe migrador (de piracema), de desova total, e não apresenta cuidado parental. O período de desova normalmente vai de novembro a fevereiro (período chuvoso). Inicia sua fase reprodutiva quando atinge 80 cm de comprimento total. Alimenta-se principalmente de peixes (piscívoros).

2.2. *Prochilodus argenteus* (Curimatã pacu)

Espécie endêmica da bacia do São Francisco. Possui lábios espessos e protatéis, onde estão inseridos muitos dentículos. Nadadeira dorsal com espinho proeminente, Seu corpo é coberto com escamas prateadas; sua linha lateral tem de 45 a 47 escamas e 10 a 11 escamas entre alinha lateral e a nadadeira dorsal. É o principal peixe (em biomassa) na pesca artesanal do São Francisco. Tamanho: pode alcançar peso corporal acima de 15kg. É a maior espécie dentre as curimatãs. Reprodução: peixe de piracema reproduzindo-se principalmente no período mais intenso das chuvas. Durante o período de reprodução, formam-se enormes cardumes e os machos emitem sons (roncos). Não apresenta cuidado parental. Alimentação: peixe iliofago (detritívoros).

EM BRANCO

2.3. *Leporinus taeniatus* (Piau ferreirinha)

Leporinus taeniatus é uma espécie endêmica do rio São Francisco. As fêmeas são maiores do que os machos indicando dimorfismo sexual como ocorre nos peixes migradores. Seu pico de reprodução ocorre de dezembro a fevereiro. Mas em outros meses do ano podem ser encontrados exemplares preparados sexualmente para desova. Sua primeira maturação ocorre no primeiro ano de vida. Ocorre em riachos e trechos livres dos rios. Apresentam hábito alimentar detritívoro.

2.4. *Leporinus obtusidens* (Piau verdadeiro)

Ocorre nas bacias dos rios São Francisco e do Paraná. O termo leporinus foi dado em razão do aspecto de seus dentes (do tipo incisiforme), semelhantes aos de coelho. Peixe importante nas pescas artesanal e esportiva. O corpo é alongado, coberto por escamas prateadas; nadadeiras peitorais ventrais e anais, amareladas. Focinho um tanto proeminente e boca sub-inferior, corpo com faixas transversais e 3 máculas no flanco, essas geralmente muito apagadas ou mesmo ausentes, principalmente em indivíduos maiores. Pode atingir porte acima de 8 kg de peso corporal, sendo o peixe de maior tamanho dentre as espécies de piaus da bacia do São Francisco. Reprodução: é peixe de piracema, reproduzindo-se principalmente de novembro a fevereiro. Os machos emitem sons (roncos) no período reprodutivo. Os ovos são livres de coloração cinza ou parda e com diâmetro de 1,2mm. As fêmeas, dependendo do seu tamanho podem produzir em cada desova de 300 mil a 1,5 milhões de ovos. Alimentação: onívoros, alimentando-se de frutos, caramujos, grãos e ramos vegetais.

2.5. *Astyanax lacustris* (Piaba-do-rabo-amarelo)

Peixe de pequeno porte, com o corpo coberto de escamas; apresenta duas manchas escuras no corpo, uma umeral e outra localizada no pedúnculo; essa última se prolonga até a ponta dos raios caudais medianos. Tamanho: atinge cerca de 13 cm de comprimento. Reprodução: Peixe de desova parcelada, seus ovos apresentam leve adesividade, são de cor amarelada ou parda, medem cerca de 1 mm e são envolvidos por uma capa gelatinosa. A nadadeira anal dos machos torna-se áspera durante o período reprodutivo, em razão da presença de espículas. Alimentação: onívoro, com predominância de vegetais, (algas, frutos, sementes e restos) e insetos.

2.6. *Moenkhausia costae* (Piaba-faixa-preta)

Moenkhausia costae conhecida como piaba faixa preta, é uma espécie de pequeno porte e atinge um comprimento em torno de seis centímetros. Segundo Pimentel *et al.* (2010), no reservatório de Sobradinho, é uma das principais espécies forrageiras que servem de

EM BRANCO

EM BRANCO

alimento para espécies piscívoras. Neste sentido, o conhecimento de aspectos ecológicos, como as interações tróficas de uma espécie base de cadeia alimentar, serve de ferramenta para estudos de biologia pesqueira, necessária para o manejo e para a preservação de um ambiente tal como o do reservatório de Sobradinho. Quanto ao hábito alimentar trata-se de peixe onívoro, alimentando de microcrustáceos, material vegetal e diversos outros. Apresenta comprimento médio variando entre 4,0 e 6,0 cm. Apresenta desova parcelada ou total. Em cativeiro desova normalmente em viveiros. Apresenta também dimorfismo sexual, com os machos menores que as fêmeas.

2.7. *Lophiosilurus alexandri* (Niquim)

Peixe endêmico da bacia do São Francisco, peixe de couro, corpo e cabeça muito achatados, sendo a cabeça mais larga que longa; os olhos são muito pequenos, mandíbula prognata; corpo salpicado de manchas. Pode ultrapassar 65 cm de comprimento e 4 Kg de peso. Reprodução: Peixe de desova parcelada, que ocorre de agosto a fevereiro, cada parcela contém cerca de 2.000 ovócitos de cor amarela e com 3 mm de diâmetro; constituem casais para a reprodução; os ovos são fortemente adesivos e depositados em ninhos feitos em locais rasos e fundo arenoso; o macho cuida dos ovos e dos filhotes. Hábito alimentar piscívoro.

3. Locais de soltura

3.1. Reservatório de Itaparica

O reservatório formado inundou áreas pertencentes aos municípios de Glória, Rodelas e Chorrochó no estado da Bahia. No estado de Pernambuco inundou Abaré, Belém do São Francisco, Itacuruba, Floresta, Petrolândia, Tacaratú e Jatobá. O reservatório Itaparica apresenta uma superfície aproximada de 828 km², com uma capacidade de armazenamento da ordem de 10 bilhões de metros cúbicos, e possui diversas agrovilas implantadas e em implantação, abastecidas por sistemas de irrigação, que servem de base para as populações reassentadas (FADURPE, 2000). Neste reservatório é comum a presença de *Macrobrachium amazonicum* utilizado como isca viva e capturado às margens do Lago, com jererê, pois estes ficam concentrados em grandes quantidades entre as macrófitas aquáticas, especificamente em *E. densa*. A presença deste crustáceo em abundância favorece a menor predação de alevinos por espécies de peixes carnívoros, tendo em vista a preferência alimentar desses peixes carnívoros por crustáceos. A figura 1 situa alguns pontos de soltura de peixes neste trecho do reservatório, descritas abaixo.

EM BRANCO

Fis.: 1031
Proc.: 8472/93
Rubr.: 1

3.1.1. Porto Belém de São Francisco – situa-se em trecho lótico a montante do Reservatório de Itaparica, em um dos canais formados pelo Rio São Francisco, com cerca de 200 metros de largura. Porto utilizado para embarque e desembarque de barcos de pesca e de transporte de pessoas e cargas. O local oferece facilidades de acesso e mobilização social.

Coordenadas geográficas: 08°45'31.78"S; 038°58'04.37"O

3.1.2. Mercado do Produtor – situa-se em trecho lótico a montante do Reservatório de Itaparica, em um dos canais formados pelo Rio São Francisco, com cerca de 240 metros de largura. Porto utilizado para embarque e desembarque da produção agrícola. O local oferece facilidades de acesso e mobilização social.

Coordenadas geográficas: 08°46'02.71"S; 038°57'47.68"O

3.1.3. Porto da Balsa (BA) – situa-se em trecho lótico a montante do Reservatório de Itaparica, na margem direita do Rio São Francisco, próximo ao atracadouro da balsa que conecta as rodovias PE-460 e BA-304. O local oferece facilidade de acesso e ambientes marginais diversificados, com abundante vegetação aquática.

Coordenadas geográficas: 08°47'43.19"S; 038°57'56.61"O

3.1.4. Caxauí de Cima – pequena comunidade rural do município de Rodelas, o local situa-se numa lagoa à margem direita do Rio São Francisco. Segundo moradores locais, a lagoa possui dois canais que mantêm comunicação com o rio mesmo em períodos de menor vazão. Mesmo ladeada pela agricultura e pecuária de base familiar, a lagoa conserva características ambientais adequadas, como baixas profundidade e corrente, variações de nível e abundante vegetação.

Coordenadas geográficas: 08°49'27.64"S; 038°56'16.66"O

3.1.5. Balneário Rodelas – situa-se na região de transição do Reservatório de Itaparica, próximo a área de lazer da cidade de Rodelas. Possui comunicação direta com áreas abertas do reservatório. O local oferece facilidades de acesso e mobilização social.

Coordenadas geográficas: 08°50'23.59"S; 038°45'41.73"O

3.1.6. Icó-Mandantes – *Coordenadas geográficas: 8°49'24.43"S; 38°24'17.04"O*

EM BRANCO

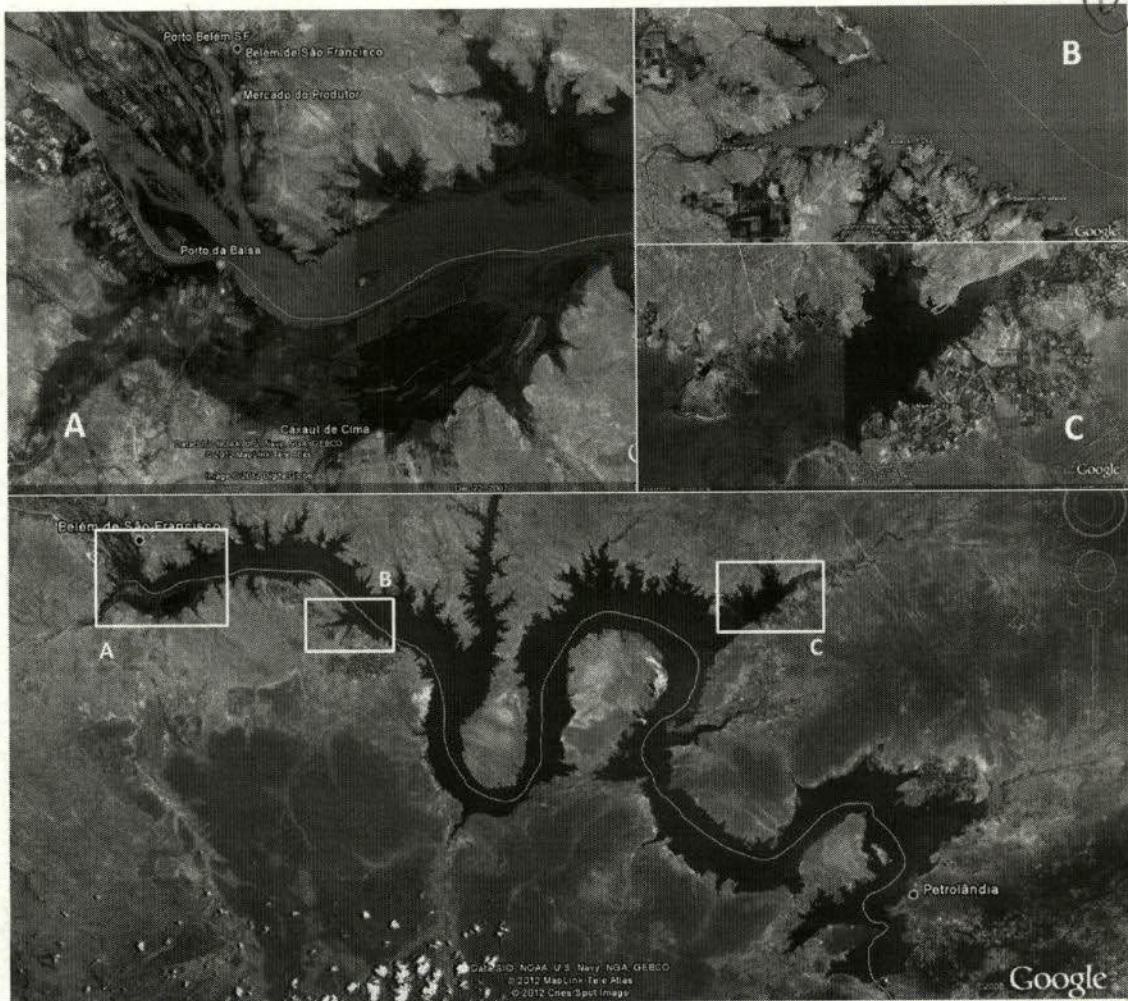


Figura 1: Locais de soltura no Reservatório de Itaparica (Imagem Google Earth).

4. Programa de monitoramento limnológico e da ictiofauna.

O monitoramento da efetividade dos repovoamentos será realizado com a compilação e cruzamento das informações oriundas de diferentes programas ambientais, que se complementarão.

4.1 Monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira

Componente do Programa de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos dos Reservatórios de Itaparica e Complexo de Paulo Afonso, o subprograma de Monitoramento da Ictiofauna e Biologia Pesqueira terá entre seus objetivos o monitoramento da composição específica e estrutura populacional da ictiofauna, analisar o comportamento alimentar e reprodutivo destas espécies e o modo como as formas jovens (ovos, larvas e juvenis) se dispersam pelo reservatório, com maior atenção às espécies trabalhadas, consideradas de

EM BRANCO

interesse especial (surubim, curimatã pacu e piau verdadeiro). Com isso, será possível ainda localizar e caracterizar outras áreas para repovoamento ou soltura, e incluí-las como áreas de soltura deste Programa de Repovoamento.

Para subsidiar o Programa de Repovoamento, o monitoramento da ictiofauna seguirá metodologia própria, que contempla o uso de diferentes artes de pesca em amostragens bimestrais, as quais sempre priorizarão o levantamento da ictiofauna dos locais de soltura. Assim, a composição da ictiofauna local será analisada antes e após os repovoamentos.

A partir da espécie, quantitativo e tamanho dos peixes soltos, será possível avaliar os efeitos dos repovoamentos na dinâmica estrutural das populações ictiológicas locais, podendo ainda refletir alterações ao longo de todo o reservatório, por onde se estende o monitoramento da ictiofauna.

4.2 Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Reservatório de Itaparica

A efetividade do Programa de Repovoamento será também avaliada em função da produção pesqueira do reservatório. Para isso, será realizado o acompanhamento e registro sistemático dos desembarques pesqueiros nos principais pontos de desembarque e junto às colônias de pescadores, apurando-se as espécies, quantitativos e tamanho dos peixes capturados pela pesca artesanal (Figura 2).

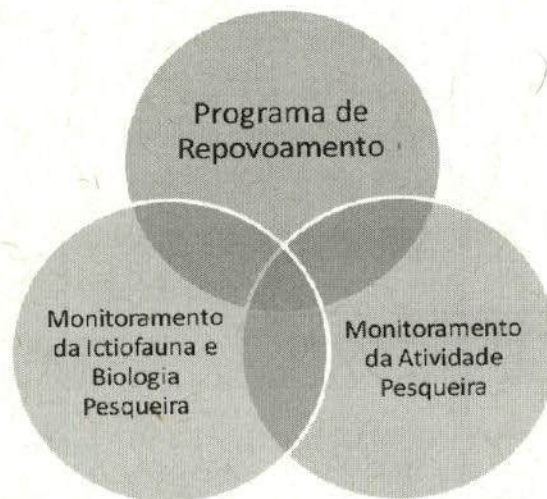


Figura 2. Inter-relação dos programas ambientais.

Com a análise crítica dos resultados desses dois programas, pretende-se avaliar a dinâmica das espécies trabalhadas e a tendência evolutiva da população: se crescente, decrescente ou estabilizada.

EM BRANCO

Fls.: 1034
 Proc.: 7472/99
 Rubr.: 

5. Cronograma de Peixamento

Período	Piau ferreirinha - <i>L. taeniatus</i>	Piau verdadeiro <i>L. obtusidens</i>	Curimatã pacu- <i>P. argenteus</i>	Surubim - <i>P. corruscans</i>	Piaba-do- rabo- amarelo - <i>Astyanax lacustris</i>	Piaba-faixa- preta - <i>Moenkausia costae</i>	<i>Lophiosilurus alexandri - Niquim</i>	
BIÊNIO 2012/2013	1º trim.		1.200	72.000				
	2º trim.	12.000		48.000	6.000			
	3º trim.					50.000	37.500	
	4º trim.					100.000	37.500	1.500
	5º trim.		1.200	72.000				
	6º trim.	12.000		48.000	6.000			
	7º trim.					100.000	37.500	
	8º trim.					50.000	37.500	1.500
	TOTAL	24.000	2.400	240.000	12.000	300.000	150.000	3.000
BIÊNIO 2014/2015	1º trim.		3.600	288.000				
	2º trim.	27.000		72.000	18.000			
	3º trim.	9.000				150.000	75.000	
	4º trim.					300.000	75.000	4.500
	5º trim.		3.600	288.000				
	6º trim.	27.000		72.000	18.000			
	7º trim.	9.000				150.000	75.000	
	8º trim.					300.000	75.000	4.500
	TOTAL	72.000	7.200	720.000	36.000	900.000	300.000	9.000

EM BRANCO



Chesf-DEMG-070/2012

MMA - IBAMA
Documento:
02001.025819/2012-47

Data: 24/05/12

Recife, 22 de maio de 2012.

Fls.: 1035
Proc.: 89209
Rubr.: [assinatura]

Ilmº. Sr.

Thomaz Miazaki de Toledo

Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições

COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.

70.818-900 - Brasília - DF

Assunto: Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga LO nº 510/2005 - Processo nº 02001.008472/99-58.

Referências: Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 29/03/2012, Parecer nº 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Prezado Senhor,

Dando continuidade ao cumprimento das recomendações do parecer em referência, para atendimento especificamente do item 2, a saber: *"Apresentar, em até 60 dias, um estudo contendo o mapeamento georreferenciado das fontes de poluição nos reservatórios. Os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI Shapefile."*

Diante do solicitado, encaminhamos em anexo, para vossa análise, o **MAPEAMENTO GEORREFERENCIADO DAS FONTES DE POLUIÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ITAPARICA (mapa impresso e DVD)**. O mapeamento foi realizado a partir do Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Baixo São Francisco - Reservatório de Itaparica, vigente entre 2007 e 2010, tomando por definição as seguintes condições:

- As estações ITA01, ITA02 e ITA07 foram utilizadas para avaliar a contribuição das ocupações populacionais como fontes de poluição do reservatório;
- As estações IT CA 01, IT CA 02, IT CA 03, IT CA 04, IT CA 05 e IT CA 06 foram utilizadas para monitorar a qualidade da água nas principais captações para abastecimento humano e/ou agrícola;

De ordem: *ia Lohio* Em: 25/05/12
Para: *Honorable Jura*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

CGENE/DILIC

[Faint, mostly illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page]

- As estações IT PI 01, IT PI 02, IT PI 03, IT PI 04, IT PI 05 e IT PI 06 foram utilizadas para avaliar a influência dos empreendimentos de aquicultura na qualidade da água;

- As estações AGRO 01 (=ITA02), AGRO 02 (=ITA03), AGRO 03 (=ITA07), AGRO 04 (=ITA08), AGRO 05 (=ITA10) e AGRO 06 (=ITA11) foram utilizadas para análises da presença de resíduos de agrotóxicos na água e no sedimento;

- As estações IT OG 01, IT OG 02, IT OG 03, IT OG 04 e IT OG 05 foram utilizadas para análises da presença de óleos e graxas.

Salientamos que o mapeamento ora apresentado é preliminar e que está em fase de licitação, um programa mais abrangente, o de **Diagnóstico e Mapeamento das Fontes de Poluição das Águas doces e Superficiais no Entorno dos Reservatórios de Itaparica, do Complexo de Paulo Afonso e Xingó**, o qual identificará as principais fontes de poluição, informando sua localização, tipologia, porte e potencial poluidor, cuja ET-DEMG nº 03/2012-R2 foi enviada ao IBAMA pela carta Chesf-DEMG-051/2012, protocolada neste instituto em 24/04/2012. O mesmo terá uma duração de 360 dias da emissão da Ordem de Início de Serviços e atenderá ao acordado entre Chesf e IBAMA no Seminário de Ecossistemas Aquáticos ocorrida em 30, 31/08 e 01/09/2011, realizada em Recife-PE.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Elvídio Landim do Rego
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

Fis.: 1036
Proc.: 8472/09
Rubr.: [assinatura]

EM BRANCO

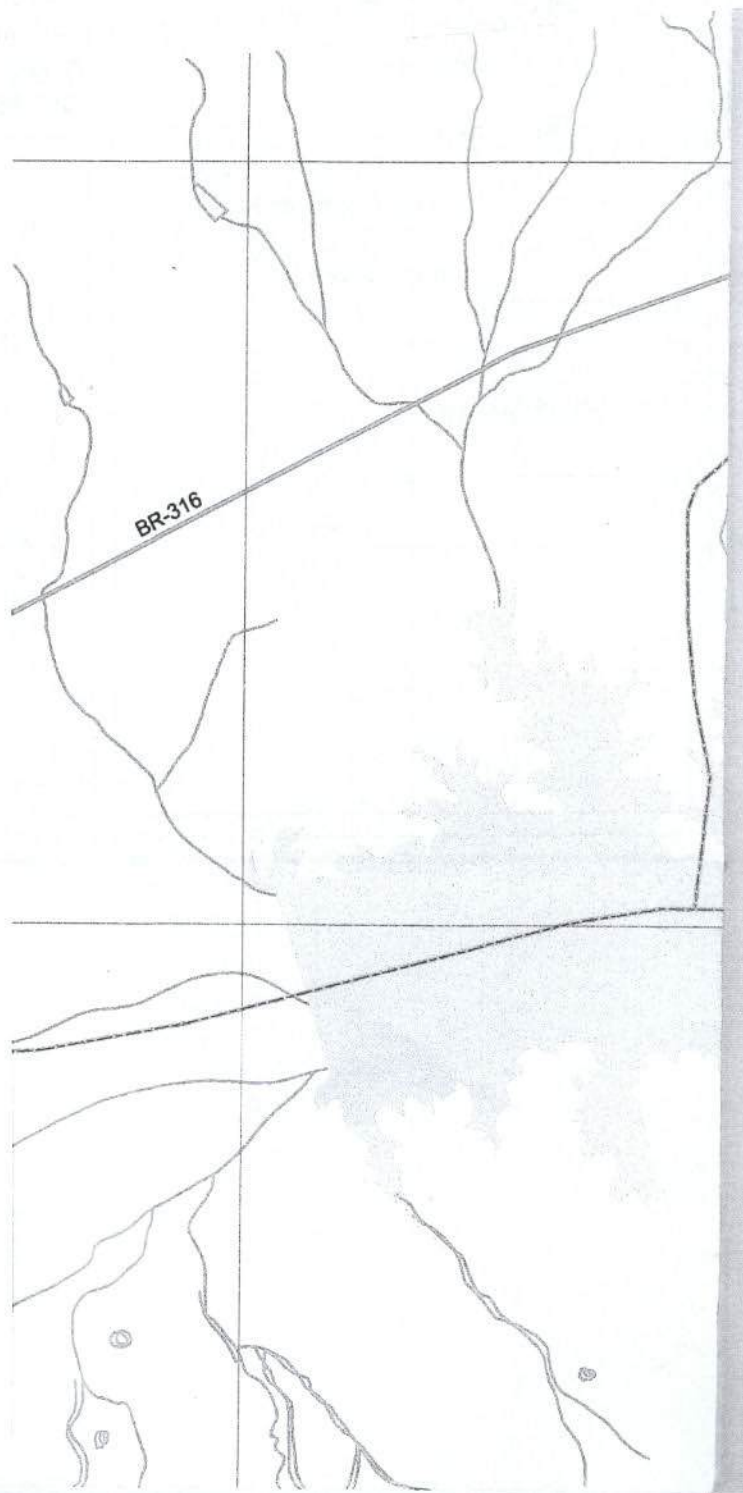
Fis.:	1037
Proc.:	8472/99
Rubr.:	99

ANEXO 1

Mapa impresso e Dvd com dados vetoriais em formato ESRI shapefile

EM BRANCO

Fis.: 1038
Pro: 84799
Rubr:









FONTES:

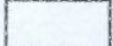

* Malha Municipal Digital 2007, disponibilizado pelo IBGE em versão simplificada, compatível com a escala de 1:2.500.000;

* Pontos de Monitoramento de Poluição, Limites de Projetos de Irrigação, Reservatório, disponibilizados pela Chesf, compatível com a escala de 1:100.000;






* Hidrografia e Rodovias, disponibilizados pela SUDENE, compatível com a escala de 1:100.000.

Legenda

-  Estações Limnológicas
-  Óleos e Graxas
-  Agrotóxicos
-  Estações de Captação
-  Piscicultura
-  Limites de Projetos de Irrigação

-  Limites Municipais
-  Reservatório

Rodovias

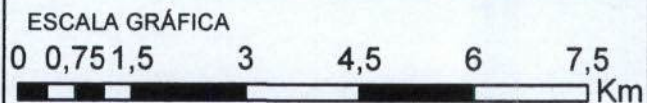
-  Via Arterial
-  Via Expressa
-  Via Local
-  Hidrografia
-  Áreas Urbanas

ESCALA
1:100.000

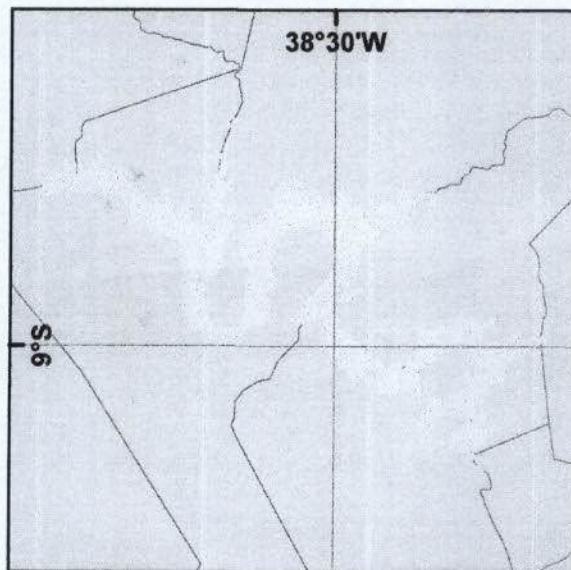
DATA
05/2012

DES. Nº
DCG - 061/2012

FOLHA REV.
1/1 0



MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ESTUDO





Diretoria de Engenharia – DE

Superintendência de Planejamento da Expansão – SPE

Departamento de Meio Ambiente - DMA

Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG

Fis.:	1040
Proc.:	8472/99
Rubr.:	<i>[Handwritten Signature]</i>

Relatório de Acompanhamento de Período Úmido

Reservatórios de Luiz Gonzaga, Complexo Paulo Afonso, Xingó e Baixo São Francisco

Recife

Maio/2012

EM BRANCO

Fis.: 1061
 Proc.: 8172/99
 Rubr.: [assinatura]


Com o período úmido em curso para a Bacia do Rio São Francisco (novembro/2011 a abril/2012), a Chesf pôs em prática a sua sistemática de divulgação de níveis e defluências de seus reservatórios, conforme informado a esta DILIC/IBAMA pela CE-SOC-024/2012, de 15 de fevereiro de 2012.

Nesta sistemática, em 08 de fevereiro de 2012, a Chesf emitiu o FAX-SOC-001/2012 a diversas entidades e usuários da Bacia do Rio São Francisco, comunicando a elevação das defluências dos reservatórios de Sobradinho e Itaparica para 3.000 m³/s, com a prática de vertimentos nos reservatórios de Itaparica, Complexo Paulo Afonso e Xingó, numa perspectiva de normalidade do quadro hidrológico, sem previsão de formação de cheia.

Embora os níveis e defluências praticados não indicassem a ocorrência de transtornos à população ribeirinha, a Chesf intensificou a comunicação a pescadores e piscicultores que exercem suas atividades nos reservatórios de Moxotó (Complexo Paulo Afonso) e Xingó, e a jusante deste, com o envio de técnicos para reportar-lhes a situação de normalidade e apurar eventuais transtornos. Para tal ação levou-se em consideração a localização dos empreendimentos aquícolas cadastrados nos **Estudos de Demarcação de Parques Aquícolas**, de Maio de 2010, realizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, através da empresa Neocorp Ltda.

Os técnicos visitaram empreendimentos de piscicultura em tanques-rede da região dos referidos Reservatórios, além de colônias de pescadores e secretarias municipais, para o levantamento das informações a seguir.

EMPREENDIMENTOS DE PISCICULTURA EM TANQUES-REDE

Empreendimento: Fazenda Bela Vista	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Glória – BA
Coordenadas geográficas: 09°19'09.00"S; 38°14'39.00"O	
Contato: Cristiano Rieper (Resp. técnico)	Telefone: 75 8164 2467
Status: 360 tanques-rede em produção	
	
Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012	
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema.	

EM BRANCO

Fls.: 1042
Proc.: 8172/09
Rubr.: 

Empreendimento: HOPE Pescado	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Glória – BA
Coordenadas geográficas: 09°17'08.13"S; 38°16'19.84"O	
Contato: Jackeline Patriota (Resp. técnico)	Telefone: 75 9107 4201
Status: 42 tanques-rede em produção	



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema.

Empreendimento: Aquicultura da Fonte	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Glória – BA
Coordenadas geográficas: 09°16'54.73"S; 38°16'17.92"O	
Contato: Paula Valéria (Resp. técnico)	Telefone: 75 9181 4186
Status: 300 tanques-rede em produção	



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema.

EM BRANCO

Fis.: 1093
Proc.: 8472/99
Rubr.: 

Empreendimento: Bruno Vieira	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Glória – BA
Coordenadas geográficas: 09°13'12"S; 38°17'40"O	
Contato: Bruno Vieira	Telefone: 81 8889 5800
Status: 250 tanques-rede em produção	
Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012	
Informações relatadas: segundo Encarregado de campo, nenhuma alteração ou problema .	

Empreendimento: André Luiz de Castro Morais Teixeira	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Glória – BA
Coordenadas geográficas: 09°11'15.98"S; 38°18'14.46"O	
Contato: Bruno Leonardo	Telefone: 75 9170 6495
Status: 450 tanques-rede em produção	

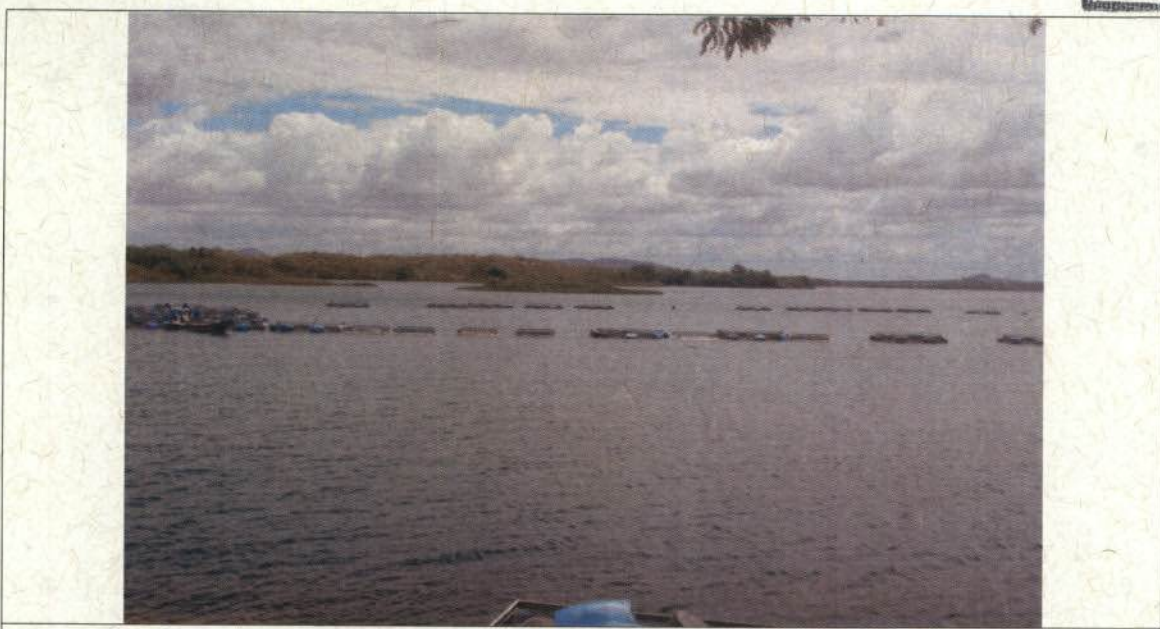


Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012	
Informações relatadas: segundo Encarregado de campo, nenhuma alteração ou problema .	

Empreendimento: Associação de Piscicultores do Território de Itaparica – ASPIT	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Jatobá – PE
Coordenadas geográficas: 09°10'40"S; 38°16'56"O	
Contato: Dona Valda (associada)	Telefone: 87 8111 3549
Status: 37 tanques-rede em produção	

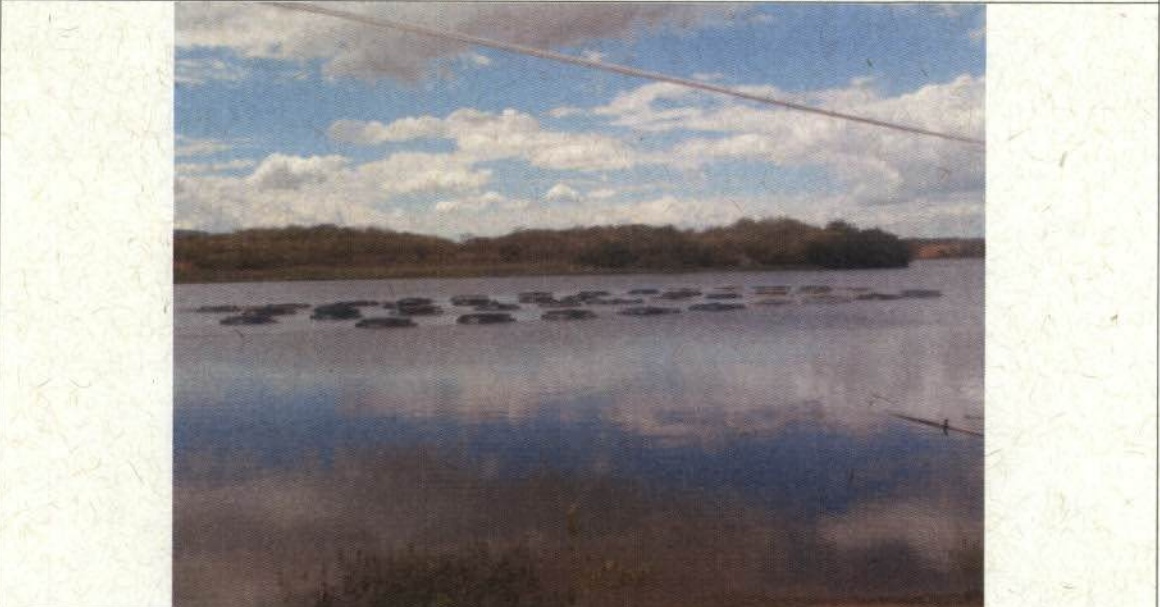
EM BRANCO

Fis.: 1044
 Proc: 8172/89
 Rubr: 



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
 Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: **José Gilvan Leite da Silva**
 Localização: Reservatório de Moxotó Município: Jatobá – PE
 Coordenadas geográficas: 09°10'55"S; 38°16'49"O
 Contato: José Jorge (encarregado) Telefone: 87 3775 1509
 Status: 44 tanques-rede em produção



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
 Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: **Associação Boa Esperança dos Piscicultores do Mari – ABPIM**
 Localização: Reservatório de Moxotó Município: Jatobá – PE
 Coordenadas geográficas: 09°15'44"S; 38°15'19"O
 Contato: Pe. Antônio Miglio Telefone: 75 9123 2454
 Datas das visitas: 15/02 e 23/03/2012

EM BRANCO

Fis.: 1095
Proc.: 8472/99
Rubr.: 

Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: Associação Jovens Criadores de Peixes – AJCP	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Jatobá – PE
Coordenadas geográficas: 09°13'42.00"S; 38°16'29"O	
Contato: Pe. Antônio Miglio	Telefone: 75 9123 2454
Datas das visitas: 15/02 e 23/03/2012	
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema	

Empreendimento: Associação Jovens Criadores de Tilápia da Comunidade do Sítio Santa Rita – AJCT	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Jatobá – PE
Coordenadas geográficas: 09°13'06"S; 38°16'04"O	
Contato: Pe. Antônio Miglio	Telefone: 75 9123 2454
Datas das visitas: 15/02 e 23/03/2012	
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema	

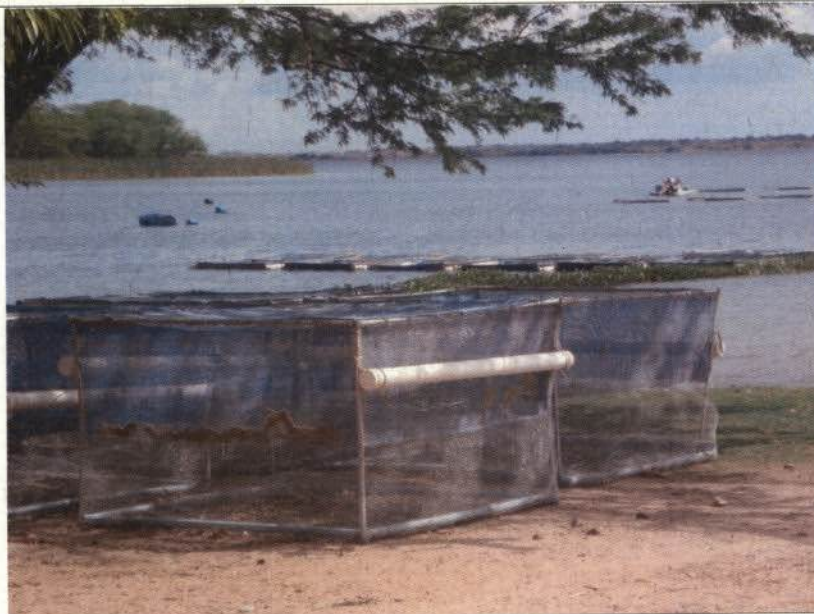
Empreendimento: Associação Nova Aliança de Piscicultores – ANAP	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Jatobá – PE
Coordenadas geográficas: 09°13'49"S; 38°16'30"O	
Contato: Pe. Antônio Miglio	Telefone: 75 9123 2454
Datas das visitas: 15/02 e 23/03/2012	
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema	

Empreendimento: Associação Novos Criadores de Tilápia do Sítio Santo Antônio – ANCT	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Jatobá – PE
Coordenadas geográficas: 09°13'40"S; 38°16'28"O	
Contato: Pe. Antônio Miglio	Telefone: 75 9123 2454
Datas das visitas: 15/02 e 23/03/2012	
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema	

Empreendimento: Associação Pequenos Criadores de Peixe do Sítio Martelo – APCP	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Jatobá – PE
Coordenadas geográficas: 09°14'40"S; 38°15'46"O	
Contato: Pe. Antônio Miglio	Telefone: 75 9123 2454
Datas das visitas: 15/02 e 23/03/2012	
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema	

Empreendimento: Luiz Lavanère Cavalcante Pessoa	
Localização: Reservatório de Moxotó	Município: Jatobá – PE
Coordenadas geográficas: 09°17'23"S; 38°14'21"O	
Status: 145 tanques-rede em produção	

EM BRANCO



Datas das visitas: 15/02 e 23/03/2012
 Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: **Netuno Alimentos S.A.**
 Localização: Reservatório de Moxotó Município: Jatobá – PE
 Coordenadas geográficas: 09°15'56"S; 38°14'59"O

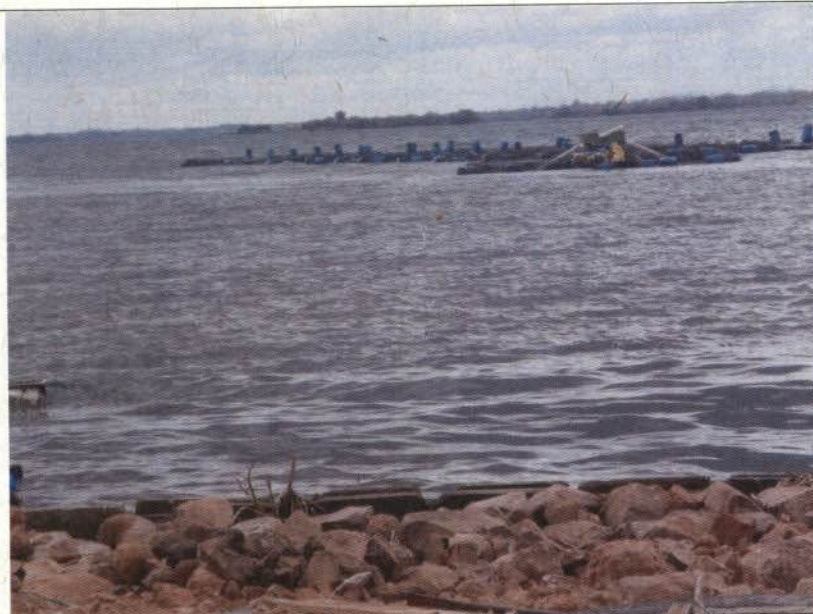


Datas das visitas: 15/02 e 23/03/2012
 Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: **R&M Piscicultura Ltda.**
 Localização: Reservatório de Moxotó Município: Jatobá – PE
 Coordenadas geográficas: 09°14'19.65"S; 38°16'09.59"O
 Contato: Marcio Carneiro Telefone: 75 3281 9880
 Status: 60 tanques-rede em produção

EM BRANCO

Fis.: 1047
Proc.: 8472/99
Rubr.: 



Datas das visitas: 15/02 e 23/03/2012

Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: **Projeto do Instituto Xingó**

Localização: Reservatório de Xingó

Município: Piranhas - AL

Coordenadas geográficas: 09°36'34,2"S; 037°47'37,7"W

Status: Desativado



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012

Informações relatadas: N/D

Empreendimento: **Projeto de Luiz Cavalcante 1 (Engorda)**

Localização: Reservatório de Xingó

Coordenadas geográficas: 09°35'26.0"S; 037°48'54.0"W

Contato: Oswaldo (Gerente)

Status: 1000 tanques-rede em produção

EM BRANCO

Fis.: 1098
Proc.: 8472/99
Rubr.: *[Handwritten Signature]*



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: **Projeto de Luiz Cavalcante 2 (Alevinagem)**
Localização: Reservatório de Xingó
Coordenadas geográficas: 09°36'01.0"S; 037°48'24.0"W
Contato: Oswaldo (Gerente)
Status: 100 tanques-rede com alevinos

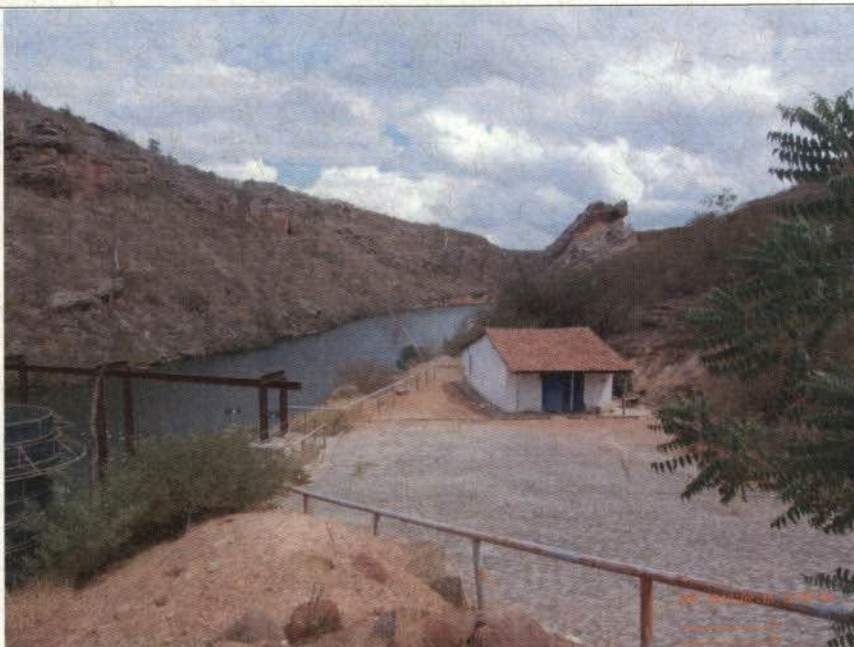


Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: Projeto Nova Esperança
Localização: Reservatório de Xingó
Coordenadas geográficas: 09°35'55,4"S; 037°48'21.7"W
Status: Desativado

EM BRANCO

Fis.: 1049
Proc.: 8472/99
Rubr.: 



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012

Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema verificado

Empreendimento: Projeto Salgatuba Pesca

Localização: Reservatório de Xingó

Coordenadas geográficas: 09°27'37.5"S; 037°51'02.0"W

Contato: Presidente Miguel Gomes / Informações: Edvaldo Gomes

Status: 80 tanques rede em produção



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012


Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: Projeto Malhada Grande

Localização: Reservatório de Xingó

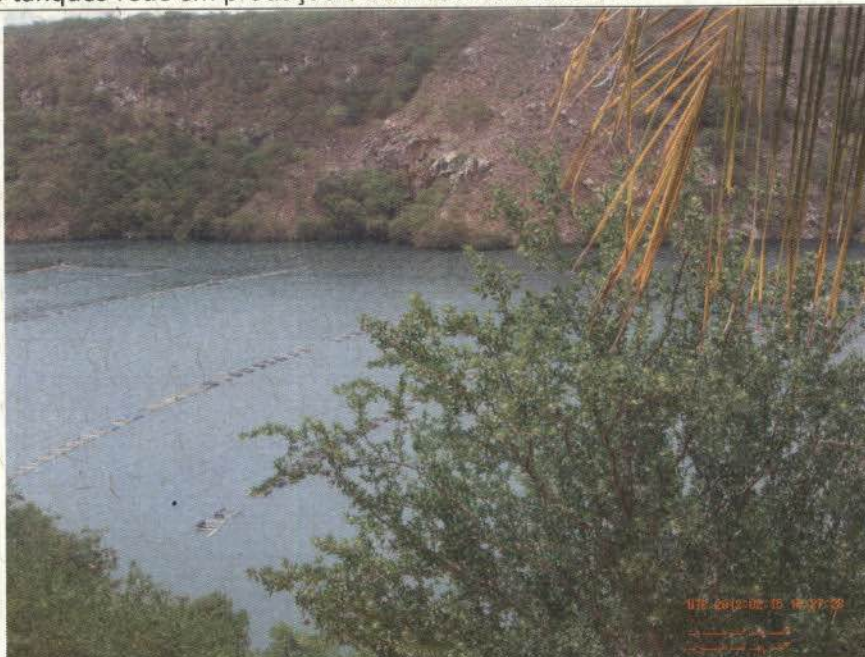
Coordenadas geográficas: 09°26'37.2"S; 038°02'16.1"W

EM BRANCO

Fis.: 1050
Proc.: 8172/99
Rubr.: 

Contato: Presidente Cléu / Informações: Almir

Status: 140 tanques-rede em produção e 2 bolsões com alevinos



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012

Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

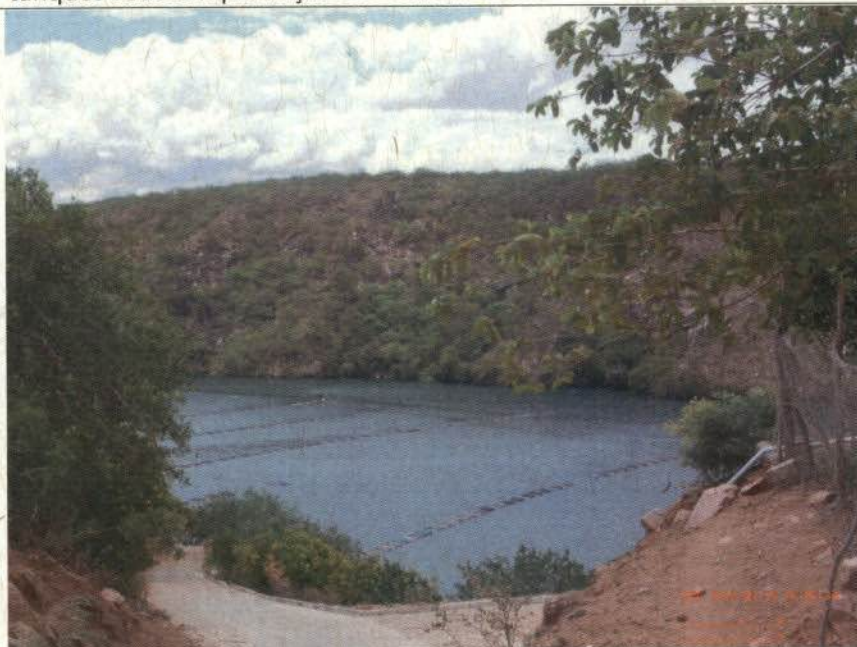
Empreendimento: Projeto Malhada Grande III

Localização: Reservatório de Xingó

Coordenadas geográficas: 09°27'52.1"S; 038°02'43.3"W

Contato: Presidente Cléu / Informações: João Válter

Status: 130 tanques-rede em produção e 6 com alevinos



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012

Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: Sítio Tará III

EM BRANCO

Fis.: 1051
Proc.: 8172/99
Rubr.: *[Handwritten Signature]*

Localização: Reservatório de Xingó
Coordenadas geográficas: 09°30'14.9"S; 038°00'46.9"W
Contato: Vicente Barros / Informações: Erivaldo Marinho
Status: 45 tanques-rede em produção



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

Empreendimento: Pia do Roque
Localização: Reservatório de Xingó
Coordenadas geográficas: 09°30'42.7"S; 038°00'47.3"W
Contato: Lula e Ednaldo
Status: 30 tanques-rede e 2 bolsões com alevinos

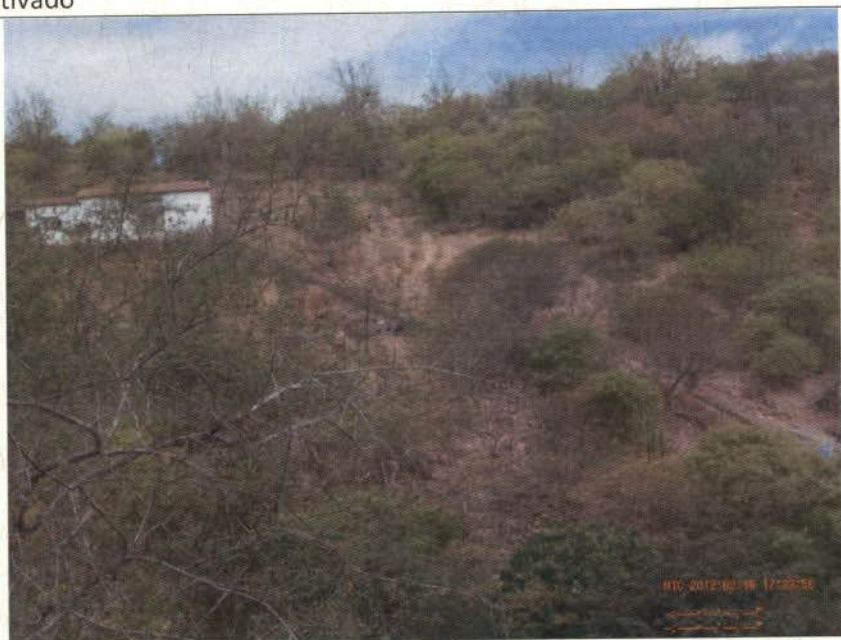


Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

EM BRANCO

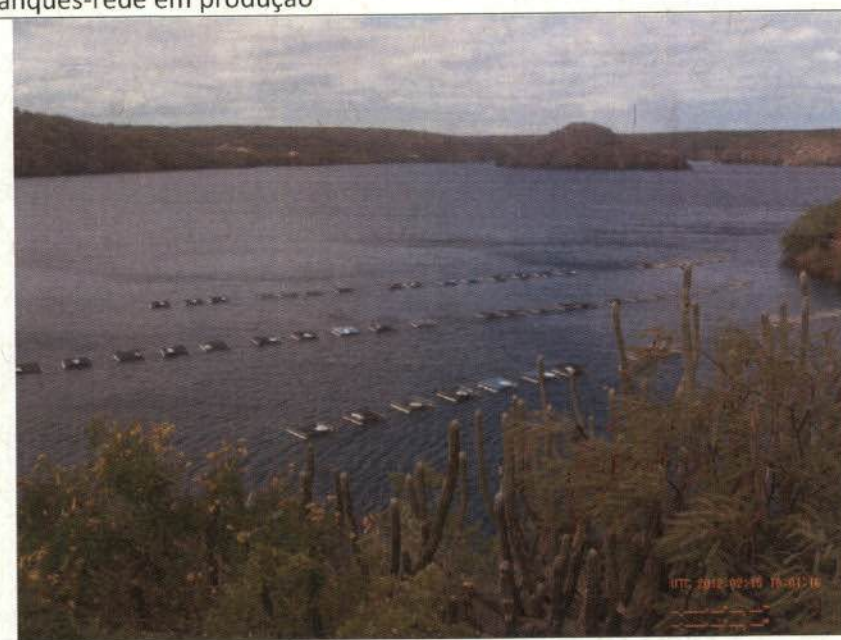
Fis.: 1052
Proc.: 8472/99
Rubr.: 

Empreendimento: Olho D'Águinha
Localização: Reservatório de Xingó
Coordenadas geográficas: 09°29'41.4"S; 038°00'52.0"W
Contato: N/D
Status: Desativado



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema verificado

Empreendimento: Lagoa do Junco
Localização: Reservatório de Xingó
Coordenadas geográficas: 09°31'15.2"S; 038°00'34.1"W
Contato: José Feitosa
Status: 60 tanques-rede em produção



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

EM BRANCO

Fis.: 1093
Proc.: 342/09
Rubr.: 

Empreendimento: Associação dos Aquicultores de Pão de Açúcar
Localização: Reservatório de Xingó
Contato: Sr. Luiz Elias | Telefone: 82-36241170 / 99935841
Status: 48 tanques-rede no rio em produção e 6 com alevinos em lagoa. Obs: Não foi possível ir até a área de produção



Datas das visitas: 15/02 e 13/03/2012
Informações relatadas: nenhuma alteração ou problema

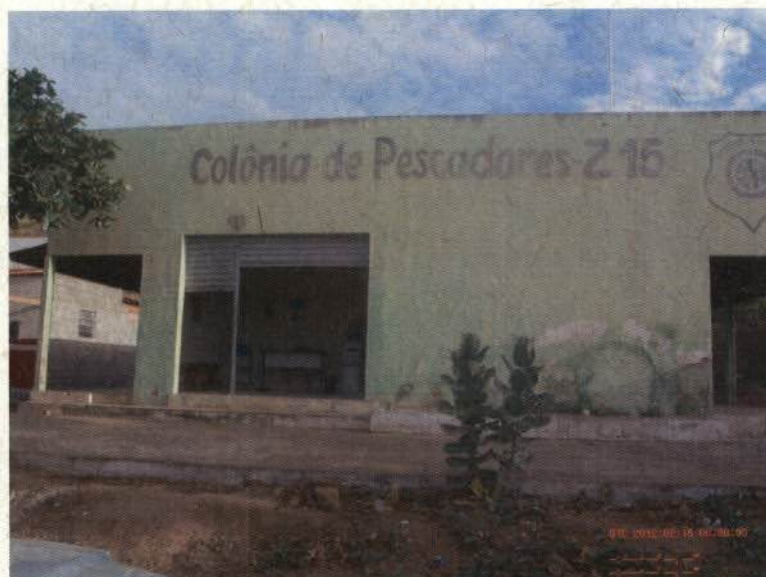
Os empreendimentos Piscicultura Sto. Antônio (09°14'31"S; 38°17'08"O) e Sívio Natarelli (09°16'30"S; 38°16'21"O), embora supostamente em produção, não foram visitados porque a propriedade estava fechada ou por recusa do proprietário em ambas as datas.

A comunicação estendeu-se ainda à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Secretaria de Aquicultura e Pesca, da Prefeitura Municipal de Petrolândia – PE, ao Departamento de Agricultura da Prefeitura Municipal de Jatobá – PE; ao Mercado do Peixe de Município de Pão de Açúcar; à Colônia de Pescadores Z-20 – Pão de Açúcar; e à Colônia de Pescadores Z-15 – Canindé de São Francisco.



EM BRANCO

Fis.: 1054
Proc.: 8472/99
Rubr.: 



Considerações Finais

As informações apuradas pela equipe técnica da Chesf e relatadas pelos piscicultores não apontam a ocorrência de impactos à atividade de cultivo de peixes em tanques-rede ou qualquer outro acidente ambiental decorrentes do aumento da vazão e vertimentos ocorridos nos reservatórios de Moxotó e Xingó (e a jusante deste) no período úmido 2011/2012.

EM BRANCO



Chesf-DEMG- 078/2012

MMA - IBAMA
Documento:
02001.025874/2012-37
Data: 28/05/12

Fls.: 1039
Proc.: 8472/99
Rubr.: 02

Recife, 24 de Maio de 2012

Ilma. Sra.

Gisela Damm Foratinni

Diretora de Licenciamento Ambiental

DILIQ/IBAMA

SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 02

Edf. Sede do IBAMA – Brasília – DF CEP: 70.818-900

Assunto: Resposta ao Ofício nº 121/2012 – DILIC/IBAMA; Envio de Relatório de Acompanhamento de Período Úmido

Referência: LO nº 510/2005 – UHE de Itaparica

LO nº 147/2001 – UHE de Xingó

LO nº 509/2005 – UHE's do Complexo Paulo Afonso

Ofício nº 121/2012/DILIC/IBAMA


Prezada Senhora,

Em resposta ao referido Ofício, encaminhamos o **Relatório de Acompanhamento de Período Úmido**, que apresenta as informações relacionadas ao vertimento realizado durante o último período úmido do Rio São Francisco.

Destacamos que não foram registrados impactos ambientais relacionados às pisciculturas monitoradas na região, durante o citado evento.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,


Elvidio Landim do Rego Lima

Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG

E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

ANEXO: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PERÍODO ÚMIDO

De ordem: *Adriano* Em: 28/05/12

Para: *Honório Jura*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

Chesf-DEMG 089/2012

Recife, 05 de junho de 2012.

Ilm^o.

Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.
70.818-900 - Brasília - DF

Assunto: Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga
LO nº 510/2005 - Processo nº 02001.008472/99-58.

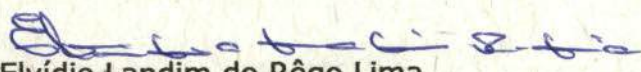
Referências: Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 29/03/2012,
Parecer nº 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA,
Ofício nº 209/2011/COHID/CGNE/DILIC/IBAMA.

Prezado Senhor,

Visando atender aos prazos estabelecidos no parecer em referência, especificamente quanto a retomada dos trabalhos de recuperação de áreas degradadas, estamos encaminhando o primeiro relatório trimestral de atividades.

Colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Elvídio Landim do Rêgo Lima
Divisão de Meio Ambiente de Geração-DEMG
E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

MMA - IBAMA
Documento:
02001.030238/2012-27

Data: 14.06.12

De ordem: *ia. Rafael* Em: 15/06/02
Para: *Montenegro Junior*

Simone
Simone Araujo de Souza
Secretária CGENE/DILIC



Chesf-DEMG 086/2012

MMA - IBAMA
Documento:
02001.026065/2012-42

Data: 25/06/12

Fls.: <u>1056</u>
Proc.: <u>2572/99</u>
Rubr.: <u>[assinatura]</u>

Recife, 01 de junho de 2012.

Ilmo. Sr.
Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.
70.818-900 - Brasília - DF

Assunto: Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga LO nº 510/2005 - Processo nº 02001.008472/99-58.

Referências: Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 29/03/2012,
Parecer nº 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA,
Ofício nº 209/2011/COHID/CGNE/DILIC/IBAMA.

Prezado Senhor,

Visando atender aos prazos estabelecidos no parecer em referência, especificamente quanto às informações qualitativas sobre o uso de fertilizantes e agrotóxicos na área de influência do empreendimento, estamos encaminhando a relação de defensivos e fertilizantes utilizados.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Elvídio Landim do Rêgo Lima
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

De ordem: *[Handwritten Signature]* Em: *[Handwritten Date]*
Para: *[Handwritten Name]*

[Handwritten Signature]
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

CGENE/DILIC

[Faint mirrored text, likely bleed-through from the reverse side of the page]

[Faint mirrored text, likely bleed-through from the reverse side of the page]

[Faint mirrored text, likely bleed-through from the reverse side of the page]

[Faint mirrored text, likely bleed-through from the reverse side of the page]

[Faint mirrored text, likely bleed-through from the reverse side of the page]

Relação dos Defensivos e Fertilizantes Utilizados nas Culturas

Perímetro Irrigado Icó-Mandantes

Maio/2012

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Abóbora	-Evidence; -Kumulus DF; -Dipel WG; -Saurus; -Tiger; -Brigade 25 EC; -Cercobin 700 WP; -Cuprozeb; -Folicur 200 EC; -Calipso SC.	-Midacloprido; -Enxofre; -Bacillus Thuringiensis; -Acetamiprido; -Pririproxifem; -Bifentina; -Tiofanato-Metílico; -Oxicloreto de Cobre+Mancozeb; -Tebuconazole; -Tiacioprido.	-Fórmula 10-10-10 NPK; -Fórmula 20-00-20 NPK; -Uréia; -Cloreto de Potássio; -Sulfato de Amônia.
Amendoim	-Amistar WG; -Actara 250 WG; -Karate Zeon; -Folicur 200 EC; -Cefanol; -Cerconil SC; -Bravonil 500 SC; -Score CE.	Azoxistrobina; -Tiametoxam; -Lambacyhalothrin; -Tebuconazole; -Acefate; -Thiofanato Metílico; -Clorotalonil; -Difeconazol.	-Calcário Dolomítico; -Superfosfato Simples; -Aminoplus.
Cebola	-Engeo Pleno; -Karate Zeon 50 CS; -Mustang 350 EC; -Cercobin 700 WP; -Cuprozeb; -Cuprogarb 500; -Nativo; -Ridomil Gold MZ; -Score CE; -Sumilex 500 WP; -Cabriotop; -Rovral SC; -Folicur 200 EC; -Danimem 300 SC; -Dicarzol 500; -Fuzilade 125; -Totril; -Ronstar 250 BR; -Select; -Sportak 150 CE.	-Tiametoxam + Lambacyhalothrin; -Lambacyhalothrin; -Zetacípermetrina; -Tiofanato-Metílico; -Oxicloreto de Cobre; -Oxicloreto de Cobre; -Trifoxistrobina+ Tebuconazol; -Metalaxil+Mancozeb; -Difeconazol; -Promicidona; -Matiram+Piraclostrobina; -Iprodione; -Tebuconazole; -Fempropatrina; -Cloridrato de Formetanato; -Fluazifop-Butílico; -Ioxynil; -Oxidiazinon; -Cletodin; -prochloraz.	-Fórmula 6-24-12; -Superfosfato Simples; -Uréia; -Map; -Sulfato de Potássio; -Nitrato de Cálcio; -Nitrato de Potássio.


EM BRANCO

Fls.: 1058
 Proc.: 8172/99
 Rubr.: [assinatura]

Continuação

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Coentro	-Actara 250 WG; -Agrinose; -Agritoato 400; -Bravonil 500 SC; -Engeo Pleno; -Folicur 200 EC; -Score CE;/ -Karate Zeon.	-Tiametoxam; -Oxicloreto de Cobre; -Dimetoato; -Clorotalonil; -Tiametoxam+ Lambacyhalothrin; -Tebuconazole; -Difeconazol; -Lambacyhalothrin.	-Fórmula 6-24-12; -Uréia.
Feijão	-Saurus; -Agritoato; -Actara; -Losban; -Manzate; -Nativo; -Sevin 480 SC; -Connect.	-Acetamiprido; -Dimetoato; -Neonicotinóide (Tiametoxam); -Organofosforado (Clorpirifós); -Dimetiditiocarbamato (Mancozeb); -Trifoxisn+Tribiconazol; -Carbaril; -Imidacloprido + Betaciflutrina.	-Superfosfato Simples; -Uréia; -Calcário Dolomítico; -Sulfato de Potássio; -Fórmula 6-24-12; -Esterco de Curral; -Fórmula 6-24-12 NPK; -Fórmula 10-10-10 NPK; -Fórmula 20-00-20 NPK.
Jerimum	-Evidence; -Kumulus DF; -Dipel WG; -Saurus; -Tiger; -Brigade 25 EC; -Cercobin 700 WP; -Cuprozeb; -Folicur 200 EC; -Calipso SC; -Rubigan 120 EC.	-Midacloprido; -Enxofre; -Bacillus Thuringiensis; -Acetamiprido; -Piriproxifem; -Bifentina; -Tiofanato-Metílico; -Oxicloreto de Cobre+Mancozeb; -Tebuconazole; -Tiacioprido; -Fenarimol.	-Fórmula 10-10-10 NPK; -Fórmula 20-00-20 NPK; -Uréia; -Cloreto de Potássio; -Sulfato de Amônia.

EM BRANCO

Fls.: 1059
 Proc.: 8472/99
 Rubr.: 

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Melancia	-Enxofre; -Lebaycid 500; -Mospilan; -Pirate SC; -Polo 500; -Provado 200 SC; -Saurus; -Tiger 100 EC; -Trigard 750 WP; -Vertimec 18 EC; -Actara 10 BR; -Calipso SC; -Cartap BR 500; -Evidence; -Nativo; -Sialex 500 PM; -Sportak 150 CE; -Sumilex 500 WP; -Trifmise PM; -Amistar WG; -Bravonil 500 SC; -Cabriotop; -Cercobin 700 WP; -Comet CE; -Cuprozeb PM; -Dacobre WP; -Dithane NT PM; -Domak 100 EC; -Alto 100 CE; -Elite CE; -Folicur 200 EC; -Score CE.	-Enxofre; -Fentiona; -Acetamiprido; -Clofernapi; -Diafentiron; -Imidacloprido; -Acetamiprido; -Pririproxifem; -Cyromazine; -Abamectin; -Tiametoxam; -Tiacloprido; -Cartap; -Midacloprido; -Trifloxistrobina; -Procimidona; -Prochloraz; -Procimidona; -Trifumizol; -Azoxistrobina; -Cloratalonil; -Metiram; -Tiofanato-Metílico; -Piraclostrobina; -Oxicloreto de Cobre+Mancozeb; -Mancozeb; -Tetraconazol; -Ciproconazol; -Tebuconazole; -Tebuconazole; -Difeconazol.	-Esterco de Curral; -Fórmula 6-24-12 NPK; -Fórmula 10-10-10 NPK; -Fórmula 20-00-20 NPK; -Superfosfato Simples; -Calcário Dolomítico; -calcário Calcítico; -GZ; -Alifol; -Uréia; -Nitrato de Cálcio; -Cloreto de Potássio; -Map; -Sulfato de Magnésio; -Sulfato de Amônia; -Amiorgan.
Melão	-Nativo; -Vertimec; -Cercobin 700 WP; -Score CE; -Sumilex 500 WP; -Amistar WG; -Cabriotop; -Saurus; -Actara.	-Trifoxistrobina+ Tebuconazol; -Abamectin; -Tiofanato-Metílico; -Difeconazol; -Promicidona; -Azoxistrobina; -Metiram+Piraclostrobina; -Acetamiprido; -Tiametoxam.	-Fórmula 6-24-12; -Uréia; -Amiogan; -Superfosfato Simples; -Cloreto de Potássio; -Nitrato de Potássio; -Nitrato de Cálcio.
Milho	-Lannate; -Decis 25 CE; -DMA 806 R; -Losban 480 BR.	-Methomyl; -Dietamethin; -2-4-D; -Chirpyrifós.	-Fórmula 6-24-12 NPK; -Fórmula 10-10-10 NPK; -Fórmula 20-00-20 NPK; -Uréia; -Sulfato de Amônia; -Cloreto de Potássio.

EM BRANCO

Continuação

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Tomate	-Amistar WG; -Actara 250 WG; -Cartap BR 500; -Trigard 750 WP; -Saurus; -Cabriotop; -Losban; -Sumilex 500 WP; -Score CE; -Cercobin; -Lannate; -Karate Zeon 50 CS; -Ridomil Gold MZ; -Vertimec; -Nativo; -Sencor 480; -Select; -Kocide.	-Azoxistrobina; -Tiametoxam; -Cartap; -Cyromazine; -Acetamiprido; -Metiram+Piraclostrobina; -Clorpirifós; -Promicidona; -Difeconazol; -Tiofanato-Metílico; -Methonyl; -Lambacyhalothrin; -Matalaxil+Mancozeb; -Abamectin; -Trifloxistrobina+ Tebuconazol; -Metribuzin; -Cletodin; Hidróxido de Cobre.	-Calcário Dolomítico; -Uréia; -Superfosfato Simples; -Amiorgan; -Cloreto de Potássio; -Nitrato de Potássio; -Nitrato de Cálcio; -Fórmula 6-24-12.
Pimentão	-Abamectim; -Abamex; -Actara; -Agritoato; -Amistar WG; -Bravonil 500 SC; -Cabriotop; -Calypso; -Comet CE; -Cupra 500; -Cuprograb 500; -Cordial.	-Abamectina; -Abamectina; -Tiametoxam; -Dimetoato; -Azoxistrobina; -Clorotalonil; -Metiram+Piraclostrobina; -Tiacloprido; -Piraclostrobina; -Oxicloreto de Cobre; -Oxicloreto de Cobre; -Piriproxifem.	-Nitrato de Potássio; -Nitrato de Cálcio; -Sulfato de Potássio; -Map; -Sulfato de Magnésio; -Uréia.
Banana	-Furadan 50 G; -Sevin 480 SC; -Tit; -Folicur 200 EC; -Tecto SC; -Cuprozeb; -Gramoxone.	-Carbofuran; -Carbaril; -Propiconazole; -Tebuconazole; -Thiabendazole; -Oxicloreto de Cobre+Mancozeb.	-Superfosfato Simples; -Uréia; -Bórax; -Cloreto de Potássio; -Sulfato de Magnésio; -Sulfato de Zinco; -Sulfato de Amônia; -FTE BR-12 + Micronutrientes.

EM DRANCO

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Coco	-Score CE; -Macht; -Vertimec 18 EC; -Marshal 50 G; -Ortus 50 SC; -Dipel WG; -Envidor; -Talento.	-Difeconazol; -Benzoluréia; -Abamectin; -Metilcarbamato de Benzofuramila; -Fempiroximato; -Bacillus Thuringiensis; -Espirodiclofeno; -Tiozoidinacarboxomids (Hexythiazol)	-FTE BR-12 + Micronutrientes; -esterco de Curral; -Superfosfato Simples; -Cloreto de Potássio; -Sulfato de Potássio; -Sulfato de Amônia; -Bórax; -Ácido Bórico; -Calcário Dolomítico; -Fórmula 20-00-20 NPK; -Fórmula 20-10-20 NPK; -Fórmula 6-24-12 NPK.
Goiaba	-Cuprozeb; -Actara 250 WG -Folicur 200 EC; -Alto 100 CE; -Sumithion 500 EC; -Folisuper 600 BR; -Karate; -Recop SC.	-Oxicloreto de Cobre+Mancozeb; -Tiametoxam; -Tebuconazole; -Cyproconazole; -Fenthothion; -Parathion Mentil; -Lambacyhalothrin; -Oxicloreto de Cobre.	-Superfosfato Simples; -Uréia; -Sulfato de Amônia; -Cloreto de Potássio; -Map; -Fórmula 6-24-12; -Nitrato de Cálcio; -Nitrato de Potássio; -Ácido Bórico.
Mamão	-Amistar WG; -Calypso; -Actara 250 WG; -Cuprograb 500; -Cercobin 700 WP; -Vertimec 18 EC; -Ortus; -Score CE.	-Azoxistrobina; -Tiacloprido; -Tiametoxam; -Oxicloreto de Cobre; -Tiofanato-Metílico; -Abamectin; -Fempiroximato; -Difeconazol.	-Calcário Dolomítico; -Superfosfato Simples; -Sulfato de Amônia; -Sulfato de Potássio; -Nitrato de Cálcio; -Sulfato de Zinco; -Ácido Bórico.
Manga	-Score CE; -Amistar WG; -Cuprozeb PM; -Folicur 200 EC; -Sumithion 500 EC; -Vertimec 18 EC; -Cultar; -Cercobin 500 SC; -Provado 200 SC; -Cobre Atar BR. -Kumulus	-Difeconazol; -Azoxistrobina; -Oxicloreto de Cobre+Mancozeb; -Tebuconazole; -Fenthothion; -Abamectin; -Paclbutrazol; -Tiofanato-Metílico; -Imidacloprido; -Óxido Cuproso; -Enxofre.	-Calcário Dolomítico; -Superfosfato Simples; -Cloreto de Potássio; -Nitrato de Potássio; -Sulfato de Amônia; -Nitrato de Cálcio; -Sulfato de Potássio; -Sulfato de Zinco; -Ácido Bórico.

EM BRANCO

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Uva	-Agrinose; -Bravonil 500 SC; -Cercobin 700 WP; -Cuprozeb; -Captan 500; -Dithane PM; -Ridomil Gold MZ; -Recop SC; -Rubigan 120 EC; -Folisuper 600 BR; -Vertimec; -Cabriotop.	-Oxicloreto de Cobre; -Clorotalonil; -Thiofanato-Metílico; -Oxicloreto de Cobre+Mancozeb; -Captan; -Mancozeb; -Mancozeb; -Oxicloreto de Cobre; -Fenarimol; -Parathio Methil; -Abamectin; -Matiram+Piraclostrobina.	-Superfosfato Simples; -Uréia; -Calcário Dolomítico; -Sulfato de Amônia; -Sulfato de Magnésio; -Map; -Sulfato de Zinco; -Clorato de Potássio; -Nitrato de Cálcio; -FTE BR-12 + Micronutrientes; -Ácido Bórico; -Aifol; -Codamim; -Nitrato de Potássio.
Pastagem	-Gifosate 480 Agripec; -Roundup.	-Gifosate (Gilcina); -Gifosate (Gilcina).	-esterco de Curral; -Uréia; -Sulfato de Potássio; -Fórmula 6-24-12; -Fórmula 10-10-10.
Maracujá	-Recop SC; -Cobox; -Fungitol; -Reconil; -Daconil BR; -Aliete; -Agrimalcin; -Vertimec 18 CE; -Kasumim.	-Oxicloreto de Cobre; -Oxicloreto de Cobre; -Oxicloreto de Cobre; -Clorotalonil; -Clorotalonil; -Fosetyl-al; -Terramicina; -Abamectin; -Cartap (Tiocarbamato); -Casugamicina.	-Fórmula 20-10-20; -Uréia; -Fórmula 20-20-20; -Fórmula 10-10-10; -Nitrato de Cálcio; -Ácido Bórico; -Foliales + Micronutrientes -Fórmula 6-24-12.

EM BRANCO

Relação dos Defensivos e Fertilizantes Utilizados nas Culturas

Perímetro Irrigado Barreiras (Bloco 01)

Maio/2012

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Banana	-	-	-Superfosfato Simples; -Cloreto de Potássio; -Uréia; -Mistura 20-00-20; -Esterco de Curral; -Calcário Dolomítico; -FTE BR-12.
Caju	-	-	-
Coco	-Ortus; -Marshal 200 SC; -Match; -Assist; -Vertimec 18 EC	-Fenpiroximato; -Carbosulfan; -Lufemuron; -Óleo Mineral; -Abamectina.	-Superfosfato Natural; -Superfosfato Simples; -Uréia; -Cloreto de Potássio; -Cinzas; -Sulfato de Potássio; -Sulfato de Amônia; -Sulfato de Zinco; -Sulfato de Magnésio; -Ácido Bórico; -FTE BR-12; -MB-4; -Esterco de Curral; -Gesso Agrícola; -Calcário Dolomítico; -Liqui-plex Ca Mg+B. Misturas: -6-24-12; -10-10-10; -20-10-20+FTE; -20-00-20.
Goiaba	-Lebaycid 500; -Provado 200 SC; -Reconil.	-Fentiona; -Imidacloprido; -Oxicloreto de Cobre.	-Superfosfato Simples; -Cloreto de Potássio; -Uréia; -Esterco de Curral; -Calcário Dolomítico; -Amiorgan; -FTE BR-12; -Liqui-plex Ca Mg + B; -Nitrato de Cálcio; -Sulfato de Potássio; -Cinzas. Misturas: -6-24-12; -10-10-10

EM BRANCO

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Mamão	-Actara 250 WG; -Vertimec 18 EC; -Cercobin 700 WP; -Reconil; -Score; -Ortus; -Manipueira; -Nim; -Bioalho.	-Tiametoxam; -Abamectina; -Tiofanato-Metílico; -Oxicloreto de Cobre; -Difenoconazol; -Femproximato; -Ácido Cianídrico; -Azadiracta Indica; -Extrato de Alho.	-Cloreto de Potássio; -Superfosfato Simples; -Uréia; -Sulfato de Amônia; -Esterco de Curral; -FTE BR-12. Misturas: -6-24-12; -20-10-20 + FTE; -Liqui-plex Ca Mg + B; -Torta de Mamona; -Cinza; -Fosfato Natural; -Biofertilizante; -Húmus de Minhoca; -MB-4; -Coda 14-6-5.
Manga	-Lebaycid 500; -Manzate; -Reconil; -Score; -Comet; -Vertimec 18 EC.	-Fentiona; -Mancozebe; -Oxicloreto de Cobre; -Difenoconazol; -Piraclostrobina; -Abamectina.	-Nitrato de Cálcio; -Superfosfato Simples; -Cloreto de Potássio; -Sulfato de Potássio; -Sulfato de Zinco; -Sulfato de Magnésio; -Liqui-plex Ca Mg + B; -Ácido Bórico; -Calcário Dolomítico; -FTE BR-12; -MB-4; -Esterco de Curral; -Nitrato de Potássio. Misturas: -6-24-12.
Maracujá	-Lebaycid 500; -Score.	-Fentiona; -Difenoconazol.	Misturas: -6-24-12; -10-10-10; -20-10-20 + FTE; -20-00-20; -Sulfato de Amônia; -Cloreto de Potássio; -Uréia; -Cinzas.
Pinha	-Assist; -Manipueira.	-Óleo Mineral; -Ácido Cianídrico.	-Cinzas; -Composto Orgânico.
Uva	-	-	-

EM BRANCO

Fls.: 1065
 Proc.: 8472/99
 Rubr.: 02

Continuação

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Amendoim	-Lorsban 480 BR; -Manzate; -Agrinose; -Agritoato; -Targa; -Manipueira.	-Chlorpyrifos; -Mancozebe; -Oxicloreto de Cobre; -Dimetoato; -Quizalofope-P-Etílico; -Ácido Cianídrico.	Misturas: -10-10-10; -Superfosfato Simples; -Fosfato Natural; -Cinzas; -Composto Orgânico; -Fermentado Biológico; -Biofertilizante; -Urina de Vaca; -Coda 0.54.0.
Feijão	-Hostathion 400 BR; -Orthene 750 BR para Sementes; -Targa 50 CE; -Vertimec; -Flex; -Cerconil; -Manzate; -Agritoato; -Sevin; -Connect.	-Triazopós; -Acetato; -Quizalofope-P-Etílico; -Abamectina; -Fomesafen; -Tiofanato-Metílico; -Mancozebe; -Dimetoato; -Carbaril; -Imidacloprido + Beta-Ciflutrina.	Misturas -6-24-12; -20-10-20 + FTE; -20-00-20; -10-10-10; -Uréia; -Sulfato de Amônia; -Cloreto de Potássio; -Cinzas; -Coda 14-6-5
Coentro			Misturas: -10-10-10; -Húmus de Minhoca; -Torta de Mamona; -Cinzas; -Esterco de Curral; -Biofertilizantes; -Liqui-plex plus.
Macaxeira	-Dipel.	-Bacillus Truringiensis.	-Urina de Vaca; -Biofertilizantes.
Melancia	-Cercobin; -Domark; -Score; -Actara; -Manzate-800; -Vertimec 18 EC; -Confidor 700 WG; -Dipel; -Saurus; -Cuprozeb.	-Tiofanato Metílico; -Tetraconazol; -Difenoconazol; -Tiametoxam; -Mancozebe; -Abamectina; -Imidacloprido; -Bacillus Truringiensis; -Acetamiprido; -Oxicloreto de Cobre.	-Superfosfato Simples; -Map; -Uréia; -Sulfato de Amônia; -Sulfato de Potássio; -Cloreto de Potássio; -Nitrato de Cálcio; -MB-4; -Amiorgan. Misturas: -6-24-12; -10-10-10; -Liqui-plex Ca Mg + B; -Coda 14-6-5; -Esterco de Curral.

EM BRANCO

Continuação

Fis.: 1066
 Proc.: 3472/98
 Rubr.: 

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Milho	-Hostathion 400 BR; -Lannate; -Lorsban 480 BR; -Karate Zeon 50 CS.	-Triazopós; -Metomyl; -Chlorpyrifos; -Lambda-Cialotrina.	Misturas: -20-10-20 + FTE; -10-10-10; -20-00-20; -Sulfato de Amônia; -Uréia; -Cloreto de Potássio.
Pimentão	-Agrinose; -Confidor 700 WG.	-Oxicloreto de Cobre; -Imidacloprido.	-Coda Hort. Misturas: -6-24-12; -10-10-10; -20-10-20 + FTE; -Esterco; -Húmus; -Cinzas.
Todas as Culturas	-Agral.	-Etilenoxi.	-

EM BRANCO

Relação dos Defensivos e Fertilizantes Utilizados nas Culturas

Perímetro Irrigado Apolônio Salles

Maio/2012

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Coco	-Ortus 50 SC; -Marshal 200 EC; -Match EC; -Assist; -Vertimec 18 EC.	-Femproxiato; -Carbosulfano; -Lufemuron; -Óleo Mineral; -Abamectina.	-Superfosfato Simples; -Uréia; -Cloreto de Potássio; -Sulfato de Amônia; -FTE; -Esterco de Curral; -Fórmulas 20-10-20; -6-24-12; -10-10-10.
Manga	-Manzate 800; -Score; -Marshal 200 EC; -Vertimec; -Cultar 250 SC.	-Mancozebe; -Difenoconazol; -Carbosulfano; -Abamectina; -Paclobutrazol.	-Sulfato de Potássio; -Nitrato de Cálcio; -Map; -Cloreto de Potássio; -Superfosfato Simples; -FTE; -Esterco de Curral.
Mamão	-Manzate 800; -Actara 250 WG.	-Mancozebe; -Tiametoxan.	-Sulfato de Potássio; -Nitrato de Cálcio; -Map; -Cloreto de Potássio; -Superfosfato Simples; -FTE; -Esterco de Curral.
Amendoim	-Actara 250 WG; -Agrinose; -Score.	-Tiametoxan; -Oxicloreto de Cobre; -Difenoconazol.	-Superfosfato Simples; -Calcário; -Adubo Foliar.
Feijão	-Connect; -Vertimec.	-Imidacloprido; -Abamectina.	-Uréia; -Cloreto de Potássio; -Fórmulas 10-10-10.
Melancia	-Vertimec; -Actara 250 WG; -Score; -Nativo; -Alto 100 -Saurus.	-Abamectina; -Tiametoxan; -Difenoconazol; -Trifloxistrobina; -Ciproconazol; -Acetamiprido.	-Nitrato de Cálcio; -Map; -Sulfato de Potássio; -Cloreto de Potássio; -Cloreto de Potássio; -Ácido Boro; -Sulfato de Zinco; -Mistura 6-24-12; -Uréia; -Esterco.
Milho	--Lorsban 480 BR	-Clorpirifós.	-Sulfato de Amônia; -Mistura 10-10-10; -Cloreto de Potássio; -Uréia; -Superfosfato Simples.

EM BRANCO

Culturas	Defensivos		Fertilizantes
	Produto Comercial	Princípio Ativo	
Banana	-Sevin; -Score.	-Carbaril; -Difenoconazol.	-Cloreto de Potássio; -Uréia; -Superfosfato Simples; -Esterco de Curral; -Sulfato de Amônia.
Goiaba	-Provado 200 SC; -Amistar WG; -Lebaycid; -Recop; -Alto 100; -Fugitol Azul.	-Imidacloprido; -Azoxistrobina; -Fentiona; -Oxicloreto de Cobre; -Ciproconazol; -Oxicloreto de Cobre	-Uréia; -Cloreto de Potássio; -Sulfato de Amônia; -Mistura 6-24-12; -Sulfato de Potássio; -Esterco de Curral.
Uva	-Ridomil Gold; -Equation; -Curzate BR; -Alto 100; -Score.	-Metalaxil-M+Mancozebe; -Cymoxanil+Famoxadone; -Cymoxanil+Mancozeb; -Ciproconazol; -Difenoconazol.	-Superfosfato Simples; -FTE; -Nitrato de Cálcio; -Calcário; -Cloreto de Potássio; -Uréia; -Sulfato de Potássio; -Esterco de Curral.
Tomate	-Saurus; -Tracer; -Trigard 750 WP; -Vertimec; -Lannate BR; -Actara 250 WG; -Amistar WG; -Pereite; -Connect.	-Acetamiprido; -Espinosade; -Cyromazine; -Abamectina; -Metomil; -Tiametoxan; -Azoxistrobina; -Clorfenapir; -Imidacloprido.	-Nitrato de Cálcio; -Map; -Sulfato de Potássio; -Cloreto de Potássio; -Ácido Boro; -Sulfato de Zinco; -Mistura 6-24-12; -Uréia; -Esterco de Curral.

EM BRANCO

PLENA CONSULTORIA E PROJETOS
 PERÍMETRO IRRIGADO BRÍGIDA
 RELAÇÃO DE FERTILIZANTES E AGROTÓXICOS RECOMENDADOS

Fis.: 1069
 Proc.: 8172/99
 Rubr.: 

CULTURAS	FERTILIZANTES	AGROTÓXICOS
ABÓBORA	Uréia	Oxicloreto de cobre 84%
	Cloreto de potássio	Tiofanato metílico 20%
	Nitrato de cálcio	Enxofre 80%
	CaB 10	Imidacloprid 20%
	Fórmula 06-24-12	Espalhante adesivo
	Esterco de curral	
cebola	Uréia	Imidacloprid 20%
	Superfosfato simples	Mancozeb 80%
	Calcário dolomítico	Prochloraz 45%
	Cloreto de potássio	Metalaxyl 8% + Mancozeb 64%
	Gesso agrícola	Oxicloreto de cobre 84%
	Nitrato de cálcio	Thiophanate methyl 50%
	Amiorgan	Espalhante adesivo
	MAP	Deltametrin 2,5%
	Fertilizante foliar	Oxadiazon 25%
		Carbaril 48%
feijão vigna	Uréia	Parathion methyl 60%
	Superfosfato simples	Thiametoxan 25%
	Cloreto de potássio	Espalhante adesivo
	Molibdato de sódio	Imidacloprid 70%
	Fertilizante foliar	Metamidofós 60%
feijão phaseolus	Uréia	Parathion methyl 60%
	Superfosfato simples	Thiametoxan 25%
	Cloreto de potássio	Abamectin 1,8%
	Molibdato de sódio	Enxofre 80%
	Fertilizante foliar	Thiophanate methyl 20% + Clorotalonil 50%
		Espalhante adesivo
		Imidacloprid 70%
	Metamidofós 60%	
mandioca	Uréia	Formicida
	Superfosfato simples	Abamectin 1,8%
	Cloreto de potássio	
melancia	Uréia	Thiametoxan 25%
	Fórmula 06-24-12	Imidacloprid 20%
	Cloreto de potássio	Acetamiprid 20%
	Esterco	Espalhante adesivo
	Fertilizante foliar	Thiophanate methyl 20% + Clorotalonil 50%
	FTE BR 12	
milho	Fórmula 06-24-12	Metomil 21,5%
	Uréia	Esfenvalerate 25%
		Espalhante adesivo
		Atrazina 37% + S-Metolaclopro 29%
	Formicida	

EM BRANCO

Fis.: 1070
 Proc.: 8472/99
 Rubr.: 

milho verde	Fórmula 06-24-12	Metomil 21,5%
	Uréia	Esfenvalerate 25%
		Espalhante adesivo
		Atrazina 37% + S-Metolaclo 29%
tomate		Formicida
	Calcário	Imidacloprid 70%
	Esterco	Spinosad 48%
	Uréia	Thiametoxan 25%
	Fórmula 06-24-12	Azoxystrobin 50%
	Fórmula 20-00-20	Chlorfenapyr 24%
	Fertilizante foliar	Acephate 75%
		Acetamiprid 20%
acerola		Espalhante adesivo
		Abamectin 1,8%
		Óleo mineral
	Calcário	Formicida
	Uréia	Dicloreto de Paraquat 20%
	Superfosfato simples	Óleo mineral
banana pacovan	Cloreto de potássio	Oxicloreto de cobre 84%
	Esterco	
	FTE BR 12	
	Calcário	Carborfuran
	Esterco	Dicloreto de Paraquat 20%
	Superfosfato simples	Beauveria bassiana (produto biológico)
	FTE BR 12	
	Sulfato de potássio	
banana nanica	Borax	
	Sulfato de zinco	
	Uréia	
	Cloreto de potássio	
	Calcário	Carborfuran
	Esterco	Dicloreto de Paraquat 20%
	Superfosfato simples	Beauveria bassiana (produto biológico)
	FTE BR 12	
coco	Sulfato de potássio	
	Borax	
	Sulfato de zinco	
	Uréia	
	Cloreto de potássio	
	calcáreo	abamectin 1,8%
	Superfosfato simples	formicida
goiaba	Uréia	espalhante adesivo
	Cloreto de potássio	difenoconazole 25%
	sulfato de magnésio	
	ácido bórico	
	Sulfato de zinco	
	esterco	
	Calcário	Imidacloprid 20%
	Esterco	Fention 50%
goiaba	Superfosfato simples	Enxofre 80%
	FTE BR 12	Formicida
	Sulfato de potássio	Óleo mineral
	Borax	Oxicloreto de cobre 84%
	Sulfato de zinco	
	Nitrato de cálcio	
	Fertilizante foliar	
	Uréia	

EM BRANCO

Fls.: 1071
 Proc.: 8470/99
 Rubr.: 

mamão	Esterco	Tiacloprid 48%
	Uréia	Oxicloreto de cobre 84%
	FTE BR 12	Abamectin 1,8%
	Sulfato de potássio	Thiametoxan 25%
	Superfosfato simples	Difenoconazole 25%
	Sulfato de zinco	Formicida
	Calcário	
	Borax	
manga	Calcário	Oxicloreto de cobre 84%
	Esterco	Enxofre 80%
	Uréia	Espalhante adesivo
	Superfosfato simples	Fention 50%
	Sulfato de potássio	Tebuconazole 20%
	Sulfato de zinco	Difenoconazole 25%
	Borax	Fenitrothion 50%
	FTE BR 12	Mancozeb 80%
	Fertilizante foliar	Formicida
	Nitrato de cálcio	
	Nitrato de potássio	
	MAP	
maracujá	Superfosfato simples	Óleo mineral
	Esterco	Fention 50%
	FTE BR 12	Abamectin 1,8%
	Calcário	Enxofre 80%
	Uréia	Fenitrothion 50%
	Sulfato de potássio	Imidacloprid 20%
uva	Calcário	Fenarimol 12%
	Superfosfato simples	Thiophanate methyl 50%
	Esterco	Formicida
	Biophós	Óleo mineral
	FTE BR 12	Oxicloreto de cobre 84%
	Sulfato de potássio	Mancozeb 80%
	Sulfato de zinco	Cymoxanil 8% + Mancozeb 64%
	Uréia	Enxofre 80%
	Óxido de magnésio	Clorothalonil 50%
	Amiorgan	Metalaxyl 8% + Mancozeb 64%
Borax		

EM BRANCO

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS UTILIZADOS NO PERÍMETRO FULGÊNCIO

Princípio ativo	Nome comercial	Cultura	Praga/Doença
Carbaril	Sevin 850 PM	Banana	larva do moleque
Terbufós	Counter 50 G	Banana	nematóide e moleque
Carbofuran	Furadan 350 SC	Banana	nematóide e moleque
Glifosate	Glifosato CS	Banana	ervas daninhas
Beauveria bassiana	Bovemax / Bouveriz	Banana	broca do moleque
Sordidim	Cosmolure	Banana	moleque
Paraquat	Gramoxone 200 CS	Banana	ervas daninhas
Imidacloprid	Provado 200 SC	Goiaba	psilídio
Fentiona	Lebaycid 500 SC	Goiaba	tripes lagarta de fogo mosca-das-frutas
Azoxystrobin	Amistar WG	Goiaba	ferrugem
Oxicloreto. de cobre	Recop PM	Goiaba	antracnose
Tebuconazole	Folicur 200 CE	Goiaba	ferrugem
Abamectin	Vertimec 18 CE	Manga	ácaros
Enxofre	Kumulus DF	Manga	ácaro branco e oídio
Fenitrothion	Sumithion CE	Manga	cigarrinha tripes lagarta de fogo
Indoxacarbe	Rumo WG	Manga	traças dos cachos
Abamectin	Vertimec 18 CE	Manga	microácaro
Tiofanato metílico	Cercobim 500 SC	Manga	antracnose
Difenoconazole	Score CE	Manga	variola
Pyraclostrobin	Comet CE	Manga	antracnose, oídio e variola
Thiabendazole	Tecto SC	Manga	antracnose e oídio
Paclobutrazol	Cultar 250 SC	Manga	fitoregulador
Etefon	Etrek 240 CS	Manga	regulador de crescimento
Ácido giberélico	Progibb	Manga	regulador de crescimento
Bifenthrin	Talstar 100 CE	Mamão	cigarrinha e ácaro branco
Chlorphenapyr	Pirate SC	Mamão	ácaro branco
Fenpyroximate	Orthus 50 SC	Mamão	ácaro branco e rajado
Thiamethoxam	Actara 250 WG	Mamão	cigarrinha e pulgão
Thiacloprid	Calypso 480 CE	Mamão	cigarrinha e tripes
Abamectin	Vertimec 18 CE	Mamão	ácaro branco e rajado
Chlorphenapyr	Pirate SC	Mamão	ácaro branco
Prochloraz	Sportak 450 CE	Mamão	Mancha de alternaria, antracnose e podridão- pós-colheita
Oxicloreto de cobre + mancozeb	Cuprozeb PM	Mamão	antracnose e variola
Carbosulfan	Marshal 400 SC	Mamão	cigarrinha e ácaro branco
Enxofre	Sulficamp SC	Mamão	ácaro branco, oídio e rajado

EM BRANCO

Fis.: 1073

Proc.: 8472/93

Rubr.: 

Abamectin	Kraft CE	Tomate	ácaro, larva minadora e traça do tomateiro
Clorantraniliprole +Lambda-cialotrina	Ampligo SC	Tomate	traça do tomateiro e broca pequena
Flubendiamida	Belt SC	Tomate	brocas traças lagartas
Espiromesifeno	Oberon SC	Tomate	mosca branca ácaro rajado
- Clorantraniliprole	Premio SC	Tomate	traça do tomateiro, broca pequena, grande e lagarta rosca
Metoxifenoazida	Intrepid 240 SC	Tomate	brocas traças lagartas
Clorpifós	Vexter CE	Tomate	larva minadora brocas
Bacillus Thuringiensis	Agree, Dipel e Xentari	Tomate	brocas traças lagartas
Acetamiprido	Saurus PS	Tomate	pulgão verde, tripes e mosca branca
Metribuzim	Sencor 480	Tomate	ervas daninhas
Abamectina	Grimectin CE	Pimentão	ácaros branco e rajado
Chlorothalonil	Bravonil 500 SC	Pimentão	mancha de estenfilio prodridação de ascochyta
Dimetoato	Agritoato CE	Amendoim	tripes-do-prateamento
Oxicloreto de cobre	Hoko Cupra PM	Amendoim	cercosporiose verrugose
Mancozeb	Dithane PM	Amendoim	antracnose
Abamectin	Abamectin nortox CE	Melão	ácaros larva minadora
Imidacloprido+beta-ciflutrina	Connect 200 SC	Melão	pulgao-verde tripes mosca-branca
Clorantraniliprole	Prêmio SC	Melão	brocas vaquinha
Clotianidina	Focus WP	Melão	mosca branca
Pyrimethanil	Mythos SC	Melão	mancha de micosferela
Boscalida+cresoxim-metilico	Collis SC	Melão	oídio
Trifloxistrobina+tebuco nazol	Nativo	Melão	crestamento-gomoso-do caule

EM BRANCO

Fls.: 1079
 Proc.: 872/93
 Rubr.: 

Tetradifon	Tedion 80 CE	Mamão	ácaro branco
Óleo mineral	Iharol CE	Uva	cochonilhas e pulgão
Fenitrothion	Sumithion CE	Uva	besouro das frutas traça-dos-cachos lagarta-das-folhas
Imidacloprido	Provado SC 200	Uva	tripes
Piriproxifem	Tiger 100 SC	Uva	mosca branca
Chlorotalonil+ thiophanato metyllico	Cerconil SC	Uva	antracnose podridão mofo-cinzento míldio
Metiram	Cabrio Trop WG	Uva	oídio míldio ferrugem
Cymoxanil+ famoxadone	Equation WG	Uva	míldio
Cianamida	Dormex 520 CS	Uva	regulador de crescimento
Metiram	Polyram DF	Uva	oídio míldio
Oxitetracycline+sulfato trib. de cobre	Agrimaicin 500 PM	Maracujá	bacteriose
Kasugamycin	Kasumim CE	Maracujá	bacteriose mancha oleosa
Cartap	Thiobel 500 PS	Maracujá	lagarta das folhas
Imidacloprid	Evidence SC	Abóbora	mosca branca
Triflumurom	Certero 480 SC	Abóbora	broca das- cucurbitáceas
Oxicloreto de cobre	Hoko Cupra PM	Abóbora	cercosporiose verrugose
tetraconazol	Domark 100 EC	Abóbora	oídio e míldio
Thiophanate metyl	Viper 700 WP	Abóbora	Antracnose, oídio mancha zonada
Deltamethrin	Dominador SC	Cebola	lagarta rosca
Tiametoxam + lambdacialotrina	Engeo Pleno SC	Cebola	tripes
Cloridato Zormtanate	Dicarzol 500 SP	Cebola	tripes tabaci
Procymidone	Sumilex 500 WP	Cebola	mofo cinzento
Metiran+pyraclostrobin	Cabrio Top GD	Cebola	míldio
Azoxistrobina	Amistar Top SC	Cebola	mancha púrpura
Metalaxyl + Mancozeb	Ridomil gold PM	Cebola	míldio
Oxadiazon	Ronstar 250 CE	Cebola	ervas daninhas
Pendimetalina	Herbadox CE	Cebola	ervas daninhas
Fluazifop	Fusilade 250 EW	Cebola	ervas daninhas
Octanoato ioxinila	Totril CE	Cebola	ervas daninhas
Ciromazina	Trigard 750 PM	Melancia	mosca minadora
Mandipropamid	Revus DF	Melancia	míldio
Metconazol	Caramba SC	Melancia	oídio
Diafentiurom	Polo 500 WP	Melancia	mosca branca pulgão ácaro rajado

EM BRANCO

Fls.: 1075
Proc.: 872/99
Rubr. *[Handwritten Signature]*

Relação de adubos químicos utilizados nos plantios do Perímetro Irrigado Fulgêncio

- Uréia
- Sulfato de amônia
- Nitrato de cálcio
- N Cálcio
- Supersimples
- MAP
- Sulfato de potássio
- Cloreto de potássio
- 06-24-12
- 15-07-32
- 10-10-10
- 20-00-20
- 15-09-20
- 04-14-08
- 15-00-15
- 15-07-30
- 15-09-20
- MB4
- Borax
- Ácido bórico
- Sulfato de zinco
- FTE BR 12
- Sulfato de manganês
- Sulfato de magnésio
- Amiorgan

EM BLANCO

EM BRANCO

	50	0 - 1,2	15 - 17										
SULFATO DE POTÁSSIO													
CORRETIVOS													
CALCÁRIO CÁLCITICO		40	5										
CALCÁRIO DOLOMÍTICO		25	20										
GESSO AGRÍCOLA		23,4	18,6										
MICONUTRIENTES													
BÓRAX									11,3				
ÁCIDO BÓRICO									17,5				
SULFATO DE COBRE			13										
SULFATO FERROSO			10 - 11				20,1						24,6
SULFATO DE MANGANÊS												48,9	
MOLIBDATO AMÔNIO												39,6	
MOLIBDATO DE SÓDIO								22,7					
SULFATO ZINCO HEPTAHIDRATADO								75					
ÓXIDO DE ZINCO													
FTE BR 12			5	0,85	9	3	1,8	0,1	2				

5,0 Kg/ha
via solo

DEFENSIVOS USADOS NAS CULTURAS DA MELANCIA E MELÃO

Marca Comercial	Ingrediente Ativo	Class. Tox	Class. Amb	Registrante
Vertimec 18 CE	abamectina	III	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Amistar	azoxistrobina	IV	III	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Cabrio Top	metiram + piraclostrobina	III	II	Basf S.A.
Cercobin 700 PM	tiofanato-metilico	IV	II	Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Cerconil PM	clorotalonil + tiofanato-metilico	II	*	Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Conect	piraclostrobina	II	II	Basf S.A.
Cuprozeb	mancozebe + oxicloreto de cobre	III	*	Sipcam Agro S.A.

Fls.: 1077
Proc.: 8472/99
Rubr.: 

EM BRANCO

DEFENSIVOS USADOS NA CULTURA DA BANANA

Marca Comercial	Ingrediente Ativo	Class. Tox	Class. Amb	Registrante
Persist SC	mancozebe	III	*	Dow AgroSciences Industrial Ltda.
Cercobin 500 SC	tiofanato-metilico	IV	III	Iharabras S.A. Industrias Quimicas
Cercobin 700 PM	tiofanato-metilico	IV	II	Iharabras S.A. Industrias Quimicas
Glifosato Nortox	glifosato	IV	III	Nortox S.A.
Roundup Original	glifosato	III	III	Monsanto do Brasil Ltda.
Furadan 100 G	carbofurano	III	II	FMC Quimica do Brasil Ltda.
Furadan 350 SC	carbofurano	I	II	FMC Quimica do Brasil Ltda.
Furadan 350 TS	carbofurano	I	II	FMC Quimica do Brasil Ltda.
Furadan 50 G	carbofurano	III	II	FMC Quimica do Brasil Ltda.

CULTURA MANGA

Marca Comercial	Ingrediente Ativo	Class. Tox	Class. Amb	Registrante
Folicur 200 CE	tebuconazol	III	II	Bayer CropScience Ltda.
Kumulus DF	enxofre	IV	IV	Basf S.A.
Kumulus DF-AG	enxofre	IV	IV	Basf S.A.
Magnate 500 CE	imazalil	I	II	Milenia Agro Ciências S.A.
Manzate 800	mancozebe	III	*	Du Pont do Brasil S.A.
Manzate GrDa	mancozebe	III	*	Du Pont do Brasil S.A.
Manzate GrDa	mancozebe	III	*	Du Pont do Brasil S.A.
Recop	oxicloreto de cobre	IV	*	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Vertimec 18 CE	abamectina	III	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Score	difenoconazol	I	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

Fls.: 1078

Proc.: 8472/93

Rubr:

EM BRANCO

CULTURA GOIABA

Marca Comercial	Ingrediente Ativo	Class. Tox	Class. Amb	Registrante
Reconil	oxicloreto de cobre	IV	III	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Lebaycid 500	fentiona	II	II	Bayer CropScience Ltda.
Recop	oxicloreto de cobre	IV	*	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Agrinose	oxicloreto de cobre	IV	*	Agripec Química e Farmacêutica S.A.
Folicur 200 CE	tebuconazol	III	II	Bayer CropScience Ltda.

CULTURA COCO

Marca Comercial	Ingrediente Ativo	Class. Tox	Class. Amb	Registrante
Score	difenoconazol	I	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Sulficamp	enxofre	IV	*	Sipcam Agro S.A.
Tecto SC	tiabendazol	III	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Dipterex 500	triclórform	II	III	Bayer CropScience Ltda.
Marshal 200 SC	carbosulfano	II	II	FMC Química do Brasil Ltda.
Match CE	lufenurom	IV	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Vertimec 18 CE	abamectina	III	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

Dacobre PM	clorotalonil + oxicloreto de cobre	II	*	Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Dithane PM	mancozebe	III	II	Dow AgroSciences Industrial Ltda.
Elite	tebuconazol	III	II	Bayer CropScience Ltda.
Folicur 200 CE	tebuconazol	III	II	Bayer CropScience Ltda.
Folicur PM	tebuconazol	III	III	Bayer CropScience Ltda.
Manzate 800	mancozebe	III	*	Du Pont do Brasil S.A.
Manzate GrDa	mancozebe	III	*	Du Pont do Brasil S.A.
Orthocide 750 -Registro Suspensão	captana	III	*	Hokko do Brasil Ind. Quím. e Agrop. Ltda.
Score	difenoconazol	I	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Sulficamp	enxofre	IV	*	Sipcam Agro S.A.
Thiobel 500	cloridrato de cartape	III	II	Sumitomo Chemical do Brasil Repres. Ltda.
Actara 250 WG	thiamethoxam	III	III	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Applaud 250	buprofezina	IV	III	Hokko do Brasil Ind. Quím. e Agrop. Ltda.
Calypso	tiacloprido	III	III	Bayer CropScience Ltda.
Cartap BR 500	cloridrato de cartape	III	II	Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Confidor 200 SC	imidacloprido	III	III	Bayer CropScience Ltda.
Confidor 700 GrDa	imidacloprido	IV	III	Bayer CropScience Ltda.
Mospilan	acetamiprido	III	II	Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Orthene 750 BR	acefato	IV	III	Hokko do Brasil Ind. Quím. e Agrop. Ltda.
Polo 500 PM	diafentiurom	I	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Saurus	acetamiprido	III	II	Bayer CropScience Ltda.
Trigard 750 PM	ciromazina	IV	III	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Vertimec 18 CE	abamectina	III	II	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

EM BRANCO



Chesf-DEMG 090/2012

Ilmº. Sr.

Thomaz Miazaki de Toledo

Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições

COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.

70.818-900 - Brasília - DF

MMA - IBAMA

Documento:

02001.030239/2012-71

Data: 14/06/12

Fis.: 1081

Proc.: 8572/09

Rubr.:

Recife, 12 de junho de 2012.

Assunto: Renovação de Licenças de Operação (Complexo Hidrelétrico Chesf)

Referências: 1) Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/DILIC, de 13/04/2007; e
2) Pareceres: nº 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 20.11.2011; nº 98/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 20.11.2011; nº 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 20.11.2011; nº 100/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 20.11.2011; nº 101/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 20.11.2011.

Senhor Coordenador,

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, por via dos documentos referenciados, apresenta a Chesf um elenco de ações como exigências para renovação das Licenças de Operação das UHE's de Sobradinho, Itaparica, complexo Paulo Afonso e Xingó.

Uma das ações mencionadas nos Pareceres, trata da apresentação, em até 90 dias de **proposta de apoio institucional aos municípios do entorno dos reservatórios para a criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente.**

De começo, há de se registrar que o Conselho Municipal do Meio Ambiente deve ser instituído por meio de lei elaborada e aprovada pela Câmara dos Vereadores do município. O texto da lei conterà os objetivos, as competências, as atribuições e a composição do Conselho, sendo que a responsabilidade, a partir a criação do Conselho, é da Prefeitura que, por sinal, deve dar todas as condições para o seu funcionamento.

Com efeito, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente são órgãos colegiados inseridos no poder executivo municipal de natureza deliberativa ou consultiva integrados por diferentes atores sociais (governo, empresariado, universidades, trabalhadores e sociedade civil) que lidam com temas relacionados ao meio ambiente e que integram a estrutura dos órgãos locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), sistema que encontra guarida no artigo 6º da Lei Federal nº 6.938/1981.

Trata-se de uma estrutura administrativa peculiar à gestão ambiental no Brasil, tendo seu fundamento jurídico no artigo 20 da Resolução do CONAMA nº 237/97 e no princípio da participação popular integrante do direito ambiental. Esses conselhos são uma representação em nível local do que ocorre a nível nacional como o CONAMA.

De ordem: *la Polid* Em: 15/06/12
Para: *Henrique Jucá*

Simone Araujo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

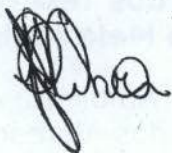
A EQUIPE DE REGULARIZAÇÃO,
PARA CONHECIMENTO.

em 19.6.12


Henrique Cesar Lemos Jucá
Analista Ambiental
Matr. 1.789.875
COHID/CGENE/DILIC/SAMA

Acho prudente eu, Alexandre
e Marcelo fazermos uma
NT para levar isso
do parecer.

19.6.12



A ANALISTA JANAINA JULIANA, PARA
MINUTAR RESPOSTA, ATENDENDO A SOLI-
CITAÇÃO DO INTERESSADO

em 22.6.12


Henrique Cesar Lemos Jucá
Analista Ambiental
Matr. 1.789.875
COHID/CGENE/DILIC/SAMA

Nesse passo, no que tange ao apoio institucional da Chesf na formulação dos referidos Conselhos, se tem que além de não haver previsão legal para tal, existem outras tantas dificuldades quer de cunho administrativo ou burocrático, passando, necessariamente, pela tramitação e aprovação de projetos de lei nas Câmaras Municipais e, ainda, a soberana vontade do executivo municipal em implantar os Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

Portanto, cabe ao Município a criação de todas as condições para apoio, inclusive administrativo, para o funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente, restando, ainda, ao Executivo Municipal, colocar em prática as decisões do Conselho para que este se torne um efetivo instrumento de promoção de qualidade ambiental.

Daí a Chesf não concordar com a inserção, no elenco das condicionantes, da **"proposta de apoio institucional aos municípios do entorno dos reservatórios para a criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente"**, envolvendo a renovação das Licenças de Operação (LO) dos seus empreendimentos de geração já atrás mencionados.

De resto, fica a solicitação no sentido de que seja feito o cancelamento dessa ação, bem como de proposta de inclusão como condicionante sob comentário, quando da renovação do licenciamento ambiental da Usinas Hidrelétrica em Sobradinho, Itaparica, complexo Paulo Afonso e Xingó.

Certos da compreensão de V.Sa., aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de consideração e apreço, ao tempo em que permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais porventura julgados necessários.

Atenciosamente,



Elvídio Landim do Rêgo Lima
Divisão de Meio Ambiente de Geração-DEMG
E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

EM BRANCO



Fis.: 1083
Proc.: 8472/99
Rubr.: *[Handwritten signature]*

Chesf-DEMG-099/2012

Recife, 20 de Junho de 2012

Ilmo. Sr.

Thomaz Miazak de Toledo

Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposição

COHID/CGENE/DILIQ/IBAMA

SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 02

Edf. Sede do IBAMA – Brasília – DF CEP: 70.818-900

Assunto: Envio de Mapa Georreferenciado das Áreas afetadas na
Construção do Empreendimento de Itaparica

Referência: LO nº 510/2005 – UHE Itaparica

Ofício 075/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Parecer nº 099/2011/ COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Prezado Senhor,

Em resposta às recomendações do parecer em referência, para atendimento especificamente ao item 01, das Recomendações e Encaminhamentos: Apresentar mapa georreferenciado delimitando todas as áreas afetadas na construção do empreendimento, os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI Shapefile". Informamos que estamos procedendo a identificação das áreas. Contudo, para o término das atividades e envio do produto necessitamos de mais tempo.

Desta forma, solicitamos a expansão do prazo para atendimento à referida recomendação em mais 90 dias.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Elvídio Landim do Rêgo Lima

Divisão de Meio Ambiente de Geração – DEMG

E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

MMA - IBAMA

Documento:

02001.030406/2012-84

Data: *22/06/2012*

De ordem: *Simone Araújo de Souza* Em: 25/06/12
Para: *Horacio Junior*

Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

[Faint, mostly illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page]



Fls.: 1084
Proc.: 8472/09
Rubr. 

Chesf-DEMG- 0102/2012

Recife, 20 de junho de 2012

Ilmo. Sr.

Thomaz Miazak de Toledo

Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposição

COHID/CGENE/DILIQ/IBAMA

SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 02

Edf. Sede do IBAMA – Brasília – DF CEP: 70.818-900

Assunto: Análise crítica trabalhos fauna e flora de Itaparica.

Referência: LO nº 510/2005 – UHE Itaparica

Ofício 075/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Parecer nº099/2011/ COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Prezado Senhor,

Em resposta às recomendações do parecer em referência, para atendimento especificamente do item 22, a saber: *"Apresentar uma análise crítica dos trabalhos existentes sobre a fauna e flora ocorrente na região da UHE Itaparica, inclusive os levantamentos já realizados pela empresa"*.

Solicitamos uma prorrogação de 60 dias, pois estamos procedendo a análise dos programas já realizados pela Chesf na região de Itaparica, bem como estamos fazendo levantamento de dados secundários para melhor embasar a análise Crítica.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,



Elvídio Landim do Rêgo Lima

Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG

E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

MMA - IBAMA
Documento:
02001.030404/2012-95

Data: 22/06/2012

De ordem: *à ordem* Em: *25/06/12*
Para: *Monique Silva*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura em Energia
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282, Fax: (61) 3307-1328 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Fis.: 1085
Proc.: 8470/99
Rubr.: [assinatura]

Ofício nº 38/2012/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 17 de janeiro de 2012.

À Senhora

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES

Procuradora da República

Procuradoria da República Polo Serra Talhada/Salgueiro

Rua Joaquim Godoy, nº 485 - Nossa Senhora da Penha -

56912-450 - Serra Talhada/PE - Tel/Fax: (87)3831-6090/7292

Assunto: **Resposta ao Of. nº 1219/2011 – PR POLO STA/SGO – 1º OF**
Ref. ICP nº 1.26.000.000362/2007-13

Senhora Procuradora,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, informo que este Instituto realizou, no 2º semestre de 2011, vistoria técnica à área da UHE Itaparica, bem como reuniões com a Chesf para avaliação das principais questões ambientais pertinentes ao empreendimento, no âmbito do processo de renovação da licença ambiental emitida em favor do referido empreendimento.

2. Dada a complexidade do licenciamento em questão, é necessário a definição de um conjunto de programas ambientais, por meio dos quais realizar-se-á a gestão dos impactos ambientais relativos à implantação e operação do empreendimento.

3. A Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas entendeu adequado a discussão destes programas de forma conjunta para todo o complexo de hidrelétricas do Rio São Francisco; de Sobradinho a Xingó, o que permitia maior integração das ações ambientais de cada empreendimento. O planejamento definido para esta demanda prevê a conclusão das avaliações no mês de julho deste ano.

4. Não obstante, ainda no início do mês de fevereiro, o Ibama definirá encaminhamentos intermediários, com a definição de medidas prévias que a Chesf deve adotar com vistas a obter a renovação das licenças.

5. Diante do exposto, solicito 30 (trinta) dias para resposta ao Ofício 1219/2011.

Atenciosamente,

ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ

Coordenador Geral de Infraestrutura em Energias

EM BRANCO



Fis.:	1086
Proc.:	8422/99
Rubr.:	

Chesf- DEMG- 0107/2012

Recife, 21 de junho de 2012

Ilmo. Sr. Thomaz Miazak de Toledo
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposição
COHID/CGENE/DILIQ/IBAMA -SCEN – Trecho 02
Edf. Sede do IBAMA – Brasília – DF CEP: 70.818-900

Assunto: Envio de Mapeamento de pontos de fauna e flora.

Referência: LO nº 510//2005 – UHE Itaparica

Ofício 075/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Parecer nº99/2011/ COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Prezado Senhor,

Dando continuidade ao cumprimento das recomendações e encaminhamentos do parecer em referência para atendimento especificamente do item 4, a saber: *"Apresentar, em até 90 dias, o mapa georreferenciado das pontos de amostragem da fauna e flora. Os dados vetoriais(base cartográfica e dados temáticos) deverão encaminhados em formato ESRI Shapafire"*.

Diante do solicitado, encaminhamos em anexo, para vossa análise, o **MAPEAMENTO GEORREFERENCIADO DOS PONTOS DE AMOSTRAGEM DA FAUNA E FLORA RESERVATÓRIO DE ITAPARICA (mapa impresso e DVD)**.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Elvídio Landim do Rego Lima

Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG

E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

MMA - IBAMA
Documento:
02001.030424/2012-66

Data: 25/06/12

De ordem: *ia Polício* Em: *26/06/12*
Para: *Henrique Junior*
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

DCG Departamento de Cartografia e Geoprocessamento

RESERVATÓRIO DE ITAPARICA

PONTOS DE AMOSTRAGEM DE FAUNA E FLORA

FONTES:

* Malha Municipal Digital 2007, disponibilizado pelo IBGE em versão simplificada, compatível com a escala de 1:2.500.000;

* Pontos de Monitoramento de Poluição, Limites de Projetos de Irrigação, Reservatório, disponibilizados pela Chesf, compatível com a escala de 1:100.000;

* Hidrografia e Rodovias, disponibilizados pela SUDENE, compatível com a escala de 1:100.000.

Legenda

-  Pontos Ictiofauna
-  Pontos Mastofauna
-  Pontos Herpetofauna
-  Pontos Avifauna

— hidrografia


 Limites Municipais

Rodovias

— Via Arterial

— Via Expressa

— Via Local

 Áreas Urbanas

ESCALA
1:100.000


DATA
06/2012

DES. Nº
DCG - 091/2012

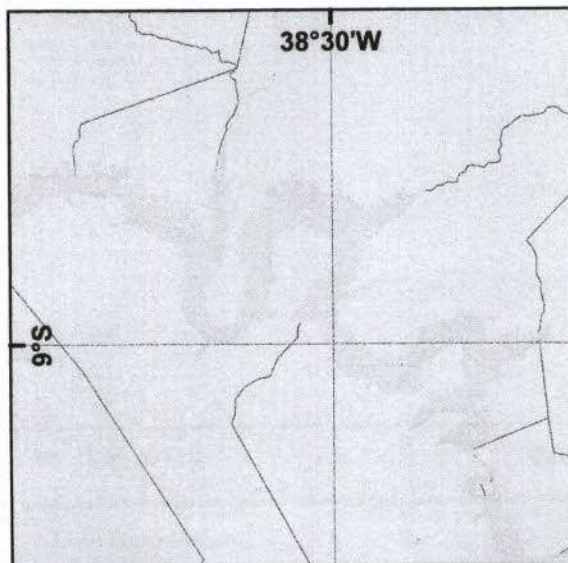
FOLHA REV.
1/1 0

ESCALA GRÁFICA

0 0,75 1,5 3 4,5 6 7,5 Km

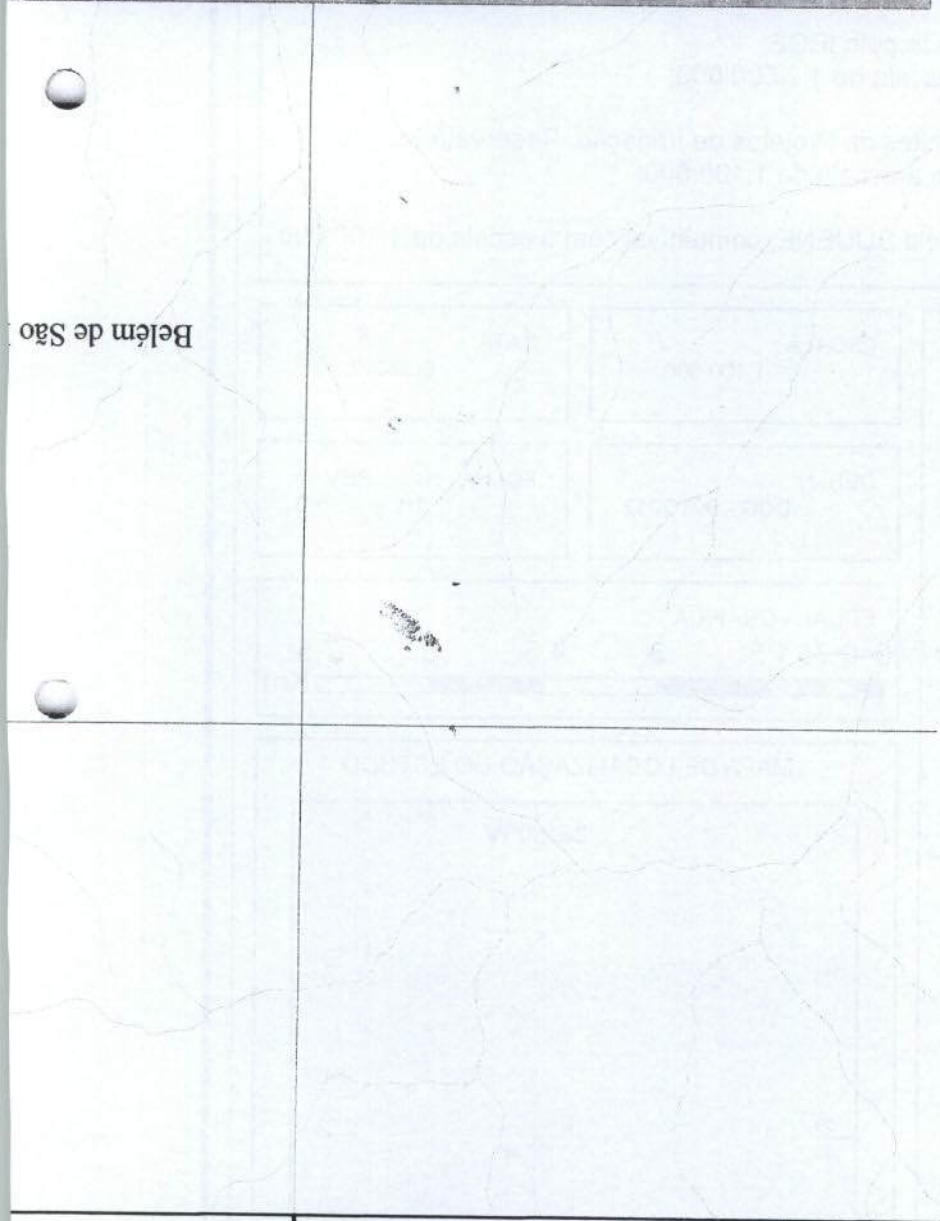


MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ESTUDO





BR-316



Belém de São

510000

OCB

RESERVATO

FONTE

Legenda

- 1. ...
- 2. ...
- 3. ...
- 4. ...
- 5. ...
- 6. ...
- 7. ...
- 8. ...
- 9. ...
- 10. ...
- 11. ...
- 12. ...
- 13. ...
- 14. ...
- 15. ...
- 16. ...
- 17. ...
- 18. ...
- 19. ...
- 20. ...
- 21. ...
- 22. ...
- 23. ...
- 24. ...
- 25. ...
- 26. ...
- 27. ...
- 28. ...
- 29. ...
- 30. ...
- 31. ...
- 32. ...
- 33. ...
- 34. ...
- 35. ...
- 36. ...
- 37. ...
- 38. ...
- 39. ...
- 40. ...
- 41. ...
- 42. ...
- 43. ...
- 44. ...
- 45. ...
- 46. ...
- 47. ...
- 48. ...
- 49. ...
- 50. ...

DCG Departamento de Cartografia e Geoprocessamento**RESERVATÓRIO DE ITAPARICA****PONTOS DE AMOSTRAGEM DE FAUNA E FLORA****FONTES:**

* Malha Municipal Digital 2007, disponibilizado pelo IBGE em versão simplificada, compatível com a escala de 1:2.500.000;

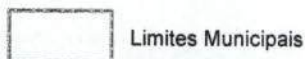
* Pontos de Monitoramento de Poluição, Limites de Projetos de Irrigação, Reservatório, disponibilizados pela Chesf, compatível com a escala de 1:100.000;

* Hidrografia e Rodovias, disponibilizados pela SUDENE, compatível com a escala de 1:100.000.

Legenda





-  Pontos Ictiofauna
-  Pontos Mastofauna
-  Pontos Herpetofauna
-  Pontos Avifauna

hidrografia




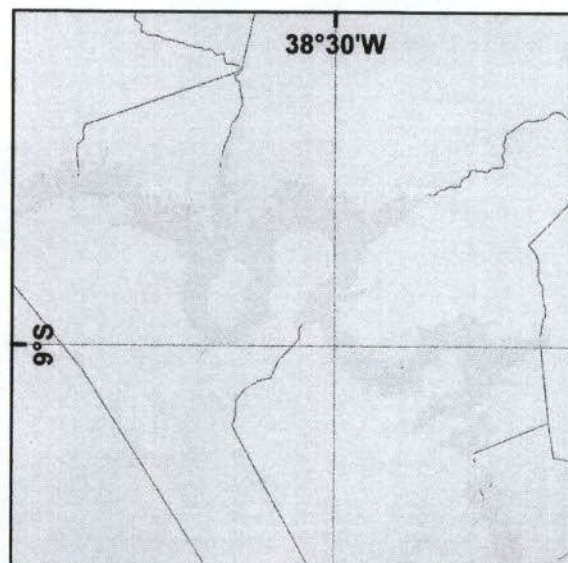
Limites Municipais

Rodovias

-  Via Arterial
-  Via Expressa
-  Via Local
-  Áreas Urbanas

ESCALA
1:100.000DATA
06/2012DES. N°
DCG - 091/2012FOLHA
1/1REV.
0

ESCALA GRÁFICA

0 0,75 1,5 3 4,5 6 7,5
 Km**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ESTUDO**

500000 510000



Bel



BR-316



Fls.: 1089
Proc.: 8470/93
Rubr.: [assinatura]

Chesf-DEMG-0116/2012

Recife, 12 de julho de 2012.

Ilmº. Sr.

Andre de Lima Andrade

Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposição

COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.

70.818-900 - Brasília - DF

Assunto: Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga

LO nº 510/2005 - Processo nº 02001.008472/99-58.

Referências: Ofício nº 75/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 29/03/2012, Parecer nº 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, Ofício nº 209/2011/COHID/CGNE/DILIC/IBAMA.

Prezado Senhor,

Visando atender aos prazos estabelecidos no parecer em referência, especificamente quanto a retomada dos trabalhos de recuperação de áreas degradadas, estamos encaminhando o Segundo Relatório Trimestral de Atividades.

Colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Elvídio Landim do Rêgo Lima

Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG

E-mail: elvidiol@chesf.gov.br

MMA - IBAMA

Documento:

02001.034601/2012-83

Data: 16/07/12



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica e Transposições
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1292, Fax: (61) 3316-1178 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Fis.:	1090
Proc.:	8470/99
Rubr.:	

Ofício nº 192 /2012/COHID/CGENE/ DILIC/IBAMA

Brasília, 18 de julho de 2012.

Ao Senhor

FLÁVIO DOS SANTOS BARBOSA

Consultor Ambiental

Rua Manoel Rodrigues Porto, 192, Bairro Areias

CEP 50781-430 – Recife – PE – Tel: (081)8201-7072

Assunto: **Programas Ambientais UHE Itaparica (Luiz Gonzaga)**

Senhor Consultor,

1. Em atendimento à vossa solicitação, envio em anexo 2 Cds contendo os relatórios finais dos seguintes programas ambientais da UHE Itaparica:

- PRAD
- Proposta de PACUERA
- Programa de Fauna e Flora
- Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos (Que contempla o Programa de Monitoramento das Fontes de Poluição).

2. Informo que o Ibama não possui os demais programas solicitados em formato digital. Estes documentos podem ser consultados no Ibama sede em Brasília DF, ou uma cópia pode ser adquirida mediante pagamento de um GRU no valor de R\$0,21 por página copiada.

Atenciosamente,

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA

Coordenador de Licenciamento de Energia Hidrelétrica Substituto

EM BRANCO



MMA - IBAMA
Documento:
02001.034658/2012-82

Data: 18/07/12

Chesf-DEMG-121/2012

Recife, 13 de junho de 2012

Ilm^o. Sr.

Thomaz Miazaki de Toledo

Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições

COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCEN - Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA

70.818-900 - Brasília - DF

Fis.: 1091
Proc.: 8472/99
Rubr.: [assinatura]

Assunto: Licenciamento Ambiental da UHE Luiz Gonzaga - LO n^o. 510/2005

Referência: Ofício n^o. 75/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Parecer n^o. 99/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Prezado Senhor,

Considerando as recomendações e encaminhamentos do Parecer em referência, especificamente no que diz respeito ao atendimento dos itens "Diagnosticar situação atual do esgotamento sanitário dos municípios limieiros: Situação Atual da capacidade, adequação e funcionamento, confrontando com os dados populacionais" e "Apresentar plano de trabalho do Programa de Apoio Institucional aos Municípios com objetivo de capacitar gestores públicos para captação de recursos visando instalação/ampliação de obras de sistema de tratamento de efluentes e resíduos sólidos urbanos", estamos encaminhando a V. Sa. o **Relatório de Diagnóstico** solicitado, que apresenta a situação atual do esgotamento sanitário dos municípios limieiros ao Reservatório de Itaparica, bem como a atuação de órgãos federais, estaduais e municipais na captação e aplicação de recursos para qualificação dos sistemas de esgotamento sanitário destes municípios.

Diante dos resultados apresentados no Relatório anexo, observa-se que **todos os municípios** localizados no entorno do Reservatório de Itaparica estão sendo contemplados por programas governamentais que visam melhorias sanitárias. Nesse sentido, a CHESF entende que os gestores municipais já conhecem os meios de captar recursos, não sendo necessário implantar um programa de apoio institucional com esta finalidade.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Thiago V. Aragão
Mat. 232939 - DEMG

Elvidio Landim do Rego Lima
Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG
E-mail: elvidio@chesf.gov.br

De ordem: *Simone* Em: 19/07/12
Para: *Montague Jura*
Simone
Secretária CGENE/DILIC

Instituto de Defesa do Consumidor
PROCON-DF

Brasília, 19 de julho de 2012.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF
DIRETORIA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO - DE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E EXPANSÃO - SPE
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - DMA
DIVISÃO DE APOIO À GESTÃO AMBIENTAL - DEAG

Fis.:	1092
Proc.:	8472/89
Rubr.:	Di

Diagnóstico da situação atual do
esgotamento sanitário dos municípios
lindeiros ao Reservatório de Itaparica.

Julho de 2012

EM BRANCO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. RESPONSÁVEIS PELO SANEAMENTO E ATORES ENVOLVIDOS	4
2.1. ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL	5
2.1.1. <i>Ministério das Cidades</i>	6
2.1.2. <i>Ministério da Saúde</i>	7
2.1.3. <i>Ministério da Integração Nacional</i>	9
2.2. ATUAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS.....	10
2.3. ATUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.....	10
3. ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO RESERVATÓRIO	11
3.1. APRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO RESERVATÓRIO DE ITAPARICA.....	12
3.2. INVESTIMENTOS EM ESGOTAMENTO SANITÁRIO	13
3.3. SITUAÇÃO ATUAL DOS MUNICÍPIOS.....	15
3.3.1. <i>Esgotamento sanitário nos municípios de fronteira com o reservatório de Itaparica</i>	15
3.3.2. <i>Distribuição da atuação dos órgãos federais</i>	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23

Alb.
2005
Fr.

SUMARIO

EM BRANCO

Fis.:	1094
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

1. INTRODUÇÃO

O lançamento de esgotos sanitários sem tratamento adequado é uma das principais causas da degradação da qualidade dos recursos hídricos, impondo riscos à saúde pública e custos elevados aos cofres públicos para tratamento de água e tratamento de doenças de veiculação hídrica.

Portanto é de interesse geral do país que o acesso aos serviços adequados de esgotamento sanitário seja massivamente ampliado. Dentro desse contexto, a universalização desse acesso é um dos princípios fundamentais que norteiam a prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Segundo a Lei Nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, o esgotamento sanitário é constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. Trata-se de um dos quatro componentes fundamentais do saneamento básico, sendo os outros, a) o abastecimento de água potável; b) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e c) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

É, portanto, com esses aparelhos previstos na Política Federal de Saneamento Básico que devemos pensar um sistema de esgotamento adequado.

A Chesf opera reservatórios para suas Usinas Hidrelétricas (UHE's) no Rio São Francisco, dentre eles o reservatório de Itaparica. Portanto, a observação da qualidade da água do Rio São Francisco é uma questão que lhe interessa, bem como lhe é importante conhecer a capacidade que os municípios, que fazem fronteira com seus reservatórios, possuem para promover um esgotamento adequado de seus efluentes.

No que concerne ao saneamento, a atmosfera governamental e legal no presente momento é, pelo menos a priori, bastante propícia no sentido da universalização do acesso a serviços adequados, e da melhoria do cenário atual do Brasil.

EM BRANCO

Fis.:	1095
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

Nas três esferas de governo existem bases orçamentárias estruturais e institucionais que permitem o surgimento de projetos e a realização de obras que podem atender diversas realidades do país, das áreas urbanas às áreas rurais e às áreas e comunidades vulneráveis.

Diante disso, esse trabalho pretende esclarecer a situação atual dos municípios que fazem fronteira com o Reservatório de Itaparica, operado pela Chesf, no que concerne ao acesso a sistemas de esgotamento sanitário.

2. RESPONSÁVEIS PELO SANEAMENTO E ATORES ENVOLVIDOS

A Constituição Federal (CF) estabelece, em seu Art. 21, inciso XX, que compete à União “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”, o que para saneamento foi realizado por meio da Lei N° 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para sua política federal.

A CF estabelece ainda, em seu Art. 23, inciso IX, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção de “programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”. ou seja, essas responsabilidades são compartilhadas entre as três esferas de governo, sendo necessária e desejável a ação conjunta para que os serviços atendam a toda a população, atendendo ao princípio da universalização do acesso aos serviços de saneamento.

Nesta seção, serão elucidadas as presentes abrangências de atuação do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Municípios, bem como seus principais colaboradores, no que concerne à promoção do saneamento básico, considerando especificamente os municípios que fazem fronteira com os reservatórios que a Chesf opera no Rio São Francisco.

EM BRANCO

Fis.:	1096
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

2.1. ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A fim de dirimir o atraso do Brasil no que concerne ao seu saneamento básico, programas e medidas importantes foram lançados pelo Poder Público, sobretudo na forma de programas do Governo Federal, desde o PLANASA, criado na década de 70, com o Brasil ainda sob o regime militar.

O eixo orientador das ações da Administração Pública Federal é o Plano Plurianual (PPA), que contem os programas temáticos e os recursos reservados para alcançar os objetivos do Governo em um horizonte de quatro anos.

Tanto no PPA 2004-2007 como no PPA 2008-2011 e agora no PPA 2012-2015, as ações de saneamento básico estão inseridas em vários programas e objetivos do governo federal. Os programas buscam enfrentar problemas por meio da execução de ações como a implementação de serviços de saneamento básico.

Vale ressaltar também a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Federal em 2007, composto por um pacote de medidas econômicas que abrangem Estímulo ao Crédito e ao Financiamento, Melhoria do Ambiente de Investimento, Desoneração e Administração Tributária, Medidas Fiscais de Longo Prazo e Consistência Fiscal.

Dentro do PAC, que já está em sua segunda fase (PAC2), o saneamento faz parte do eixo Cidade Melhor, assim como a Prevenção em Áreas de Risco, Mobilidade Urbana e Pavimentação. Nesse sentido o PAC/Saneamento tem como objetivo “aumentar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto, proteção de mananciais, despoluição de curso d’água e no tratamento de resíduos sólidos” e, assim, vem possibilitando o acesso ao financiamento de projetos e obras em todo o Brasil.

Nesse contexto, a União tem disponibilizado aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às Companhias de Saneamento, um volume substancial de recursos do Orçamento-Geral da União (OGU), do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), e do Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT), dentre outras fontes.



3.1. ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

EM BRANCO

A atuação do Governo Federal em saneamento é propiciada pela interveniência de vários Ministérios, pretendendo comportar a transversalidade inerente ao saneamento, que evoca políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento urbano, recursos hídricos e desenvolvimento regional. A Tabela 1 apresenta a quantidade de programas de saneamento básico distribuídos entre sete ministérios entre 2004 e 2009.

Tabela 1 - Envolvimento dos Ministérios do Governo Federal no Saneamento Básico, a partir de programas.

ÓRGÃO GESTOR	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Ministério das Cidades (MCidades)	8	8	6	6	6	5
Ministério da Integração Nacional (MI)	6	7	7	6	6	6
Ministério da Saúde (MS)	4	5	5	5	5	4
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	4	4	3	2	2	1
Ministério da Defesa (MD)	1	1	1	1	2	2
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	1	1	1	1	1	1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDCF)		1	1	1	1	1
TOTAL	24	27	24	22	23	20

Atualmente, para o caso dos municípios de que estamos tratando, os Ministérios que se comprometem com a promoção do esgotamento sanitário, são o Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde e o Ministério da Integração Nacional, cujas atuações são descritas a seguir.

2.1.1. *Ministério das Cidades*

O Ministério das Cidades coordena a Política Federal de Saneamento e atua, principalmente, por meio da Secretaria Nacional de saneamento Ambiental (SNSA), nas ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

EM BRANCO

Fis.: 1098
Proc.: 817/99
Rubr.: [assinatura]

A SNSA tem como objetivo institucional promover um significativo avanço, no menor prazo possível, rumo à universalização do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta, tratamento e disposição final), além do adequado manejo de águas pluviais urbanas, com o consequente controle de enchentes.

Dentre os eixos estratégicos de atuação da SNSA está relacionado à identificação de novas fontes de financiamento que assegurem a contínua elevação dos investimentos no setor.

O Ministério das Cidades apoia e repassa recursos para iniciativas de saneamento, incluindo, obviamente, esgotamento sanitário, promovidas por municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento ou participantes de Consórcios Públicos afins. Para os municípios de menor porte, com população inferior a 50 mil habitantes, a SNSA só atua por meio de financiamento com recursos onerosos para as modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2.1.2. Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde, que coordena a Política Nacional de Saúde, atua na área de saneamento, incluindo esgotamento sanitário, através da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A Funasa, por meio do Departamento de Engenharia de Saúde Pública, financia a implantação, ampliação e/ou melhorias em sistemas de esgotamento sanitário nos municípios com população de até 50.000 habitantes, excetuando-se os municípios que estejam sob contrato de prestação de serviço com empresa privada.

De acordo com a Funasa, tal iniciativa busca fomentar a implantação de sistemas de coleta, tratamento e destinação final de esgotos sanitários, a fim de promover o controle de doenças e outros agravos, contribuindo, assim, para a

Fis.:	1099
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

redução da morbimortalidade, e para o aumento da expectativa de vida e da melhoria na qualidade de vida da população.

No que diz respeito aos sistemas de esgotamento, a Funasa financia a execução de serviços tais como rede coletora de esgotos, interceptores, estação elevatória de esgoto, estação de tratamento de esgoto, emissários, ligações domiciliares, etc..

Para subsidiar os entes federados no acesso a investimentos para obras de esgotamento, a Funasa disponibiliza o manual “Apresentação de Projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário” com orientações técnicas que devem ser seguidas.

Para os municípios que não são capazes ou não possuem recurso para contratar um projeto adequado de esgotamento, a Funasa, através do PAC2, está destinando cerca de R\$300 milhões para contratação de projetos de sistema de esgotamento sanitário.

Além disso, a Funasa está coordenando a elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural. Porém, a mesma fundação já é responsável pela implementação das ações de saneamento em áreas rurais de todos os municípios brasileiros, inclusive no atendimento às populações remanescentes de quilombos, assentamentos rurais e populações ribeirinhas, conforme estabelecido no Plano Plurianual de Governo (PPA 2012-2015) e também definido pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, em fase de elaboração.

O Programa Nacional de Saneamento Rural, em consonância com o PLANSAB, tem como objetivo promover o desenvolvimento de ações de saneamento básico em áreas rurais com vistas à universalização do acesso, por meio de estratégias que garantam a equidade, a integralidade, a intersetorialidade, a sustentabilidade dos serviços implantados e a participação e controle social.

Vale destacar que a Funasa viabiliza financiamento não apenas para projetos e obras de sistema de esgotamento sanitário, mas também para saneamento rural e melhorias sanitárias domiciliares.

EM BRANCO

Fis.:	1100
Proc.:	8412/99
Rubr.:	

2.1.3. Ministério da Integração Nacional

O Ministério da Integração Nacional (MI) coordena a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e atua nas ações de saneamento, especialmente na região do semiárido e nas Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba, através do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas (PRBH). Na bacia do Rio São Francisco sua atuação ocorre por meio do Programa de Revitalização do Rio São Francisco (PRSF), que é coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o MI.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, o MI concentra suas iniciativas na implementação de sistemas em municípios com menos de 50 mil habitantes localizados nas Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba, mediante a interveniência da CODEVASF.

Segundo Nota de Esclarecimento emitida pela Codevasf em 19/06/2012, pretende-se, com o PRBH,

“melhorar a qualidade e quantidade da água do rio São Francisco por meio de ações que contribuam para controlar (cessar) a poluição e assoreamento dos corpos d'águas (nascentes, cursos d'águas tributários e a calha principal do rio), identificados por indicadores universais (pH, DBO5 e turbidez) da natureza do elemento poluidor: esgoto (sanitário, doméstico e industrial), resíduos sólidos urbanos e material sólido em suspensão carregado de áreas sem conservação e manejo de solo/água adequados. A meta é enquadrar cursos d'água na Classe 2 (de acordo com resolução do CONAMA 357/2005)”.

Faz parte das metas do PRBH, implantar 175 sistemas de esgotamento sanitário nas Bacias dos Rios São Francisco e do Parnaíba e elaborar três projetos de sistemas de esgotamento sanitário, com recursos da ordem de R\$ 2,100 bi (2007-2014). Destes 175 sistemas, 58 contratos já foram concluídos (23 no PAC1 e 35 no PAC2).

EM BRANCO

Dessa forma, a CODEVASF tem propiciado investimentos para implantação de sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios que pertencem a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, incluindo aqueles que fazem fronteira com os reservatórios operados pela Chesf.

2.2. ATUAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS

Os estados, que podem ter legislação própria de saneamento, têm atuado predominantemente na prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento dos esgotos gerados, por meio de suas companhias estaduais de saneamento.

Nas fronteiras do Reservatório de Itaparica, situam-se municípios pertencentes ao Estado da Bahia, onde atua a Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. (EMBASA), e ao Estado de Pernambuco, onde atua a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA).

2.3. ATUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Os municípios são os responsáveis por organizar a prestação dos serviços de saneamento básico à população local. Portanto, cabe a eles elaborar a política e o plano de saneamento básico, incluindo a área urbana e rural.

Essa responsabilidade inclui planejar os serviços de saneamento básico nos seus quatro componentes, prestá-los diretamente ou delegá-los, definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, definir os parâmetros de qualidade, fixar direitos e deveres dos usuários e estabelecer os mecanismos de participação e controle social.

Cabe ressaltar ainda a possibilidade dos municípios estabelecerem consórcios públicos para gestão compartilhada dos serviços de saneamento com outros municípios ou com os estados, quando houver interesse comum e perspectiva de economia de recursos.

1. OBJETIVO

1.1. O presente Edital tem por objetivo a contratação de serviços de consultoria para elaboração de estudos e projetos para a implantação de um sistema de gestão de recursos humanos, visando a melhoria da administração pública municipal.

1.2. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

2.2. ATILHAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS

2.2.1. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

2.2.2. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

2.2.3. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

2.2.4. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

EM BRANCO

3.3. ATILHAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS

3.3.1. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

3.3.2. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

3.3.3. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

3.3.4. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

3.3.5. O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para participação no processo de licitação.

3. ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO RESERVATÓRIO

A situação do esgotamento sanitário, em nível nacional, está ainda distante de ser a desejável. Na verdade, essa assertiva vale para todos os componentes do saneamento básico.

Especificamente para o caso do esgotamento sanitário, os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) apontam que ao menos 1,45 bilhão de metros cúbicos de esgoto não foram tratados em 2007, sendo que do volume de esgoto coletado no Brasil, apenas 62,5% foi tratado. Isso sem considerar os volumes de esgoto das redes coletoras clandestinas, que não são poucas, as quais os prestadores não têm informação, e que são lançados *in natura* no ambiente.

Ao avaliar separadamente as situações das macrorregiões do Brasil, percebe-se que as realidades proporcionais são significativamente distintas, com piores índices as regiões Norte e Nordeste. Como exemplo disso, a macrorregião Nordeste representa quase a metade do déficit em esgotamento sanitário do Brasil.

O déficit em esgotamento sanitário, na forma de contingente populacional, é maior nas áreas urbanas, onde em torno de 31,2 milhões de habitantes realizam o afastamento dos excretas humanos e esgotos sanitários de forma inadequada. Destes, a grande maioria utiliza fossas rudimentares para a disposição de seus dejetos.

Apesar desse déficit, muitos investimentos oriundos do poder público estão sendo aplicados em busca da promoção do saneamento básico, incluindo o esgotamento sanitário.

Diante desse contexto, esta seção apresenta os municípios lindeiros ao Reservatório de Itaparica, bem como esforços que estão sendo desempenhados nesses municípios para implantação de sistemas adequados de esgotamento sanitário.

3. ESTABOIMENTO DO NITRATO DOS MUNICÍPIOS
FLUÍDUOS AO RESERVATÓRIO

EM BRANCO

3.1. APRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO RESERVATÓRIO DE ITAPARICA

Fazem fronteira com o reservatório de Itaparica os municípios de Glória e Rodelas, na Bahia; Floresta, Belém de São Francisco, Itacuruba e Petrolândia, em Pernambuco.

A Tabela 2 apresenta alguns dados populacionais desses municípios, enquanto que a Figura 1 apresenta a localização dos mesmos municípios e a distribuição das densidades demográficas, onde se destaca a cidade de Petrolândia com a maior densidade demográfica.

Tabela 2 – Dados populacionais dos municípios lindeiros ao reservatório de Itaparica

Municípios	UF	População	Área (Km ²)	Densidade (hab/Km ²)	Distribuição dos endereços	
					Urbanos	Rurais
Rodelas	BA	7775	2.724	2,85	75%	25%
Glória	BA	15.076	1.256	12,01	19%	81%
Floresta	PE	29.285	3.644	8,04	68%	32%
Belém de São Francisco	PE	20.253	1.831	11,06	60%	40%
Itacuruba	PE	4.369	430	10,16	71%	29%
Petrolândia	PE	32.492	1.057	30,75	73%	27%



3. REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

LÍDERES DO RESERVATÓRIO DE TERRAÇA

Este relatório tem por objetivo apresentar os dados referentes ao levantamento realizado no município de Terraça, visando a identificação dos líderes locais e a elaboração de um plano de trabalho para o desenvolvimento das atividades previstas no projeto.

Para a realização deste levantamento, foram realizadas reuniões com os membros da comunidade local, com o objetivo de identificar as pessoas que possuem maior conhecimento sobre a realidade local e que possam atuar como líderes comunitários.

Os dados coletados durante o levantamento são apresentados a seguir:

Nº	Nome	Endereço	Telefone	Profissão
01	JOÃO DA SILVA	Rua A, nº 100	(081) 333-1111	Engenheiro
02	MARIA OLIVEIRA	Rua B, nº 200	(081) 333-2222	Professora
03	ANTONIO CARLOS	Rua C, nº 300	(081) 333-3333	Advogado
04	ROSÂNGELA COSTA	Rua D, nº 400	(081) 333-4444	Enfermeira
05	EDUARDO ALVES	Rua E, nº 500	(081) 333-5555	Arquiteto
06	CRISTINA SOUZA	Rua F, nº 600	(081) 333-6666	Psicóloga
07	ROBERTO FERREIRA	Rua G, nº 700	(081) 333-7777	Contador
08	CLAUDIA NEVES	Rua H, nº 800	(081) 333-8888	Assistente Social
09	RICARDO LIMA	Rua I, nº 900	(081) 333-9999	Engenheiro de Pesca
10	TERESA CRISTINA	Rua J, nº 1000	(081) 333-1000	Administradora

EM BRANCO

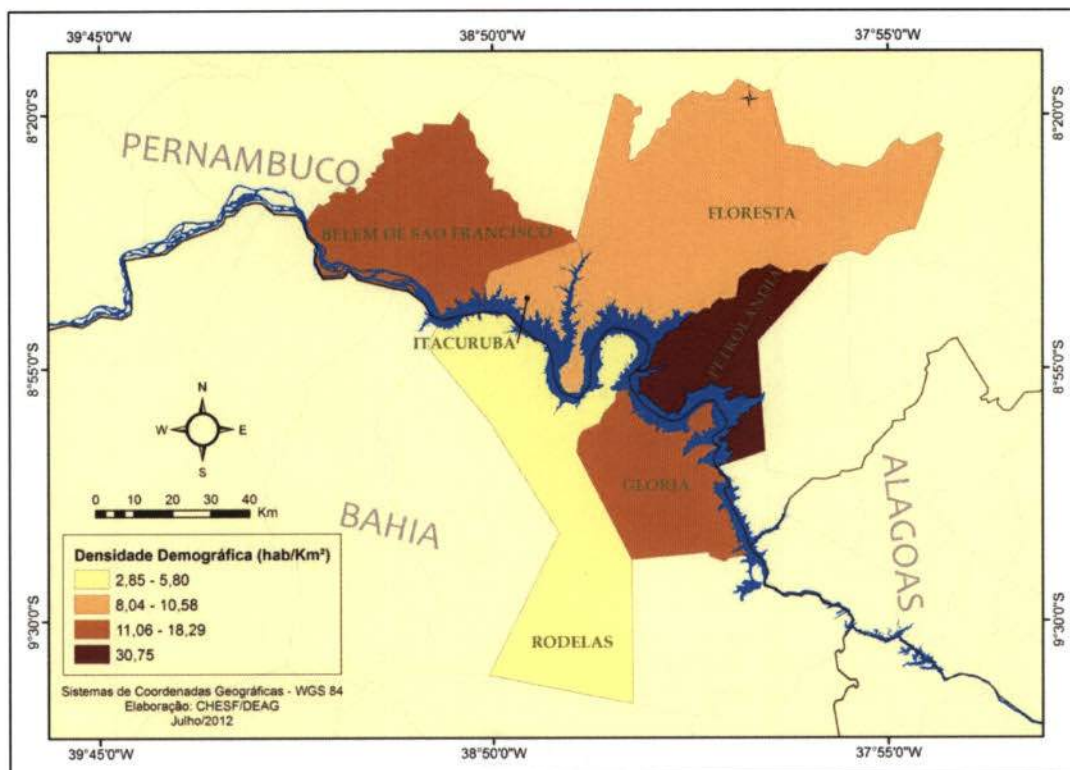


Figura 1 – Densidade demográfica dos municípios limieiros ao reservatório de Itaparica.

3.2. INVESTIMENTOS EM ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Desde o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), de 1971 até a atualidade, as principais fontes de investimento viabilizadas para a promoção do saneamento básico no Brasil são:

- i. Recursos dos fundos financiadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT), também denominados de recursos onerosos;
- ii. Recursos não onerosos, derivados da Lei Orçamentária Anual (LOA), também conhecidos como Orçamento Geral da União (OGU), e de orçamentos dos estados e municípios;
- iii. Recursos provenientes de empréstimos internacionais, contraídos junto às agências multilaterais de crédito, tais como o Banco

EM BRANCO

Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD);

- iv. Recursos próprios dos prestadores de serviços, resultantes de superávits de arrecadação.

As regras e condições para alocação de recursos públicos federais e para os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União estão estabelecidas a partir da publicação da Lei N° 11.445, em 2007.

Ainda segundo a Lei N° 11.445, cabe destacar que:

“Na aplicação de recursos não onerosos da União, será dada prioridade às ações e empreendimentos que visem o atendimento de usuários ou Municípios que não tenham capacidade de pagamento compatível com a autossustentação econômico-financeira dos serviços e às ações voltadas para a promoção das condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e a outras populações tradicionais”.

Percebe-se, portanto, que a base legal que rege a alocação de recursos da União a serem aplicados especificamente para o saneamento de seus entes federados está consolidada, incluindo a desoneração daqueles municípios com situação econômico-financeira desfavorável.

Diante disso, o Governo Federal tem se sustentado na sua competência legal, na legitimidade da alocação de seus recursos disponíveis e na articulação de seus ministérios para lançar seus programas de saneamento, nos quais está sempre presente o componente esgotamento sanitário.

Para os municípios do entorno do Reservatório de Itaparica esse cenário não é diferente, sendo possível mapear investimentos oriundos do MCidades, do MS e do MI. A Tabela 3 traz um resumo de recursos que foram reservados para esses municípios desde 2007, pelo menos em parte.

EM BRANCO

Tabela 3 – Recursos da União reservados para investimentos em esgotamento nos municípios lindeiros ao reservatório de Itaparica.

Município	UF	Projeto/	Responsável	Executor	Investimento	Estágio
Glória	BA	Elaboração de projetos	Funasa	Funasa	R\$85.527,55	Em contratação
Floresta	PE	Elaboração de projetos	Funasa	Funasa	R\$232.029,71	Em contratação
Belém de São Francisco	PE	Elaboração de projetos	Funasa	Funasa	R\$117.111,65	Em contratação
		Elaboração de projetos	Funasa	Estado	R\$3.960.000,00	Em execução
Itacuruba	PE	Elaboração de projetos	Funasa	Funasa	R\$131.418,90	Em contratação
Petrolândia	PE	Elaboração de projetos	Funasa	Funasa	R\$108.894,89	Em contratação

3.3. SITUAÇÃO ATUAL DOS MUNICÍPIOS.

É um desafio traçar um diagnóstico de um cenário que está em plena transformação. O Governo Federal tem propiciado diversas formas de acesso a investimentos para que os entes federados e, a partir disso, projetos e obras estão sendo desenvolvidos em todo o Brasil. Realidade que se manifesta também nos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, compreendendo aqueles que fazem fronteira com os reservatórios da Chesf.

Nesta seção serão apresentados os esforços que estão sendo desempenhados nos municípios lindeiros ao Reservatório de Itaparica para implantação de sistemas de esgotamento sanitário.

3.3.1. *Esgotamento sanitário nos municípios de fronteira com o reservatório de Itaparica*

I. Belém de São Francisco

Em Belém de São Francisco, as obras para implantação de um sistema de esgotamento sanitário foram concluídas. Esse investimento foi viabilizado pela CODEVASF, com recursos do MI, sendo a obra executada pela empresa “Duarte Carvalho Empreendimentos LTDA.”, a partir de contrato com a CODEVASF, no valor total de R\$ 266.2310,36. Uma vez concluídas, a operação do sistema ficou a cargo da COMPESA.

Item	Descrição	Valor
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

ANEXO I - PLANILHA DE VALORES

Este anexo contém a planilha de valores que compõe o valor total do empreendimento, conforme especificado no item 3.1.1 do Edital.

EMBRANCO

Os valores constantes nesta planilha são de natureza estimativa e poderão sofrer alterações durante o processo licitatório, desde que devidamente justificadas.

3.3.4 - Especificação dos materiais e serviços

Os materiais e serviços especificados neste item deverão ser fornecidos pelo licitante em conformidade com as normas técnicas e especificações técnicas constantes no Edital e no Projeto Básico.

A seguir, seguem detalhes do projeto do sistema de esgotamento em questão:

Atendimento à população

População Atendida em 2025.....10.862 habitantes;

Nível de atendimento previsto: 100%

Rede coletora de esgoto.....22.367 metros;

Sistema de Bombeamento:

Estação Elevatória	Vazão máx. (L/s)	AMT (m)	Potência (CV)
EEE	31,80	12,36	15
EEE	10,50	12,99	7,5

Sistema de Tratamento:

Vazão média	18,42
Eficiência de remoção de DBO	95,31%
Eficiência de remoção de CF	99,9959%

Unidades do sistema de tratamento:

Lagoas Facultativas	01 unid.
Lagoas de Maturação	01 unid.

Emissário Final:

O corpo receptor dos efluentes da Estação de Tratamento do Sistema de Esgotamento Sanitário de Belém do São Francisco será o Rio São Francisco.

II. Floresta

A CODEVASF lançou edital de concorrência (EDITAL 017/2011), em julho de 2011, para execução de obras e serviços relativos as construção e conclusão dos sistemas de esgotamento sanitário em 08 (oito) municípios, dentro

EM BRANCO

os quais constavam Floresta, Itacuruba e Petrolândia, compondo o LOTE 02 das obras.

Segundo Termo de Referência do edital, as obras e serviços em Floresta deverão ser executados em 24 meses.

Para tratar os efluentes foram previstas, no projeto do sistema de esgotamento de Floresta, duas estações de tratamento, que serão constituídas por Reatores Anaeróbicos de Fluxo Ascendente (RAFAs) acoplados a filtros anaeróbicos, seguidos por lagoa de maturação e leitos de secagem do lodo

Atendimento à população

População Atendida.....17.041 hab.

Nível de atendimento previsto.....80%

Rede coletora de esgoto..... 13.833

Sistema de Bombeamento:

Estação Elevatória	Vazão máx. (L/s)	AMT (mca)	Potência (CV)
EEE	25,00	21,06	15,00
EEE	16,67	15,13	10,00
EEE	10,00	17,02	10,00

Sistema de Tratamento:

Vazão média (l/s)	23,29	9,195
Eficiência de remoção de DBO	99,9978%	99,9977%
Eficiência de remoção de CF	99,9995%	99,9995%

Unidades do sistema:

Componentes da ETE	ETE 1	ETE 2
RAFAs/Filtro aneróbico	8	3
Lagoa de Maturação	1	1
Leitos de Secagem	1	1

EM BRANCO

Item	Descrição	Valor
1
2
3

Item	Descrição	Valor
4
5
6

Item	Descrição	Valor
7
8
9

Emissário Final:

O lançamento destes efluentes será feito no Rio Pajeú, afluente do Rio São Francisco que deságua na porção média do Reservatório de Itaparica.

III. Glória

A obra de esgotamento sanitário de Glória faz parte do PAC e tem investimento na ordem de R\$7.000.000,00, proveniente do Ministério da Integração Nacional e executado pela CODEVASF. Para execução das obras e serviços, a empresa "Gmec Engenharia e Construções Ltda." foi contratada pela CODEVASF a partir de um Edital lançado em 2009 (EDITAL 048/2009). Com a conclusão dessa obra, Glória terá sua sede 100% saneada.

A seguir, seguem detalhes do projeto do sistema de esgotamento em questão:

 Atendimento à população

População Atendida (final de plano/ 2029)..... 4.313 habitantes;

Nível de atendimento previsto 100%;

Rede coletora de esgoto 20.804,00 metros;

 Sistema de Bombeamento:

Estação Elevatória	Vazão máx. (L/s)	AMT (m)	Potência (CV)
EEE 01	6,80	13,90	2,70
EEE 04	10,80	27,10	10,00
EEE Final	16,80	24,40	11,00

 Sistema de Tratamento:

Vazão média	8,95 L/s
Eficiência de remoção de DBO	96,85%
Eficiência de remoção de CF	99,99%

EM BRANCO

Unidades do sistema:

Componentes	Quantidade
DAFA	2 unid.
Lagoas Facultativas	2 unid.
Lagoas de Maturação	2 unid.
Leito de Secagem	4 unid.

 Emissário Final:

O efluente final, com características constantes no Quadro abaixo, será lançado no Rio São Francisco através de um emissário com funcionamento por gravidade.

 Características do efluente

ETAPA	DBO 5 (mg/l)	Coli/100ml
Final de Plano	12,30	289,0

*Apesar de alguns valores estarem acima do permitido pela legislação, deve ser levado em conta as características de cada corpo receptor, considerando a capacidade de diluição do mesmo.

IV. Itacuruba

A CODEVASF lançou edital de concorrência (EDITAL 017/2011), em julho de 2011, para execução de obras e serviços relativos as construção e conclusão dos sistemas de esgotamento sanitário em 8 (oito) municípios, dentro os quais constavam Floresta, Itacuruba e Petrolândia, compondo o LOTE 02 das obras.

Segundo Termo de Referência do edital, as obras e serviços em Itacuruba deverão ser executados em 18 meses.

O projeto de sistema de esgotamento sanitário de Itacuruba consiste no dimensionamento de uma nova rede coletora condominial e rede coletora básica; adaptação de 01 estação elevatória e 01 emissário de recalque; e a ampliação da estação de tratamento composta por lagoas de estabilização em série sendo 01 facultativa e 02 de maturação. O presente projeto irá atender parte da população da cidade que não está atendida pela rede coletora existente.

EM BRANCO

Atendimento à população

População Atendida (final de plano:20 anos) 5.758 habitantes

Rede coletora de esgoto (Condominial e Coletora Básica):

- Atual: 6.150 metros (condominial) + 3.120 metros (coletora básica) = 9.270 metros
- Novas: 8.260 metros (condominial) + 3.010 metros (coletora básica) = 11.270 metros.

 Sistema de Tratamento:

Vazão média (L/s)	14,49
Eficiência de remoção de DBO	93,23%
Eficiência de remoção de CF	99,9998%

 Unidades do sistema:

Componentes	Quantidades
Lagoas Facultativas	01 unid.
Lagoas de Maturação	02 unid.

V. Petrolândia

A Funasa viabilizou R\$ 108.894,89 para contratação de projetos de esgotamento sanitários de Petrolândia.

Segundo Fernando Bezerra Coelho, ministro da Integração Nacional, o projeto de revitalização da Bacia do São Francisco soma investimentos de mais de R\$ 400 milhões em iniciativas do PAC1 e PAC2. "Ainda no mês de julho, daremos início à outras obras de saneamento no sertão pernambucano, como a da cidade de Petrolândia", adiantou o ministro.

De fato, a CODEVASF lançou edital de concorrência em julho de 2011 para execução de obras e serviços relativos as construção e conclusão dos sistemas de esgotamento sanitário em 8 (oito) municípios, dentro os quais constavam Floresta, Itacuruba e Petrolândia, compondo o Lote 02 das obras.

Segundo termo de Referência do edital, as obras e serviços em Petrolândia deverão ser executados em 24 meses

VI. Rodelas

A CODEVASF lançou novo Edital de Concorrência em novembro de 2001 (Edital N° 004/2011) para execução de obras e serviços relativos à conclusão do sistema de esgotamento sanitário de Rodelas, com estimativa de custo de R\$ 9.934.273,75. Quanto a esse Edital, as obras devem começar em breve, se já não começaram, com prazo para serem concluídas dentro de 360 dias.

A seguir, seguem detalhes do projeto do sistema de esgotamento em questão:

Atendimento à população

População Atendida (final de plano/ 2029)..... 8.898 habitantes;

Nível de atendimento previsto 100%;

Rede coletora de esgoto 23.526,29 metros;

Sistema de Bombeamento:

Estação Elevatória	Vazão máx. (L/s)	AMT (m)	Potência (CV)
EEE 01	12,80	9,50	5
EEE 04	11,20	14,10	5
EEE Final	24,40	14,10	10

Sistema de Tratamento:

Vazão média	14,32 L/s
Eficiência de remoção de DBO	96,83%
Eficiência de remoção de CF	99,99%

EM BRANCO

Unidades do sistema:

Componentes	Quantidades
DAFA	2 unid.
Lagoas Facultativas	2 unid.
Lagoas de Maturação	2 unid.
Leito de Secagem	4 unid.

 Emissário Final:

O efluente final, com características constantes no Quadro abaixo, será lançado na Rio São Francisco através de um emissário com funcionamento por gravidade.

 Características do efluente

ETAPA	DBO 5 (mg/l)	Coli/100ml
Final de Plano	12,40	328,0

*Apesar de alguns valores estarem acima do permitido pela legislação, deve ser levado em conta as características de cada corpo receptor, considerando a capacidade de diluição do mesmo.

Descrição	Valor
Saldo em aberto	1.000,00
Receitas	2.000,00
Despesas	1.000,00
Saldo em aberto	2.000,00

Este documento é uma cópia de um documento original. O original encontra-se em arquivo no Departamento de Economia e Finanças. Este documento não possui validade jurídica.

Descrição	Valor
Saldo em aberto	2.000,00
Receitas	2.000,00
Despesas	1.000,00
Saldo em aberto	3.000,00

EM BRANCO

EM BRANCO

Fis.:	1119
Proc.:	8472/99
Rubr.:	

margens do Rio São Francisco, a maioria também possui menos de 50.000 habitantes, enquadrando-se nas prioridades do governo federal.

Além disso, foi possível concluir que todos os municípios lindeiros ao Reservatório de Itaparica já foram contemplados com investimentos para elaboração de projetos ou para obras de implantação de esgotamento sanitário através dos diversos programas governamentais existentes.

Diante do exposto, a Chesf, como manifestado anteriormente, entende que a manutenção, operação e ampliação dos sistemas de saneamento básico, incluindo o esgotamento sanitário, são atribuições do poder público e que, apesar do longo período de ausência, no momento está atuando em suas diversas esferas para mitigar os impactos causados.

EM BRANCO



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 16 dias do mês de novembro de 2012, encerrou-se este volume, n° VI, do processo de n° 02001.008472/99-58, referente à UHE Luiz Gonzaga, iniciado na folha 955 e finalizado na folha 1116, abrindo-se, em seguida, o volume de n° VII.

DIGITALIZADO NO IBAMA

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

STATEMENT OF WORK

The following statement of work is for the purpose of providing a clear understanding of the project goals, objectives, and deliverables. It is intended to serve as a guide for the project team and to ensure that all stakeholders are aligned on the project's purpose and scope.

STATEMENT OF WORK